

Informações Gerais	
Número da Estação: 696203367	Número Indicativo: ZYU958
Data Último Licenciamento: 04/04/2022	Número da Licença: 53500.019079/2022-91

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 44' 20.97" S	Longitude: 45° 06' 41.94" S	Cota da base: 542 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 1000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .500 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF7/8"	Fabricante: KMP PIRELLI		
Comprimento da Linha: 20.00 m	Atenuação: 1.35 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL1	Fabricante: SISTEMAS IRRADIANTES LTDA				
Ganho: -3.37 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 22 m	ERP Máxima: 0.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0.01	10°: 0.01	15°: 0.03	20°: 0.06	25°: 0.1	30°: 0.17	35°: 0.27	40°: 0.38	45°: 0.51	50°: 0.65	55°: 0.77
60°: 0.91	65°: 1	70°: 1.13	75°: 1.24	80°: 1.34	85°: 1.42	90°: 1.51	95°: 1.58	100°: 1.66	105°: 1.72	110°: 1.78	115°: 1.81
120°: 1.84	125°: 1.83	130°: 1.83	135°: 1.79	140°: 1.76	145°: 1.69	150°: 1.63	155°: 1.52	160°: 1.42	165°: 1.29	170°: 1.16	175°: 1.04
180°: 0.91	185°: 0.8	190°: 0.7	195°: 0.61	200°: 0.52	205°: 0.44	210°: 0.36	215°: 0.31	220°: 0.26	225°: 0.23	230°: 0.19	235°: 0.18
240°: 0.17	245°: 0.19	250°: 0.21	255°: 0.25	260°: 0.3	265°: 0.33	270°: 0.36	275°: 0.38	280°: 0.39	285°: 0.39	290°: 0.39	295°: 0.38
300°: 0.36	305°: 0.34	310°: 0.31	315°: 0.27	320°: 0.24	325°: 0.2	330°: 0.17	335°: 0.14	340°: 0.1	345°: 0.65	350°: 0.03	355°: 0.01

Coordenadas por radial											
0°: Lat 22°42'39.01" S Lon 45°6'41.94" W	5°: Lat 22°42'39.39" S Lon 45°6'32.31" W	10°: Lat 22°42'40.55" S Lon 45°6'22.74" W	15°: Lat 22°42'42.48" S Lon 45°6'13.33" W	20°: Lat 22°42'40.7" S Lon 45°6'2.38" W	25°: Lat 22°42'27.06" S Lon 45°5'44.37" W	30°: Lat 22°42'15.7" S Lon 45°5'23.54" W	35°: Lat 22°42'14.71" S Lon 45°5'6.11" W	40°: Lat 22°42'19.26" S Lon 45°4'51.24" W	45°: Lat 22°42'28.62" S Lon 45°4'40.16" W	50°: Lat 22°42'35.78" S Lon 45°4'26.07" W	55°: Lat 22°43'0.71" S Lon 45°4'37.7" W
60°: Lat 22°43'20.49" S Lon 45°4'48.4" W	65°: Lat 22°43'35.86" S Lon 45°4'57.09" W	70°: Lat 22°43'47.71" S Lon 45°5'2.89" W	75°: Lat 22°43'55.8" S Lon 45°5'0.12" W	80°: Lat 22°44'4.08" S Lon 45°4'58.13" W	85°: Lat 22°44'12.9" S Lon 45°5'2.05" W	90°: Lat 22°44'20.96" S Lon 45°5'1.67" W	95°: Lat 22°44'29.02" S Lon 45°5'2.05" W	100°: Lat 22°44'37.02" S Lon 45°5'3.19" W	105°: Lat 22°44'44.9" S Lon 45°5'5.08" W	110°: Lat 22°44'52.59" S Lon 45°5'7.71" W	115°: Lat 22°45'0.05" S Lon 45°5'11.05" W
120°: Lat 22°45'7.2" S Lon 45°5'15.09" W	125°: Lat 22°45'14.01" S Lon 45°5'19.79" W	130°: Lat 22°45'20.41" S Lon 45°5'25.12" W	135°: Lat 22°45'26.36" S Lon 45°5'31.03" W	140°: Lat 22°45'31.81" S Lon 45°5'37.47" W	145°: Lat 22°45'36.72" S Lon 45°5'44.42" W	150°: Lat 22°45'41.06" S Lon 45°5'51.8" W	155°: Lat 22°45'44.78" S Lon 45°5'59.56" W	160°: Lat 22°45'47.87" S Lon 45°6'7.64" W	165°: Lat 22°45'54.88" S Lon 45°6'14.65" W	170°: Lat 22°45'56.71" S Lon 45°6'23.63" W	175°: Lat 22°45'57.82" S Lon 45°6'32.75" W
180°: Lat 22°45'58.19" S Lon 45°6'41.94" W	185°: Lat 22°45'57.82" S Lon 45°6'51.13" W	190°: Lat 22°45'56.71" S Lon 45°7'0.25" W	195°: Lat 22°45'54.88" S Lon 45°7'9.23" W	200°: Lat 22°45'56.78" S Lon 45°7'19.76" W	205°: Lat 22°45'53.38" S Lon 45°7'28.67" W	210°: Lat 22°45'49.27" S Lon 45°7'37.23" W	215°: Lat 22°45'44.49" S Lon 45°7'45.36" W	220°: Lat 22°45'39.07" S Lon 45°7'53.01" W	225°: Lat 22°45'49.83" S Lon 45°8'18.31" W	230°: Lat 22°45'53.94" S Lon 45°8'42.11" W	235°: Lat 22°45'41.2" S Lon 45°8'46.22" W
240°: Lat 22°45'28.54" S Lon 45°8'48.88" W	245°: Lat 22°45'20.08" S Lon 45°8'59.44" W	250°: Lat 22°45'8.8" S Lon 45°9'4.5" W	255°: Lat 22°44'54.71" S Lon 45°8'58.54" W	260°: Lat 22°44'43.6" S Lon 45°9'1.21" W	265°: Lat 22°44'32.73" S Lon 45°9'7.94" W	270°: Lat 22°44'20.95" S Lon 45°9'8.49" W	275°: Lat 22°44'10.41" S Lon 45°8'52.57" W	280°: Lat 22°44'0" S Lon 45°8'51.07" W	285°: Lat 22°43'54.57" S Lon 45°8'28.72" W	290°: Lat 22°43'46.09" S Lon 45°8'25.82" W	295°: Lat 22°43'37.87" S Lon 45°8'22.13" W
300°: Lat 22°43'29.98" S Lon 45°8'17.67" W	305°: Lat 22°43'22.48" S Lon 45°8'12.49" W	310°: Lat 22°43'15.42" S Lon 45°8'6.62" W	315°: Lat 22°43'8.86" S Lon 45°8'0.1" W	320°: Lat 22°43'2.86" S Lon 45°7'52.99" W	325°: Lat 22°42'57.44" S Lon 45°7'45.34" W	330°: Lat 22°42'52.66" S Lon 45°7'37.21" W	335°: Lat 22°42'48.56" S Lon 45°7'28.65" W	340°: Lat 22°42'45.15" S Lon 45°7'19.75" W	345°: Lat 22°42'47.06" S Lon 45°7'9.22" W	350°: Lat 22°42'40.55" S Lon 45°7'1.14" W	355°: Lat 22°42'39.39" S Lon 45°6'51.57" W

Distância por radial											



0°: 3.1	5°: 3.1	10°: 3.1	15°: 3.1	20°: 3.3	25°: 3.9	30°: 4.5	35°: 4.8	40°: 4.9	45°: 4.9	50°: 5.1	55°: 4.3
60°: 3.7	65°: 3.3	70°: 3	75°: 3	80°: 3	85°: 2.9	90°: 2.9	95°: 2.9	100°: 2.9	105°: 2.9	110°: 2.9	115°: 2.9
120°: 2.9	125°: 2.9	130°: 2.9	135°: 2.9	140°: 2.9	145°: 2.9	150°: 2.9	155°: 2.9	160°: 2.9	165°: 3	170°: 3	175°: 3
180°: 3	185°: 3	190°: 3	195°: 3	200°: 3.1	205°: 3.1	210°: 3.1	215°: 3.1	220°: 3.1	225°: 3.9	230°: 4.5	235°: 4.3
240°: 4.2	245°: 4.3	250°: 4.3	255°: 4	260°: 4	265°: 4.2	270°: 4.2	275°: 3.7	280°: 3.7	285°: 3.1	290°: 3.1	295°: 3.1
300°: 3.1	305°: 3.1	310°: 3.1	315°: 3.1	320°: 3.1	325°: 3.1	330°: 3.1	335°: 3.1	340°: 3.1	345°: 3	350°: 3.1	355°: 3.1

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.19 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	536	Portaria	MC	17/11/2005	29/11/2005	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	129	Portaria	MC	19/08/2011	05/09/2011	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	459	Decreto Legislativo	CN	30/10/2006	01/11/2006	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7278	Ato	CMPRL	27/10/2011	31/10/2011	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	6746	Ato	SCM	13/11/2012	14/11/2012	Autoriza Equipamento	Técnico
53500.052791/202-0-31	6735	Ato	ORLE	09/11/2020	19/11/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento											



CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA RÁDIO EDUCATIVA (Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 53900.040788/2016-85

Interessada/Outorgada: Fundação Olga de Sá

CNPJ nº: 04.956.748/0001-13

Município: Lorena

Estado: São Paulo

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 04/07/2016

Período da outorga a ser renovado: 01/11/2016 a 01/11/2026

Tipo de outorga a ser renovada:

☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.

☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.

☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

Natureza jurídica da interessada/outorgada:

☐ Pessoa Jurídica de Direito Público (Ente Federativo, Fundação Pública e Instituição de Educação Superior Pública)

☐ Instituição de Educação Superior de Natureza Privada

☒ Fundação de Direito Privado

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	SEI 1218024 04/07/2016 JOSÉ LUIZ DE MIRANDA ALVES SEI 3014387 JOSE RICARDO FLORES FARIA SEI 5375395 WELLINGTON DE OLIVEIRA	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10222596

SEI 53900.040788/2016-85 pg. 171

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "f"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "g"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "h"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-



f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "i"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "j"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "l"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	() Sim () Não (X) Não se aplica	Não se aplica	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 62 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10222392 Fls. 9 a 12 Atualizar	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	- Modificação do quadro diretivo, encontra-se no COPOU_MCOM_JUR. Processo: 01250.015885/2020-14



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10222392

SEI 53366-040/2016-857 pg. 173

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	ESTATUTO SEI 5375399 SEI 9046259 ATAS SEI 1218033, 1218035, 1218036 01/01/2014 a 31/12/2017 SEI 3014398, 3014399 01/01/2017 a 31/12/2019 SEI 5375400, 5375401, 5375403, 5375404 01/01/2020 a 31/12/2022	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10096892 Fls. 1 a 3	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar balanço de abertura);	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	SEI 3014395 (2017) SEI 5375411 (2018)	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Checklist 10222596

SEI 53390.040/80/2016-857 pg. 174

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Não se aplica	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, não sendo aplicável os institutos da falência ou recuperação judicial (concordata) - art. 1º da Lei nº 11.101, de 2005.
7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10222392 Fls. 7 e 8 Emitida em 19/07/202	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	Federal SEI 10222392 Fl. 4 Válida até 15/01/2023 Estadual SEI 10222392 Fl. 5 Válida até 19/01/2023 Municipal SEI 10222392 Fl. 6 Válida até 18/08/2022	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10222392 Fl. 1 Válida até 18/08/2022	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10222392 Fl. 2 Válida até 08/08/2022	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10222392

SEI 53366-040/80/2016-857 pg. 175

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10222392 Fl. 3 Válida até 15/01/2023	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 1218037 JOSÉ LUIZ DE MIRANDA ALVES SEI 3014400 JOSE RICARDO FLORES FARIA SEI 9046257 WELLINGTON DE OLIVEIRA SEI 5375407 MARCIA ADRIANA DE SOUZA FERREIRA SEI 5375406 POLYANA ZAPPA	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10096891 Fl. 1 Emitida em 04/04/2022	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	-

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10222390

SEI 93366-040/00/2016-857 pg. 176

Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.	() Sim (X) Não () Não se aplica	SEI 10096889 Vigência do Instrumento Jurídico até 20/06/2037	art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018	RG e CPF dos representantes legais do IES e da Fundação Olga de Sá Pendente
---	---	---	---	---

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada não está em conformidade com o disposto na legislação, sendo necessária nova instrução processual.

Analizado por:	Data:
Nome: ** inserir Nome do(a) Colaborador(a) ** Cargo: ** inserir Cargo do(a) Colaborador(a) **	** inserir data - número do dia ** de ** mês por extenso ** de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro**, em 22/07/2022, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10222396** e o código CRC **A250DE59**.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

SEI nº 10222396

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10222396

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 177



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 17776/2022/MCOM

Brasília, 22 de julho de 2022.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Fundação Olga de Sá
Inscrição no CNPJ nº 04.956.748/0001-13
Avenida Peixoto de Castro, nº 539 - Vila Zélia
CEP: 12606-580 Lorena/SP

Assunto: **Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI 10222396).

2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja a apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

I - Cópia do documento de identidade dos representantes da IES e da Fundação Olga de Sá com a qual o convênio foi firmado, (IRMÃ CÉLIA REGINA QUERIDO - Reitora do CENTRO UNIVERSITÁRIO TERESA D'AVILA e IRMÃ ZENILDE APARECIDA FONTES - Presidente da FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ).nos termos do Anexo III da Portaria MC nº 329, de 2012 e do Anexo VI da Portaria MC nº 3.238, de 2018 - pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autenticada.

3. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (SEI 8330983).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ofício 17776 (10224070)

SEI 8330983-040768/2016-837 pg. 178

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

4. Ressalto que, caso a resposta ocorra pela via postal, o endereço para correspondência é:
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.
CEP: 70044-900 / Brasília - DF.
5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53900.040788/2016-85), para agilizar o trâmite.
6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.
7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária substituto**, em 26/07/2022, às 11:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10224070** e o código CRC **B5536496**.

Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):

Anexo - Checklist de avaliação - SEI 10222396;

Anexo - Orientações para realização e atualização do cadastro SEI do Ministério das Comunicações - SEI 8330983;

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 17776/2022/MCOM - Processo nº 53900.040788/2016-85 - Nº SEI: 10224070



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ofício 17776 (10224070)

SEI 53900.040788/2016-85 pg. 179

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



JOÃO PAULO OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Relatório Consultar ▼ Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

04.956.748/0001-13

Razão Social

Pesquisar

10 ▼

1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	fundacao@olgadesa.com.br, acaloineves@gmail.com, acaloineves@gmail.com, saviosts@gmail.com

10 ▼

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mdeleg-autenticidade-e-assinatura.camara-leg.br/200dNuxeo-01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

bs (origem externa) CADSEI-04.956.748/0001-13 (10255117)

SEI-35900:040788/2016-85 / pg. 180

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Data de Envio:

01/08/2022 09:24:52

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Para:

fundacao@olgadesa.com.br
acaloineves@gmail.com
saviosts@gmail.com

Assunto:

envio de correspondencia Oficial dos Ministerio das Comunicações

Mensagem:

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Olga de Sá

Inscrição no CNPJ nº 04.956.748/0001-13

Avenida Peixoto de Castro, nº 539 - Vila Zélia

CEP: 12606-580 Lorena/SP

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 17776/2022/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53900.040788/2016-85

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).

Ressalto que, caso a resposta ocorra via postal, o endereço para correspondência é:

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

Atenciosamente,

Anexos:

MANUAL_CADSEI[316].pdf

Outros__origem_externa__10253117_04.956.748_0001_13.png

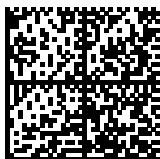
Oficio_10224070.html

Checklist_10222396.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



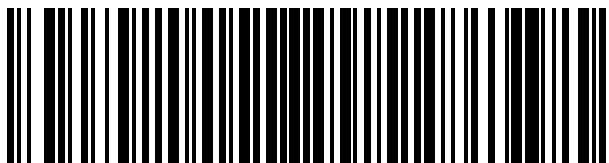
Contrato: 9912556366

CARTA REG AR O4

Volume: 1/1

Peso (g): 30.0

YG 821 075 805 BR



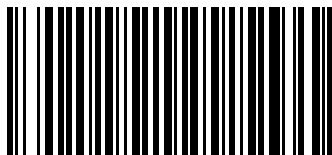
AR

Recebedor:

Assinatura: _____ Documento: _____

DESTINATÁRIO

FUNDACAO OLGA DE SA
AVENIDA DOUTOR PEIXOTO DE CASTRO 539 VI
LA ZELIA



12606-580 LORENA/SP

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA/DF
PR-53900040788/2016-85 - OF 17776/2022 - COROC DOC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

(origem externa) YG 821 075 805 BR - OF 17776/2022 (10299207) SEP53900.040788/2016-85 / pg. 183

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Correios AR

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

VIA POSTAL
01/08/2022

DESTINATARIO

FUNDACAO OLGA DE SA

AVENIDA DOUTOR PEIXOTO DE CASTRO, 539
VILA ZELIA - LORENA - SP

12606-580

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

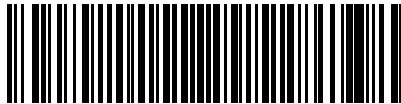
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

YG821075805BR



PR-53900040788/2016-85 - OF 17776/2022 - COROC DOC

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Correios (origem externa) YG821075805BR (10255211)

SEI 53900-040788/2016-85 / pg. 184

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Imprimir



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA

CNPJ: 04.956.748/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:12:31 do dia 26/10/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/11/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mduf.br/autenticacao/consultas/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

<https://mduf.br/autenticacao/consultas/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Data de Envio:

25/10/2022 14:44:36

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <sei@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br
andre.paula@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM

Mensagem:

Processo nº: 53900.040788/2016-85

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (FM educativa)

Prezados senhores

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de cassação da outorga associada à Fundação Olga de Sá, CNPJ nº 04.956.748/0001-13, que executa o serviço de radiodifusão em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 coroc@mcom.gov.br associada à Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

2.2 donizetti.santos@mcom.gov.br - associado ao servidor Donizetti José dos Santos

2.3 andre.paula@mcom.gov.br associado ao servidor André Saraiva de Paula

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Donizetti José dos Santos
Engenheiro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNpxp=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

RE: Consulta CGFM

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Ter, 25/10/2022 15:41

Para: sei <sei@mcom.gov.br>; corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Donizetti José dos Santos <donizetti.santos@mcom.gov.br>; André Saraiva de Paula <andre.paula@mcom.gov.br>; Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Processo nº: 53900.040788/2016-85

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de Fundação Olga de Sá, CNPJ nº 04.956.748/0001-13, que executa o serviço de radiodifusão em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo, responder ao processo nº 53504.010161/2015-91, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

Ats.

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <sei@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 25 de outubro de 2022 14:44

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; André Saraiva de Paula <andre.paula@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM

Processo nº: 53900.040788/2016-85

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (FM educativa)

Prezados senhores

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de cassação da outorga associada à Fundação Olga de Sá, CNPJ nº 04.956.748/0001-13, que executa o serviço de radiodifusão em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/deeplink?Print

<https://mcom.gov.br/legis/legis.aspx?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 188

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 coroc@mcom.gov.br associada à Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

2.2 donizetti.santos@mcom.gov.br - associado ao servidor Donizetti José dos Santos

2.3 andre.paula@mcom.gov.br associado ao servidor André Saraiva de Paula

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Donizetti José dos Santos
Engenheiro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/deeplink?Print

[https://moodle.ufes.br/moodle/pluginfile.php/10485659/01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d/Anexo-Resposta-CDRM-10485659](https://moodle.ufes.br/moodle/pluginfile.php/10485659/01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d/Anexo-Resposta-CDRM-10485659.pdf)

SLI 53300.040/86/2016-05 / pg. 189

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA RÁDIO EDUCATIVA (Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 53900.040788/2016-85

Interessada/Outorgada: Fundação Olga de Sá

CNPJ nº: 04.956.748/0001-13

Município: Lorena

Estado: São Paulo

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 04/07/2016

Período da outorga a ser renovado: 01/11/2016 a 01/11/2026

Tipo de outorga a ser renovada:

☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.

☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.

☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

Natureza jurídica da interessada/outorgada:

☐ Pessoa Jurídica de Direito Público (Ente Federativo, Fundação Pública e Instituição de Educação Superior Pública)

☐ Instituição de Educação Superior de Natureza Privada

☒ Fundação de Direito Privado

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	SEI 1218024 04/07/2016 JOSÉ LUIZ DE MIRANDA ALVES SEI 3014387 JOSE RICARDO FLORES FARIA SEI 5375395 WELLINGTON DE OLIVEIRA	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10403667

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 190

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "f"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "g"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "h"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10403667

SEI 53366-040760/2016-85 / pg. 191

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "i"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "j"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 5375395 "l"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	() Sim () Não (X) Não se aplica	Não se aplica	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 62 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	() Sim (X) Não () Não se aplica	SEI 10222392 Fls. 9 a 12 Atualizar	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	- Modificação do quadro diretivo, encontra-se no COPOU_MCOM_JUR. Processo: 01250.015885/2020-14



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10403667

SEI 53366-040/2016-85 / pg. 192

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	ESTATUTO SEI 5375399 SEI 9046259 ATAS SEI 1218033, 1218035, 1218036 01/01/2014 a 31/12/2017 SEI 3014398, 3014399 01/01/2017 a 31/12/2019 SEI 5375400, 5375401, 5375403, 5375404 01/01/2020 a 31/12/2022	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10096892 Fls. 1 a 3	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar balanço de abertura);	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	SEI 3014395 (2017) SEI 5375411 (2018)	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Checklist 10403667

SEI 53366-040/2016-857 pg. 193

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Não se aplica	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, não sendo aplicável os institutos da falência ou recuperação judicial (concordata) - art. 1º da Lei nº 11.101, de 2005.
7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10222392 Fls. 7 e 8 Emitida em 19/07/202	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	Federal SEI 10222392 Fl. 4 Válida até 15/01/2023 Estadual SEI 10222392 Fl. 5 Válida até 19/01/2023 Municipal SEI 10222392 Fl. 6 Vencida em 18/08/2022 Atualizar	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10409604 Fl. 1 Válida até 25/11/2022	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10409594 Fl. 1 Válida até 11/11/2022	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10409594

SEI 53566-040/80/2016-85 / pg. 194

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10222392 Fl. 3 Válida até 15/01/2023	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 1218037 JOSÉ LUIZ DE MIRANDA ALVES SEI 3014400 JOSE RICARDO FLORES FARIA SEI 9046257 WELLINGTON DE OLIVEIRA SEI 5375407 MARCIA ADRIANA DE SOUZA FERREIRA SEI 5375406 POLYANA ZAPPA	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10096891 Fl. 1 Emitida em 04/04/2022	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	-

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10403667

SEI 93366-040/2016-857 pg. 195

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10096889 Vigência do Instrumento Jurídico até 20/06/2037	art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018	RG e CPF dos representantes legais do IES e da Fundação Olga de Sá SEI 10300709 fl. 1 SEI 10300712 fl. 1
---	---	---	---	--

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.

Analisado por:	Data:
Nome: Donizetti José dos Santos Cargo: Engenheiro	26 de outubro de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro de Telecomunicações**, em 26/10/2022, às 10:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10409607** e o código CRC **31404500**.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

SEI nº 10409607



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 10409607

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 196

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Data de Envio:

03/10/2023 09:07:50

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<coroc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM

Mensagem:

Processo nº: 53900.040788/2016-85

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (FM educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à Fundação Olga de Sá, CNPJ nº 04.956.748/0001-13, que executa o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária.

2.2 donizetti.santos@mcom.gov.br - associado à(ao) servidor(a) Donizetti José dos Santos

2.3 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira

2.4 monica.sousa@mcom.gov.br associado a servidora Monica Cabral de Sousa

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Donizetti José dos Santos

(12)98171-0771

URSP_MCOM

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.956.748/0001-13 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/03/2002
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO OLGA DE SA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.11-3-02 - Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO AV PEIXOTO DE CASTRO	NÚMERO 539	COMPLEMENTO *****
CEP 12.606-580	BAIRRO/DISTRITO VILA CELESTE	MUNICÍPIO LORENA
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE@UNIFATEA.EDU.BR		TELEFONE (12) 2124-2854/ (12) 2124-2870
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/10/2023** às **09:42:42** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Anexo Pessoa Juridica (14143671)

SEI-55900.640788/2016-05 / pg. 198

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO OLGA DE SA
CNPJ: 04.956.748/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:44:09 do dia 03/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/03/2024.

Código de controle da certidão: **FD44.9FD3.3286.AD48**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> / pg. 199

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NÃO INSCRITOS



Emissão da Certidão Negativa de Débitos

☐ CPF ☒ CNPJ

04.956.748/0001-13

Emitir



Não sou um robô

reCAPTCHA
Privacidade - TermosBase Legal: **Portaria CAT-135, de 18/12/2014** (<https://legislacao.fazenda.sp.gov.br/Paginas/pcat1352014.aspx>).Maiores informações podem ser obtidas em **Perguntas Frequentes**
(<https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/certidoes/Paginas/perguntas-frequentes.aspx>) no Portal da Fazenda.**Não foi possível emitir a Certidão Negativa. Por favor, acesse a opção "verificar impedimentos" (Restrita/PesquisarContribuinte.aspx) para visualização de débitos e/ou pendências.****Para solicitar a emissão de certidão de débitos não inscritos em papel, acesse o sistema de peticionamento eletrônico (SIPET) (<https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/sipet/>).****Para mais informações acesse o Guia do Usuário, Certidões de Débitos não Inscritos (<http://portaladm.intra.fazenda.sp.gov.br/servicos/certidoes/Paginas/Guia-N%C3%A3o-Inscritos.aspx>), ou ligue para 0800-170-110 ou utilize o nosso Correio Eletrônico. (<https://www.fazenda.sp.gov.br/email/default2.asp>)**

Data e hora da pesquisa 03/10/2023 09:46:09 (hora de Brasília)

Sistema disponível em dias úteis das 06:00 às 21:00 hrs



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



Prefeitura Municipal de Lorena

Av. Capitão Messias Ribeiro, 625 - Olaria

CEP 12607020 - LORENA / SP

Tel: (12) 3185-3000

CNPJ: 47.563.739/0001-75

Certidão Negativa de Débitos

Número: 102541/2023

Identificação no Cadastro de Devedores

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA
CNPJ/CPF: 04.956.748/0001-13
Endereço: Avenida Doutor Peixoto de Castro , 539 - Cruz
Cidade: LORENA / SP

Certificamos, para os devidos fins e para que produza os efeitos legais, que a razão social acima identificada **NÃO CONSTA**, até a data da emissão desta certidão, débito referente a tributos mobiliários junto aos cofres municipais.

Ressalvando o direito da fazenda municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade desta razão social, que vierem a ser apuradas.

Certidão emitida em **03/10/2023** às **09:48:50h** (data e hora de Brasília).

Acessada pelo IP: **172.23.0.1 / 192.168.0.254**

Código de Controle da Certidão: **10F9.2000.C7DDE**

Válida até **02/11/2023** (30 dias a partir da data de emissão).

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura na Internet, no endereço <http://www.lorena.sp.gov.br/>.

Certidão expedida gratuitamente pela internet.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> / pg. 201

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA

CNPJ: 04.956.748/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:02:01 do dia 03/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.956.748/0001-13
Razão Social: FUNDAÇÃO OLGA SA
Endereço: AV PEIXOTO DE CASTRO 000539 / VILA CELESTE / LORENA / SP / 12606-580

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/09/2023 a 19/10/2023

Certificação Número: 2023092004253475806213

Informação obtida em 03/10/2023 09:44:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.956.748/0001-13

Certidão nº: 53508705/2023

Expedição: 03/10/2023, às 09:43:00

Validade: 31/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO OLGA DE SA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.956.748/0001-13**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> / pg. 204

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Id solicitação: 57dbac4993db9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO OLGA DE SA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (12) 3153-2888	E-mail:
CNPJ: 04.956.748/0001-13	Número do Fistel: 50403922739
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/11/2006	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 29/11/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Doutor Peixoto de Castro	Complemento:	
Bairro: Vila Zélia	Numero: 539	
Município: Lorena	UF: SP	CEP: 12606580

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA DOUTOR PEIXOTO DE CASTRO	Complemento:	
Bairro: CRUZ	Numero: 539	
Município: Lorena	UF: SP	CEP: 12606580

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AV. PEIXOTO DE CASTRO	Complemento:	
Bairro: VILA CELESTE	Numero: 539	
Município: Lorena	UF: SP	CEP: 12600000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AV. PEIXOTO DE CASTRO	Complemento:	
Bairro: VILA CELESTE	Numero: 539	
Município: Lorena	UF: SP	CEP: 12600000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lorena	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 297	Frequência: 107.3 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.1927kW
HCI: 22 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23/09/2014 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Anexo SIACCO (111-8879)

SEI33300-040/88/2016-85 / pg. 205

Informações Gerais	
Número da Estação: 696203367	Número Indicativo: ZYU958
Data Último Licenciamento: 04/04/2022	Número da Licença: 53500.019079/2022-91

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 44' 20.97" S	Longitude: 45° 06' 41.94" W	Cota da base: 542 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 1000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .500 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF7/8"	Fabricante: KMP PIRELLI		
Comprimento da Linha: 20.00 m	Atenuação: 1.35 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL1	Fabricante: SISTEMAS IRRADIANTES LTDA				
Ganho: -3.37 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 22 m	ERP Máxima: 0.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0.01	10°: 0.01	15°: 0.03	20°: 0.06	25°: 0.1	30°: 0.17	35°: 0.27	40°: 0.38	45°: 0.51	50°: 0.65	55°: 0.77
60°: 0.91	65°: 1	70°: 1.13	75°: 1.24	80°: 1.34	85°: 1.42	90°: 1.51	95°: 1.58	100°: 1.66	105°: 1.72	110°: 1.78	115°: 1.81
120°: 1.84	125°: 1.83	130°: 1.83	135°: 1.79	140°: 1.76	145°: 1.69	150°: 1.63	155°: 1.52	160°: 1.42	165°: 1.29	170°: 1.16	175°: 1.04
180°: 0.91	185°: 0.8	190°: 0.7	195°: 0.61	200°: 0.52	205°: 0.44	210°: 0.36	215°: 0.31	220°: 0.26	225°: 0.23	230°: 0.19	235°: 0.18
240°: 0.17	245°: 0.19	250°: 0.21	255°: 0.25	260°: 0.3	265°: 0.33	270°: 0.36	275°: 0.38	280°: 0.39	285°: 0.39	290°: 0.39	295°: 0.38
300°: 0.36	305°: 0.34	310°: 0.31	315°: 0.27	320°: 0.24	325°: 0.2	330°: 0.17	335°: 0.14	340°: 0.1	345°: 0.65	350°: 0.03	355°: 0.01

Coordenadas por radial											
0°: Lat 22°42'39.01" S Lon 45°6'41.94" W	5°: Lat 22°42'39.39" S Lon 45°6'32.31" W	10°: Lat 22°42'40.55" S Lon 45°6'22.74" W	15°: Lat 22°42'42.48" S Lon 45°6'13.33" W	20°: Lat 22°42'40.7" S Lon 45°6'2.38" W	25°: Lat 22°42'27.06" S Lon 45°5'44.37" W	30°: Lat 22°42'15.7" S Lon 45°5'23.54" W	35°: Lat 22°42'14.71" S Lon 45°5'6.11" W	40°: Lat 22°42'19.26" S Lon 45°4'51.24" W	45°: Lat 22°42'28.62" S Lon 45°4'40.16" W	50°: Lat 22°42'35.78" S Lon 45°4'26.07" W	55°: Lat 22°43'0.71" S Lon 45°4'37.7" W
60°: Lat 22°43'20.49" S Lon 45°4'48.4" W	65°: Lat 22°43'35.86" S Lon 45°4'57.09" W	70°: Lat 22°43'47.71" S Lon 45°5'2.89" W	75°: Lat 22°43'55.8" S Lon 45°5'0.12" W	80°: Lat 22°44'4.08" S Lon 45°4'58.13" W	85°: Lat 22°44'12.9" S Lon 45°5'2.05" W	90°: Lat 22°44'20.96" S Lon 45°5'1.67" W	95°: Lat 22°44'29.02" S Lon 45°5'2.05" W	100°: Lat 22°44'37.02" S Lon 45°5'3.19" W	105°: Lat 22°44'44.9" S Lon 45°5'5.08" W	110°: Lat 22°44'52.59" S Lon 45°5'7.71" W	115°: Lat 22°45'0.05" S Lon 45°5'11.05" W
120°: Lat 22°45'7.2" S Lon 45°5'15.09" W	125°: Lat 22°45'14.01" S Lon 45°5'19.79" W	130°: Lat 22°45'20.41" S Lon 45°5'25.12" W	135°: Lat 22°45'26.36" S Lon 45°5'31.03" W	140°: Lat 22°45'31.81" S Lon 45°5'37.47" W	145°: Lat 22°45'36.72" S Lon 45°5'44.42" W	150°: Lat 22°45'41.06" S Lon 45°5'51.8" W	155°: Lat 22°45'44.78" S Lon 45°5'59.56" W	160°: Lat 22°45'47.87" S Lon 45°6'7.64" W	165°: Lat 22°45'54.88" S Lon 45°6'14.65" W	170°: Lat 22°45'56.71" S Lon 45°6'23.63" W	175°: Lat 22°45'57.82" S Lon 45°6'32.75" W
180°: Lat 22°45'58.19" S Lon 45°6'41.94" W	185°: Lat 22°45'57.82" S Lon 45°6'51.13" W	190°: Lat 22°45'56.71" S Lon 45°7'0.25" W	195°: Lat 22°45'54.88" S Lon 45°7'9.23" W	200°: Lat 22°45'56.78" S Lon 45°7'19.76" W	205°: Lat 22°45'53.38" S Lon 45°7'28.67" W	210°: Lat 22°45'49.27" S Lon 45°7'37.23" W	215°: Lat 22°45'44.49" S Lon 45°7'45.36" W	220°: Lat 22°45'39.07" S Lon 45°7'53.01" W	225°: Lat 22°45'49.83" S Lon 45°8'18.31" W	230°: Lat 22°45'53.94" S Lon 45°8'42.11" W	235°: Lat 22°45'41.2" S Lon 45°8'46.22" W
240°: Lat 22°45'28.54" S Lon 45°8'48.88" W	245°: Lat 22°45'20.08" S Lon 45°8'59.44" W	250°: Lat 22°45'8.8" S Lon 45°9'4.5" W	255°: Lat 22°44'54.71" S Lon 45°8'58.54" W	260°: Lat 22°44'43.6" S Lon 45°9'1.21" W	265°: Lat 22°44'32.73" S Lon 45°9'7.94" W	270°: Lat 22°44'20.95" S Lon 45°9'8.49" W	275°: Lat 22°44'10.41" S Lon 45°8'52.57" W	280°: Lat 22°44'0" S Lon 45°8'51.07" W	285°: Lat 22°43'54.57" S Lon 45°8'28.72" W	290°: Lat 22°43'46.09" S Lon 45°8'25.82" W	295°: Lat 22°43'37.87" S Lon 45°8'22.13" W
300°: Lat 22°43'29.98" S Lon 45°8'17.67" W	305°: Lat 22°43'22.48" S Lon 45°8'12.49" W	310°: Lat 22°43'15.42" S Lon 45°8'6.62" W	315°: Lat 22°43'8.86" S Lon 45°8'0.1" W	320°: Lat 22°43'2.86" S Lon 45°7'52.99" W	325°: Lat 22°42'57.44" S Lon 45°7'45.34" W	330°: Lat 22°42'52.66" S Lon 45°7'37.21" W	335°: Lat 22°42'48.56" S Lon 45°7'28.65" W	340°: Lat 22°42'45.15" S Lon 45°7'19.75" W	345°: Lat 22°42'47.06" S Lon 45°7'9.22" W	350°: Lat 22°42'40.55" S Lon 45°7'1.14" W	355°: Lat 22°42'39.39" S Lon 45°6'51.57" W

Distância por radial											



23.09.10.14 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 206

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

0°: 3.1	5°: 3.1	10°: 3.1	15°: 3.1	20°: 3.3	25°: 3.9	30°: 4.5	35°: 4.8	40°: 4.9	45°: 4.9	50°: 5.1	55°: 4.3
60°: 3.7	65°: 3.3	70°: 3	75°: 3	80°: 3	85°: 2.9	90°: 2.9	95°: 2.9	100°: 2.9	105°: 2.9	110°: 2.9	115°: 2.9
120°: 2.9	125°: 2.9	130°: 2.9	135°: 2.9	140°: 2.9	145°: 2.9	150°: 2.9	155°: 2.9	160°: 2.9	165°: 3	170°: 3	175°: 3
180°: 3	185°: 3	190°: 3	195°: 3	200°: 3.1	205°: 3.1	210°: 3.1	215°: 3.1	220°: 3.1	225°: 3.9	230°: 4.5	235°: 4.3
240°: 4.2	245°: 4.3	250°: 4.3	255°: 4	260°: 4	265°: 4.2	270°: 4.2	275°: 3.7	280°: 3.7	285°: 3.1	290°: 3.1	295°: 3.1
300°: 3.1	305°: 3.1	310°: 3.1	315°: 3.1	320°: 3.1	325°: 3.1	330°: 3.1	335°: 3.1	340°: 3.1	345°: 3	350°: 3.1	355°: 3.1

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.19 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	536	Portaria	MC	17/11/2005	29/11/2005	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	129	Portaria	MC	19/08/2011	05/09/2011	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	459	Decreto Legislativo	CN	30/10/2006	01/11/2006	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7278	Ato	CMPRL	27/10/2011	31/10/2011	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	6746	Ato	SCM	13/11/2012	14/11/2012	Autoriza Equipamento	Técnico
535040101612015 91	3069	Portaria	MC	11/07/2019	16/07/2019	Multa	Jurídico
53500.052791/202 0-31	6735	Ato	ORLE	09/11/2020	19/11/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		04.956.748/0001-13									
FUNDACAO OLGA DE SA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RICARDO FLORES FARIA	141.837.168-88	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena
NORIO ISHISAKI	001.484.508-30	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR DE ADMINISTRACAO E FINANCAS)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena
POLYANA ZAPPA	178.330.418-90	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETORA DE OPERACOES)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: **04716206106 - DIEGO DE SOUZA LEMOS** Data: **03/10/2023** Hora: **09:51:51**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor											
Nome Sócio/Diretor: WELLINGTON DE OLIVEIRA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FRANCISCO WELLINGTON DE OLIVEIRA ALMEIDA	270.554.342-20	FUNDACAO ALDO CARVALHO DE COMUNICACAO SOCIAL	00.805.843/0001-65	Diretor (SERETÁRIO-GERAL)	0	--	--	FM	--	PA	Belém

Usuário: **04716206106 - DIEGO DE SOUZA LEMOS** Data: **03/10/2023** Hora: **09:52:52**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Anexo SIACCO (11145879)

SLF53300:040788/2016-85 / pg. 209

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARCIA ADRIANA DE SOUZA FERREIRA

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 04716206106 - DIEGO DE SOUZA LEMOS Data: 03/10/2023 Hora: 09:53:55



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d
Anexo SIACCO (11145879) SLE33906:040788/2016-85 / pg. 211

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor											
Nome Sócio/Diretor: POLYANA ZAPPA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
POLYANA ZAPPA	178.330.418-90	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETORA DE OPERACOES)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: **04716206106 - DIEGO DE SOUZA LEMOS** Data: **03/10/2023** Hora: **09:58:25**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d
Anexo SIACCO (11145879) - SLP33906:040788/2016-89 / pg. 213

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		178.330.418-90									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
POLYANA ZAPPA	178.330.418-90	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETORA DE OPERACOES)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: **04716206106 - DIEGO DE SOUZA LEMOS** Data: **03/10/2023** Hora: **09:58:48**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> Anexo SIACCO (11145879) - SLE 533906:040788/2016-85 / pg. 214

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Listagem de Outorgas de Radiodifusão - FUNDACAO OLGA DE SA

UF	Município	Serviço	Canal
SP	Lorena	230	297

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] []

Voltar

Imprimir

Exportar Excel



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ

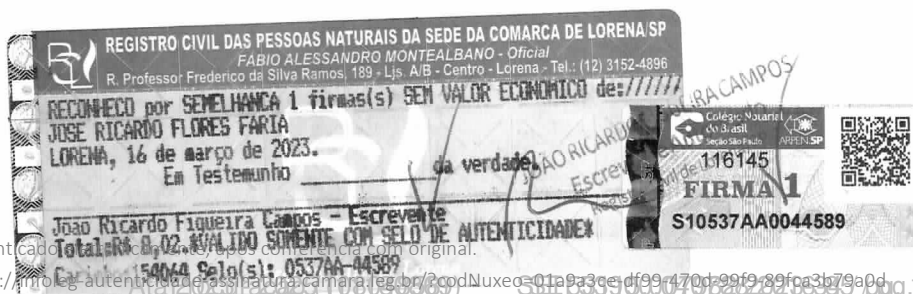
Avenida Peixoto de Castro, 539 - Vila Zélia - 12 606 580 Lorena - SP
Tel. (12)2124.2888 2124.2858 email: fundacao@olgadesa.com.br

PROCURAÇÃO "AD-JUDITIA ET EXTRA"

A **Fundação Olga de Sá**, CNPJ nº. 04.956.748/0001-13, sediada na Avenida Doutor Peixoto de Castro, 539 – Vila Celeste, na cidade de Lorena no estado de São Paulo, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada em Caráter Educativo na frequência de 107,5MHz, por seu Diretor Executivo **JOSÉ RICARDO FLORES FARIA**, brasileiro, casado, maior, Arquiteto, RG nº 23.044.209-2 SSP/SP inscrito no CFP/MF sob nº 141.837.168-88, residente e domiciliado na Rua Monte Castelo, 432, Vila Zélia, Lorena - Estado de São Paulo, CEP: 12.606-320, pelo presente instrumento particular, nomeia e constitui seu bastante procurador **SÁVIO TREVISAN SIQUEIRA**, brasileiro, casado, Engenheiro em Telecomunicações CREA nº 0641456787, RG nº 17.633.775 –SSP-SP inscrito no CFP/MF sob nº 071.154.788-21 residente e domiciliado na Avenida Vila Velha, 539, Taubaté - Estado de São Paulo a quem confere poderes específicos para protocolar, requerer, obter vistas e cadastrar diversos processos nos sistemas eletrônicos ligados ao Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações.

Lorena, 15 de março de 2023.

Prof. Dr. José Ricardo Flores Faria
CPE: 141.837.168-88
Diretor Executivo



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

**FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÃO
CONTRATUAL/ESTATUTÁRIA E/OU ATA DE
REUNIÃO/ASSEMBLEIA**

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:	Fundação Olga de Sá		
CNPJ nº:	04.956.748/0001-13		
Endereço da sede:	Avenida Doutor Peixoto de Castro, 539	CEP sede:	da 12.606-580
E-mail de contato:	fundacao@olgadesa.com.br		

Eu, **José Ricardo Flores Faria**, inscrito no CPF sob o nº 116.233.158-04, **na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada**, e em atendimento ao disposto na alínea “b” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho comunicar a realização da **ALTERAÇÃO CONTRATUAL/ESTATUTÁRIA E/OU ATA DE REUNIÃO/ASSEMBLEIA**, registrada/arquivada em 27/01/2023, sob o nº de ordem 667 Livro A-3, as Fls 152v, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO I e, se necessário, o formulário constante do ANEXO II (apenas quando houver alteração de quadro societário e/ou diretivo).

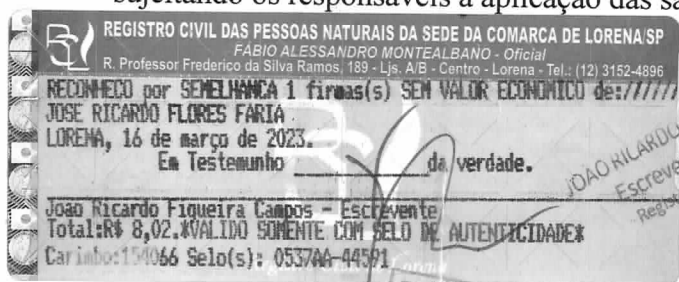


DECLARAÇÕES

Com vistas à aprovação do instrumento de alteração do ato constitutivo da Entidade, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios da Pessoa Jurídica faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 1967;
- (b) nenhum dos diretores da Pessoa Jurídica participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorga, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pelo art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 1967;
- (c) nenhum dos diretores da Pessoa Jurídica está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial; e
- (d) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.



Lorena 15 de março de 2023.

Jose Ricardo Flores Faria

CPF: 116.233.158-04

***Atenção:** As declarações devem ser firmadas pelo administrador, diretor ou gerente da Entidade.

Formulário de Comunicação de Alteração Contratual/Estatutária e/ou Ata de Reunião/ Assembleia - pág. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DocNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata de Reunião (1668035)

SLI 33510.000/2023-03 / pg. 218

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

RELATIVO À
PESSOA
JURÍDICA

a) Alteração Contratual/Estatutária e/ou Ata de Reunião/Assembleia, registrada/arquivada no órgão competente, encaminhada no prazo no prazo de 60 dias, a contar do respectivo registro/arquivamento;

b) certidão emitida pela Junta Comercial (ou Órgão de registro competente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

Atenção¹: Se houver espólio no quadro societário/diretivo da Permissionária/Concessionária, far-se-á necessário o encaminhamento dos seguintes documentos: termo de inventariante e formal de partilha (se houver), acompanhado dos últimos andamentos processuais.

Atenção²: Caso haja alterações contratuais anteriores, deverá ser indicado o número do processo em que foram apresentadas a este Ministério a fim de que seja promovida a integral regularização dos assentamentos.

RELATIVOS
AOS SÓCIOS E
DIRETORES

a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para os sócios e dirigentes, **por meio de um dos seguintes documentos:** i) certidão de nascimento; ii) certidão de casamento; iii) certificado de reservista; iv) cédula de identidade; v) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; vi) carteira profissional; vii) carteira de trabalho e previdência social, ou viii) passaporte;

Se constituída sob a forma de **Sociedade Limitada:**

a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que demonstre a composição societária e diretiva da pessoa jurídica;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*nome da sócia da entidade*), de que:

b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b.2) Nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

b.3) Nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos

NA HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE

Formulário de Comunicação de Alteração Contratual/Estatutária e/ou Ata de Reunião/Assembleia - pág. 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?docNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 219

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Se constituída sob a forma de **Sociedade Anônima**:

- a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;
- b) Lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;
- c) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:
 - c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
 - c.2) Nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;
 - c.3) Nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

- a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;
- b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:
 - a.1) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e
 - a.2) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar

Formulário de Comunicação de Alteração Contratual/Estatutária e/ou Ata de Reunião/ Assembleia - pág. 4



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Nuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 220

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, far-se-á necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.

7

Formulário de Comunicação de Alteração Contratual/Estatutária e/ou Ata de Reunião/ Assembleia - pag. 5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata de Reunião (16/09/2023)

SLI 33510.000/2023-04 / pg. 221

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

ANEXO II

(PREENCHER O ESPAÇO ABAIXO, **APENAS** QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO E/OU DIRETIVO)

NOVO QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME E CPF	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOVO QUADRO DIRETIVO	
NOME E CPF	CARGO
Jose Ricardo Flores Faria CPF:141.837.168-88	Diretor Executivo
Jacques Marcelo Pompeu Ribas CPF:080.926.078-69	Diretor de Administração e Finanças
Thais Fernandes Ribeiro Albano da Silva CPF: 299.126.188-90	Diretora de Operações




ESTATUTO

SOCIAL

DA

FUNDAÇÃO

OLGA DE SÁ

02 de fevereiro de 2023

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/codNuxa-01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2023EXBQAS000000069) 01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d pg. 223

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

**TÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DO CARÁTER, DA SEDE, DO FORO, DOS FINS,
DA NÃO DISCRIMINAÇÃO, DA DURAÇÃO E DAS ATIVIDADES.**

Capítulo I - Da Denominação e do Caráter

Art. 1º FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ é uma fundação de direito privado, sem fins econômicos, lucrativos ou político-partidários, com seus atos constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lorena, Estado de São Paulo sob o nº 667, Livro A-3 de Pessoas Jurídicas, página 152 v, e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 04.956.748/0001-13.

Art. 2º A FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ neste Estatuto Social é designada simplesmente por FUNDAÇÃO.

Capítulo II - Da Sede

Art. 3º A FUNDAÇÃO tem sede na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Peixoto de Castro, nº 539, Vila Zélia (CEP-12.606-580), e pode abrir e fechar filiais, departamentos e núcleos de atividades no território nacional.

§ 1º As filiais, departamentos e núcleos de atividades podem ser regidos por diretório e/ou regulamento e/ou regimento e/ou normas internas.

§ 2º As filiais, departamentos e núcleos de atividades podem ser designados por denominação fantasia, determinada pelo Conselho Curador.

Capítulo III - Do Foro

Art. 4º Fica eleito o foro da Comarca de Lorena, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios sobre quaisquer assuntos relacionados com a FUNDAÇÃO.

Capítulo IV - Das Finalidades Institucionais

Art. 5º A FUNDAÇÃO tem por finalidades principais:

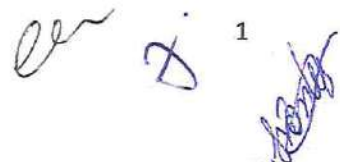
I - Desenvolver ações de caráter social e de promoção da defesa e preservação do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, da cultura e do patrimônio cultural e histórico, da educação, da assistência social e da saúde, do desenvolvimento técnico e científico e da cidadania;

II - Promover a pesquisa básica e aplicada, de caráter científico e tecnológico, o estímulo à inovação, o desenvolvimento tecnológico e de novos produtos, serviços ou processos;

III - Promover a cultura, a arte e a preservação, conservação e difusão do patrimônio cultural e histórico, material e imaterial, e outros bens e espaços de interesse histórico e cultural, bem como ações de revitalização urbana e/ou arquitetônica;

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/codNuxeo-01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 224

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

IV – Promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;

V - Apoiar projetos e atividades de ensino, pesquisa e de extensão universitária, de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação do Centro Universitário Teresa D'Ávila - UNIFATEA, instituição de ensino superior mantida pelo Instituto Santa Teresa, bem como de outras entidades educacionais públicas ou privadas e de seus estudantes;

VI - Auxiliar os estudantes de qualquer nível do Centro Universitário Teresa D'Ávila, mantido pelo Instituto Santa Teresa, em sua formação acadêmica, conforme critérios definidos pela própria FUNDAÇÃO, incluindo condições socioeconômicas;

VII - Propugnar pela formação cívica, moral, cultural, religiosa, artística, literária e científica e promover finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, por meio de rádio, mídia impressa e editoração, televisão, internet e outros meios de comunicação;

VIII – Promover a educação em qualquer nível, em especial voltada ao mundo do trabalho, como educação continuada, orientação profissional e formação ou capacitação profissional;

IX - Promover o desenvolvimento econômico e tecnológico, o desenvolvimento regional e local, o empreendedorismo e a geração de novos negócios, empregos e renda, visando a transformação social;

X – Promover a assistência social, inclusive em prol de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;

XI – Promover a saúde, o bem-estar e a prática de atividade física e de esporte para a população em geral e para pessoas em situação de vulnerabilidade social;

XII – Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais; e

XIII – Promover o voluntariado, incentivando a participação de cidadãos, empresas e outras entidades públicas e privadas em projetos de cunho educacional, assistencial, tecnológico, cultural e de responsabilidade social;

Art. 6º Os membros da Fundação Olga de Sá não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 7º Para cumprir suas finalidades estatutárias a FUNDAÇÃO atuará, dentre outros, mediante a execução direta e indireta de projetos, programas ou planos de ações, a doação de recursos físicos e financeiros, ou a celebração de contratos, parcerias ou convênios, a prestação de serviços remunerados ou voluntários, incluindo o apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do poder público que atuam em áreas afins.

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI.230 (Hdab/05) - Lei 511-2000/2022-2016 - pg. 225

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Art. 8º Para cumprir com suas finalidades estatutárias a FUNDAÇÃO poderá disciplinar seus projetos e programas em documentos próprios que tragam normas internas, bem como através do que for estabelecido nos contratos, parcerias, convênios ou qualquer outro instrumento que tenha sido assinado pela FUNDAÇÃO sob a aprovação de seus órgãos internos.

Capítulo V – Dos Princípios de Atuação e da Não Discriminação de Pessoas

Art. 9º No exercício de suas finalidades institucionais e no desenvolvimento de suas atividades, a FUNDAÇÃO observará os princípios de direitos humanos e da legalidade, universalização, ética, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, gênero, orientação afetivo-sexual, origem, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político e condição social.

Art. 10 A FUNDAÇÃO não participará em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Capítulo VI - Da Duração

Art. 11 A duração da FUNDAÇÃO é por tempo indeterminado.

Capítulo VII - Das Atividades da Fundação

Art. 12 Para a consecução de suas finalidades, a FUNDAÇÃO pode:

I - celebrar termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, convênios, contratos, acordos, parcerias e outros instrumentos jurídicos em geral, com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

II - criar, manter e administrar unidades de apoio e produção de recursos técnico-científicos, materiais educacionais, culturais e editoriais, em quaisquer formatos e mídias, tais como produção gráfica impressa ou digital, conteúdos audiovisuais, peças publicitárias para rádio e TV, produtos e serviços multimídia;

III – executar, por outorga do Governo Federal, serviços de radiodifusão sonoros, de imagem, de repetição e reprodução de sinal de televisão ou de qualquer outro meio de comunicação social, em caráter educativo, para divulgação de mensagens culturais, informativas, jornalísticas e recreativas, atendidos os princípios estatuídos no Art. 221 da Constituição Federal e observado o ordenamento jurídico em vigor;

IV – apoiar e realizar eventos culturais e artísticos em geral, tais como apresentações musicais e teatrais, festivais, mostras, sessões de cinema, exposições, dentre outros;

V - apoiar e articular-se com instituições congêneres e organizações do Terceiro Setor;

VI - manter intercâmbios culturais, científicos, educacionais e profissionais, relacionados às suas finalidades institucionais, com pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras;

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 3



VII - conceder bolsas de estudos e/ou auxílios, criar prêmios, concursos e outras ações de estímulo relacionadas com seus campos de atuação;

VIII - incentivar e realizar ações educacionais diversas, em quaisquer níveis, nos âmbitos do ensino pesquisa e extensão, tais como programas educacionais comunitários, educação de jovens e adultos, programas de capacitação profissional e formação para o mundo do trabalho, cursos, aulas, treinamentos corporativos, seminários, simpósios, conferências, ciclos de debates e ações afins, e quaisquer outros eventos e ações educacionais, presenciais e/ou à distância;

IX - realizar ações voltadas à profissionalização, ao ingresso no mercado de trabalho e ao desenvolvimento de atividades de prática profissional, incluindo o recrutamento, a seleção e o encaminhamento de estudantes de qualquer nível para estágios integrados ao processo formativo;

X - assessorar grupos de estudos, na orientação e organização de sistemas de arregimentação de meios, roteiros e contatos, para a realização de viagens técnico-culturais, podendo, quando solicitado, tornar-se o depositário e o administrador dos recursos atribuídos ao grupo;

XI - prestar serviços relacionados às suas finalidades institucionais, tais como serviços de assessoria e consultoria;

XII - realizar ações e iniciativas diversas de captação de recursos voltadas à sua sustentabilidade financeira e à consecução de suas finalidades institucionais;

XIII - administrar imóveis próprios ou de terceiros visando a sua sustentabilidade financeira e a consecução de suas finalidades institucionais;

XIV - realizar atividades de apoio à gestão da saúde, prestar serviços de natureza médica, diagnóstica, ambulatorial e/ou assistencial, serviços de farmácia, enfermagem, estética e cosmética, bem como apoiar, gerir e administrar laboratórios, clínicas e outros estabelecimentos de saúde, enfermagem, assistência social, estética e cosmética, principalmente relacionados com atividades de ensino, pesquisa e extensão de instituições de ensino superior, inclusive para o atendimento da população em geral;

XV - apoiar e realizar ações assistenciais diversas voltadas às pessoas com deficiência, aos idosos e às pessoas em situação de vulnerabilidade social, que visem, dentre outros objetivos, a inclusão educacional, social e cultural, o exercício da cidadania, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o combate à fome e à pobreza;

XVI - apoiar, manter e gerir polos e parques tecnológicos, em especial o Parque Tecnológico do Centro Universitário Teresa D'Ávila, bem como laboratórios e outros espaços voltados para o desenvolvimento tecnológico e econômico, o desenvolvimento regional e local, a inovação, a educação e a ciência;

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927



XVII - desenvolver bancos de dados, plataformas virtuais, softwares, produtos, ferramentas, sistemas, equipamentos, tecnologias, inovações, serviços, dentre outros;

XVIII - atuar como incubadora e/ou aceleradora de negócios de base tecnológica e de setores tradicionais, bem como realizar outras atividades de estímulo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de negócios, podendo participar de outras pessoas jurídicas;

XIX - apoiar e realizar atividades de desporto educacional e desporto de participação;

XX - apoiar e organizar ações de voluntariado, incentivando a participação de cidadãos, empresas e outras entidades públicas e privadas em projetos de responsabilidade social relacionados às finalidades da FUNDAÇÃO;

XXI - fomentar a elaboração de políticas públicas nas suas áreas de atuação, assim como participar de programas governamentais ou desenvolvidos por entidades privadas, podendo participar de Comitês, Comissões, Redes e outros, assim como participar de outras pessoas jurídicas;

XXII - constituir e/ou ser apoiado por fundo patrimonial *endowment*, fundos de reserva, filantrópicos ou de doação, de contingência e/ou outros, visando contribuir para a sustentabilidade econômico-financeira da FUNDAÇÃO e para o cumprimento de suas finalidades institucionais; e

XXIII - realizar outras atividades visando a consecução de suas finalidades institucionais.

Parágrafo único. A FUNDAÇÃO, nos termos deste Estatuto Social, poderá estabelecer marca, logomarca, nome fantasia e outras designações ou sinais distintivos para seus diferentes programas e projetos.

Art. 13 Os serviços caracterizados como de radiodifusão educativa, outorgados pelo Poder Público à FUNDAÇÃO têm fins exclusivamente educacionais e culturais.

Parágrafo único. Os programas elaborados pela FUNDAÇÃO, através de estações rádio difusoras educativas, devem estar sempre à disposição do Ministério de Educação e do Ministério da Cultura, para veiculação em emissoras educativas em outros Municípios, Estados ou União.

Art. 14 É permitido, a qualquer tempo, às instituições de educação superior do Município ou dos Municípios de alcance da Rádio INOVA FM, participar da programação, mediante convênio ou acordo firmado entre as partes.

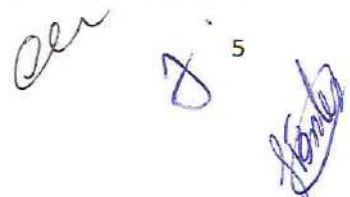
Art. 15 A adesão ao esquema de parceria educação e trabalho pode ocorrer de formas diversas, principalmente nas seguintes:

I - contribuições ou doações de valores estabelecidos livremente, sem vinculação a qualquer referencial ou critério pré-determinado;

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927







Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.camara.leg.br/3codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022-02-12 (Hd000005) - Lei 511-2000-2022-010 - pg. 228



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



II - contribuições ou doações de valores conforme critérios especificados pelo Conselho Curador;

III - contribuições ou doações destinadas à cobertura dos custos técnico-administrativos dos programas, projetos, atividades, produtos e serviços executados pela FUNDAÇÃO, de interesse direto e específico de determinado público usuário;

IV - contribuições ou doações à FUNDAÇÃO, dotando-a de recursos financeiros para, quando for o caso, efetuar o pagamento de bolsa-auxílio, em dinheiro, a estudantes estagiários, conforme critérios definidos pelo Conselho Curador.

Art. 16 A FUNDAÇÃO pode desenvolver ou participar de iniciativas que, através de literatura geral e específica, contribuam para o processo de formação, aperfeiçoamento, atualização, complementação, especialização e desenvolvimento cultural, técnico, tecnológico, científico e humano social.

Art. 17 As iniciativas mencionadas no Art. 16 podem compreender programas, projetos, ações, métodos, técnicas, processos, empreendimentos e sistemas operacionais, relacionados com livros e outros tipos e formas de publicação, compreendendo importação, editoração e distribuição de livros, revistas e material similar, de caráter técnico, científico, didático e cultural nos quais se incluam, por exemplo, gravação de palavra falada, com ou sem imagem; livro eletrônico, produtos e serviços multimídia, softwares, videotextos e vídeos literários e outras possíveis inovações tecnológicas no campo da veiculação das ideias.

Capítulo VIII – Das Ações Administrativas da Fundação

Art. 18 Toda ação administrativa da FUNDAÇÃO, é feita em prol da consecução de suas finalidades e objetivos institucionais, inclusive seus investimentos patrimoniais, suas despesas, suas receitas, seus ingressos, seus desembolsos e suas gratuidades, observados os termos do artigo 72 deste Estatuto e as demais disposições estatutárias.

Capítulo IX – Das Atividades Meio

Art. 19 A FUNDAÇÃO pode, de acordo com suas necessidades e nos termos deste Estatuto Social, criar e manter atividades meio, como instrumento de captação de recursos e de suporte financeiro à promoção de suas finalidades institucionais.

TÍTULO II – DA CONSTITUIÇÃO, DA ORGANIZAÇÃO E DO GOVERNO

Capítulo I – Da Constituição e da Organização

Art. 20 A FUNDAÇÃO foi fundada em 28 de fevereiro de 2002 pelo INSTITUTO SANTA TERESA, com sede em Lorena, Estado de São Paulo e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 51.778.645/0001-90, se rege pelo presente Estatuto Social, pela legislação brasileira e no que couber pelo Código de Direito Canônico.

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927



Capítulo II – Do Governo e da Administração

Art. 21 A FUNDAÇÃO é governada pelo Conselho Curador, dirigida e administrada pela Diretoria Executiva, fiscalizada internamente pelo Conselho Fiscal e assistida e assessorada pelo Conselho Consultivo e pelos Presidentes Eméritos.

Art. 22 Os Diretores e Conselheiros não serão responsáveis individualmente, solidariamente nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da FUNDAÇÃO em virtude de atos regulares de gestão, respondendo, porém, civil e criminalmente, pela violação da legislação ou deste Estatuto.

Art. 23 A FUNDAÇÃO adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais em decorrência da participação nos processos decisórios.

Parágrafo único. A FUNDAÇÃO também poderá adotar códigos de ética, normas e controles de *compliance*, podendo, para tanto, serem utilizados parâmetros e técnicas nacionais e internacionais, no sentido de coibir a prática de quaisquer atos de corrupção no âmbito da entidade.

Art. 24 Todos os órgãos internos da FUNDAÇÃO poderão reunir-se e tomar decisões de forma presencial, remota ou virtualmente, por troca de mensagens eletrônicas ou utilização de plataforma de reunião virtual, desde que possa aferir-se a efetiva participação e manifestação da vontade dos Diretores e Conselheiros, conforme o caso, sempre observadas as disposições deste Estatuto Social e normas internas da FUNDAÇÃO.

§ 1º Os Conselheiros e Diretores poderão votar pessoalmente, inclusive na eventual utilização de plataforma de reunião virtual, ou:

- I – por meio de procurador com poderes específicos para atuar na reunião específica;
- II – por carta com protocolo ou aviso de recebimento, desde que entregue no máximo até o momento imediatamente anterior ao início da fase de deliberação; ou
- III – por e-mail, desde que sejam verificados os requisitos estabelecidos pela FUNDAÇÃO para aferir a autenticidade do voto e a mensagem seja recebida no máximo até o momento imediatamente anterior ao início da fase de deliberação da reunião, seja ela presencial, remota ou virtual.



§ 2º Todos os órgãos internos da FUNDAÇÃO poderão reunir-se na sede da FUNDAÇÃO ou em outro local a ser designado no momento da convocação da reunião do respectivo órgão.

§ 3º Todos os integrantes dos órgãos internos da FUNDAÇÃO poderão formalizar os atos que demandem sua assinatura mediante a utilização de meios digitais, inclusive de ferramentas de assinatura eletrônica, que atenda, preferencialmente e sempre que exigido, o padrão ICP-Brasil ou outro que venha a lhe substituir.

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

16 


  7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2023.XV (2023-01-03) - 51-511-000-324/2022-010 - pg. 230



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

TÍTULO III – DO CONSELHO CURADOR

Capítulo I – Do Conselho Curador



Art. 25 O Conselho Curador é o órgão supremo e soberano de governo da FUNDAÇÃO.

Art. 26 O Conselho Curador é constituído por 5 (cinco) membros.

Art. 27 Fazem parte do Conselho Curador:

I – dois membros natos:

a) – o Diretor Executivo da Diretoria Executiva;

b) – o representante do Instituto Santa Teresa;

II – e três membros efetivos: pessoas eleitas em reunião conjunta dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A reunião conjunta dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva, visando à eleição dos membros efetivos citada no inciso II deste artigo, é convocada e presidida pelo Presidente do Conselho Curador ou, na sua falta, pelo Diretor Executivo.

Capítulo II – Das Vagas no Conselho Curador

Art. 28 A escolha de membro do Conselho Curador deve levar em consideração a idoneidade do candidato e sua capacidade de contribuir para que sejam respeitados os princípios da FUNDAÇÃO e cumpridas suas finalidades.

Art. 29 No caso de vacância dos membros efetivos do Conselho Curador, durante o período do mandato, a vaga é preenchida por eleição, observado o disposto no inciso “II” e no parágrafo único do artigo 27”.

Parágrafo único. No caso de vacância dos membros natos do Conselho Curador, deve ser cumprido o que prevê o inciso “I” do artigo 27 e o artigo 54 deste Estatuto Social.

Capítulo III – Da Presidência do Conselho Curador

Art. 30 O Presidente do Conselho Curador será escolhido e designado pela Diretora Presidente do Instituto Santa Teresa, devendo ser uma Religiosa Professa, Filha de Maria Auxiliadora, Salesiana de Dom Bosco.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Curador será substituído, nas suas ausências ou impedimentos, pelo Diretor Executivo.

Capítulo IV – Do Mandato do Conselho Curador

Art. 31 O mandato dos membros do Conselho Curador é de 3 (três) anos, permitida a reeleição para mandatos sucessivos.

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticadigital.camara.leg.br/3codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Ata 2022.XI.200 (Hdab/05) - 01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d - pg. 231

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Capítulo V – Da Renúncia de membro do Conselho Curador

Art. 32 A renúncia tácita do cargo de Conselheiro do Conselho Curador se caracteriza pela ausência injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas.

Capítulo VI – Da Perda do Mandato de Membro do Conselho Curador

Art. 33 A perda da condição de membro do Conselho Curador deve ser deliberada com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros e decidida por maioria simples em procedimento interno em que fique assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Capítulo VII

Da Convocação, da Instalação e do Funcionamento do Conselho Curador

Art. 34 O Conselho Curador é convocado pelo seu Presidente, pelo Diretor Executivo, ou, ainda, pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. Das convocações deverão constar o dia, a hora, o local e a ordem do dia.

Art. 35 Os membros do Conselho Curador são convocados com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por meio de carta circular ou por edital afixado na sede da fundação ou por e-mail ou por qualquer outro meio de comunicação social escolhido no ato de convocação.

Art. 36 Em caso de urgência e relevância, o Conselho Curador poderá ser convocado em prazo inferior ao estabelecido no Art. 35, limitado a 48 (quarenta e oito) horas da reunião.

Art. 37 O Conselho Curador reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário e por convocação na forma estabelecida neste Estatuto.

Parágrafo único. As reuniões ordinárias do Conselho Curador deverão ser realizadas, preferencialmente, até o dia 15 de abril de cada ano, para deliberar sobre as matérias previstas nos incisos II, III e VI do artigo 41 deste Estatuto, quando o caso, bem como quaisquer outras matérias que constem da convocação.

Art. 38 O Conselho Curador se instala e funciona, validamente, em primeira convocação com o mínimo de 4 (quatro) Conselheiros e, em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de no mínimo 3 (três) Conselheiros, e delibera com votos da maioria dos presentes.

Capítulo VIII - Do Voto de Desempate nas Reuniões do Conselho Curador

Art. 39 Nas reuniões do Conselho Curador é assegurado ao Presidente o voto de desempate.

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.camara.leg.br/CodNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI.250 (Hdab/05) - 01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d - pg. 232



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



I - auxiliar o Conselho Curador no estabelecimento da orientação geral e das diretrizes de atuação da FUNDAÇÃO para a consecução de seus fins estatutários;

II - aconselhar e assessorar o Conselho Curador, bem como a Diretoria Executiva, sobre aspectos estratégicos, institucionais e de mobilização e captação de recursos, além de outros assuntos relevantes concernentes à atuação da FUNDAÇÃO;

III - promover e participar de ações, eventos e outras atividades voltadas aos objetivos sociais da FUNDAÇÃO; e

IV - apreciar os assuntos que lhe forem submetidos, emitindo pareceres ao Conselho Curador e à Diretoria Executiva.

§ 1º O Conselho Consultivo reúne-se quando convocado pelo Presidente do Conselho Curador, pelo Diretor Executivo, pelo Presidente do Conselho Consultivo ou pela maioria de seus membros.

§ 2º A convocação poderá ser dispensada no caso de comparecimento de todos os membros do Conselho Consultivo ou se estes se declararem, por qualquer meio escrito, cientes do dia, horário, local e ordem do dia.

Art. 45 O Conselho Consultivo ou cada um de seus Conselheiros pode encaminhar sugestões ou arguições ao Conselho Curador.

Capítulo IV

Da Eleição do Presidente do Conselho Consultivo

Art. 46 O Presidente do Conselho Consultivo é eleito entre seus pares.

TÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Capítulo I - Do Conselho Fiscal

Art. 47 O Conselho Fiscal é constituído por 3 (três) membros efetivos, eleitos pelo Conselho Curador.

Capítulo II - Do Mandato dos Membros do Conselho Fiscal

Art. 48 O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 3 (três) anos, permitida a recondução.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Fiscal é eleito entre seus pares.

Capítulo III - Das Reuniões do Conselho Fiscal

Art. 49 O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário e por convocação na forma deste Estatuto Social.

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

12



§ 1º O Conselho Fiscal é convocado pelo Presidente do Conselho Curador, pelo Diretor Executivo, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou pela maioria de seus membros.

§ 2º A convocação poderá ser dispensada no caso de comparecimento de todos os membros do Conselho Fiscal ou se estes se declararem, por qualquer meio escrito, cientes do dia, horário, local e ordem do dia.

§ 3º O Diretor de Administração e Finanças da Diretoria Executiva pode ser convidado a participar das reuniões do Conselho Fiscal, sem direito a voto, para dirimir dúvidas e prestar informações sobre o desenvolvimento das atividades da FUNDAÇÃO, contribuindo para o seu devido acompanhamento pelo Conselho Fiscal.

Capítulo IV - Da Assessoria ao Conselho Fiscal

Art. 50 Para o exercício de suas funções, o Conselho Fiscal pode ser assessorado por técnicos, peritos e profissionais qualificados e habilitados na forma da lei, desde que autorizado pelo Conselho Curador.

Capítulo V - Das Competências do Conselho Fiscal

Art. 51 Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar os atos dos dirigentes da FUNDAÇÃO e verificar o exercício de suas funções e o cumprimento de seus deveres, à luz da lei e deste Estatuto Social;

II - julgar a Prestação de Contas Anual com base no Relatório de Atividades ou Balanço Social e as Demonstrações Contábeis, recomendando ou não sua aprovação para o Conselho Curador;

III - dar parecer ao Conselho Curador e à Diretoria Executiva, quando solicitado ou quando julgar oportuno ou necessário, sobre assuntos econômicos, financeiros, administrativos, patrimoniais, contábeis e jurídicos;

IV - zelar para que sejam devidamente conservados em arquivos organizados, os documentos contábeis, fiscais e patrimoniais da FUNDAÇÃO;

V - acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes; e

VI - opinar e dar parecer sobre o Orçamento Anual e Programas e Projetos elaborados, visando a atingir às finalidades institucionais da FUNDAÇÃO.

TÍTULO VI - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Capítulo I - Da Diretoria Executiva

Art. 52 A FUNDAÇÃO é dirigida e administrada pela Diretoria Executiva.

Art. 53 A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho Curador, com exceção do Diretor Executivo, é assim constituída:

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927



13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocassinatura.camara.leg.br/codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI(2022)H0000059 - SEI 011.000.000/2022-010 - pg. 234



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

I - Diretor Executivo;

II - Diretor de Administração e Finanças e

III - Diretor Operacional.

Art. 54 O Diretor Executivo é escolhido e designado pela Diretora Presidente do Instituto Santa Teresa, mediante comunicação ao Conselho Curador da FUNDAÇÃO, enquanto que o Diretor de Administração e Finanças e o Diretor Operacional são eleitos pelo Conselho Curador da FUNDAÇÃO.

Capítulo II - Do Mandato da Diretoria Executiva

Art. 55 O mandato da Diretoria Executiva é de 3 (três) anos, permitida a recondução de seus membros.

Art. 56 A Diretoria Executiva exerce seu mandato até a nomeação e posse da nova Diretoria, mesmo que vencido o período do mandato, mediante assinatura de termo de prorrogação de mandato.

Art. 57 A posse da Diretoria Executiva se dá imediatamente após o recebimento pelo Conselho Curador de sua indicação, no caso do Diretor Executivo, ou de sua eleição em reunião do Conselho Curador, no caso do Diretor de Administração e Finanças e do Diretor Operacional.

Capítulo III - Das Competências da Diretoria Executiva

Art. 58 Compete à Diretoria Executiva:

I - cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social;

II - dirigir e administrar a FUNDAÇÃO;

III - comprar, vender, alienar, locar, hipotecar, onerar, gravar, compromissar, dar e receber em comodato bens e praticar todos os atos relativos a imóveis permitidos em lei, mediante autorização prévia do Conselho Curador;

IV - elaborar a Prestação de Contas Anual, o Relatório de Atividades e o Balanço Social;

V - elaborar o Planejamento Econômico, Financeiro e Administrativo Anual e o Plano de Ação de Atividades;

VI - fornecer as informações solicitadas pelo Conselho Curador e, no que de direito, pelo Conselho Fiscal;

VII - deliberar sobre assuntos administrativos, mediante prévia aprovação do Conselho Curador.

Capítulo IV

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

14



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI.230 (Hdca/069) - 01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d - pg. 40. 235

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Das Competências Específicas dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 59 Compete ao Diretor Executivo:

- I - cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social;
- II - dirigir e administrar a FUNDAÇÃO com a colaboração dos demais membros da Diretoria Executiva;
- III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- IV - representar a FUNDAÇÃO ativa e passivamente, em juízo e fora dele, perante órgãos públicos, administrativos e particulares e, em geral nas suas relações com terceiros, na forma deste Estatuto Social;
- V - abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em conjunto com o Diretor de Administração e Finanças;
- VI - constituir procuradores e advogados, em conjunto com o Presidente do Conselho Curador, nos termos deste Estatuto Social;
- VII - substituir os demais membros da Diretoria Executiva, bem como o Presidente do Conselho Curador, em suas ausências ou impedimentos;
- VIII - praticar atos jurídicos de urgência e relevância "ad referendum" da Diretoria Executiva e do Conselho Curador.

Art. 60 Compete ao Diretor de Administração e Finanças:

- I - substituir o Diretor Executivo em suas ausências ou impedimentos, bem como nas hipóteses de vacância ou demora na ocupação do cargo;
- II - auxiliar o Diretor Executivo no desempenho de suas funções;
- III - fazer o expediente da correspondência epistolar, avisos, circulares e lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva;
- IV - cuidar do Livro e/ou Fichas e/ou Listagens de Registro de Membros;
- V - gerir as finanças da FUNDAÇÃO sob a coordenação, orientação e diretrizes do Diretor Executivo;
- VI - abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em conjunto com o Diretor Executivo;
- VII - apresentar ao Conselho Fiscal toda documentação contábil e fiscal solicitada, e as Demonstrações Contábeis para a sua apreciação e aprovação;
- VIII - prestar todas as informações contábeis e fiscais, e apresentar a documentação necessária aos serviços de Auditoria Interna e Auditoria Independente, se a FUNDAÇÃO possuir;

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927



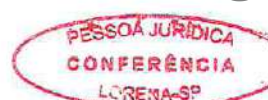
15



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XXV (2022-04-05) - 51-511-000-324-2022-010 - pg. 236



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



- IX - receber valores e pagar as contas e despesas autorizadas pelo Diretor Executivo;
- X - conservar sob sua guarda e responsabilidade toda a documentação contábil e fiscal;
- XI - manter em ordem todos os serviços próprios da secretaria.

Art. 61 Compete ao Diretor Operacional:

- I - auxiliar os demais membros da Diretoria Executiva no desempenho de suas funções;
- II - desenvolver, apoiar e incentivar programas, projetos e ações que concorram para o atingimento das finalidades e objetivos da FUNDAÇÃO;
- III - propor à Diretoria Executiva e ao Conselho Curador a realização de projetos, programas e ações educativas, científicas, sociais e culturais, e acompanhar o seu desenvolvimento;
- IV - estabelecer contato com instituições de desenvolvimento educacional, social, científico e cultural para a realização de projetos comuns e em parceria;
- V - prospectar com organizações públicas e privadas incentivos e recursos para o fomento de atividades sociais, culturais, educativas e científicas de interesse social;
- VI - apresentar ao Conselho Curador e ao Conselho Fiscal a documentação relativa aos projetos e programas desenvolvidos ou em desenvolvimento, quando solicitado;
- VII - prestar as informações solicitadas e apresentar a documentação necessária aos serviços de Auditoria Interna e Auditoria Independente, se a FUNDAÇÃO possuir;
- VIII - manter sob sua guarda e responsabilidade arquivos relativos aos projetos e programas realizados.

Capítulo V - Das Reuniões da Diretoria Executiva

Art. 62 A Diretoria Executiva reúne-se sempre que necessário e por convocação feita pelo Presidente do Conselho Curador, pelo Diretor Executivo ou, em suas ausências e impedimentos, pelo Diretor de Administração e Finanças.

§ 1º A convocação poderá ser dispensada no caso de comparecimento de todos os Diretores ou se estes se declararem, por qualquer meio escrito, cientes do dia, horário, local e ordem do dia.

§ 2º As decisões da Diretoria Executiva se dão com a presença e voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

Capítulo VI

Da Renúncia e da Vacância de membro da Diretoria Executiva

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

16



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocassinatura.camara.leg.br/3codNuvco=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI.23 (Hidra) 69 - 01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d - pg. 49. 237

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Art. 63 Em caso de renúncia ou vacância de um dos cargos da Diretoria o substituto será escolhido pelo Conselho Curador, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, para completar o mandato, cabendo, até referida eleição, ao Diretor Executivo as atribuições do cargo vago.

§ 1º Em caso de renúncia ou vacância do cargo de Diretor Executivo, o substituto será escolhido pelo Conselho Curador, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para completar o mandato, cabendo, até referida eleição, ao Diretor de Administração e Finanças as atribuições do cargo vago.

§ 2º Caso a Diretora Presidente do Instituto Santa Teresa não faça a indicação do novo Diretor Executivo em até 15 (quinze) dias contados do encerramento do mandato do Diretor Executivo em vigor, o Conselho Curador da FUNDAÇÃO poderá eleger Diretor Executivo interino, que ocupará o cargo até a realização da indicação pela Diretora Presidente do Instituto Santa Teresa.

§ 3º Caso o membro da Diretoria Executiva, durante o curso do mandato, venha a perder vínculo contratual, empregatício ou estatutário com a FUNDAÇÃO, com o Instituto Santa Teresa ou com instituição mantida por este, o Conselho Curador poderá, por ocasião da perda do vínculo, declarar automaticamente a perda do mandato do respectivo Diretor, elegendo na mesma ocasião seu substituto, nos termos do caput e parágrafo primeiro deste artigo.

Capítulo VII - Das Atas das Reuniões da Diretoria Executiva

Art. 64 As atas das reuniões da Diretoria Executiva são assinadas pelos membros presentes.

Capítulo VIII - Das Disposições Gerais

Art. 65 Os documentos concernentes à gestão financeira da FUNDAÇÃO, tais como cheques, ordens de pagamento e aqueles referentes à abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, operações de câmbio, aplicações financeiras e congêneres, deverão ser assinados pelo Diretor Executivo e pelo Diretor de Administração e Finanças, enquanto que os termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, convênios, contratos, acordos e parcerias deverão ser assinados pelo Diretor Executivo em conjunto com o Presidente do Conselho Curador.

§ 1º Os documentos especificados no "caput" deste artigo também poderão ser assinados por procurador nomeado nos termos do parágrafo segundo abaixo.

§ 2º As procurações da FUNDAÇÃO deverão ser outorgadas pelo Diretor Executivo e pelo Presidente do Conselho Curador, em conjunto, e, além de mencionarem os poderes conferidos, deverão ser concedidas por prazo não superior ao de seu mandato, com exceção daquelas para fins judiciais ("ad judicia"), que poderão ter prazo indeterminado.

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927



17



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI.123 (Hd. 069) - 01/11/2022 10:32:20 - pg. 49. 238



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

§ 3º Todos os documentos atinentes à gestão ordinária e à gestão financeira da FUNDAÇÃO poderão ser assinados digitalmente, observadas as formalidades necessárias para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos documentos.



Art. 66 É defeso a quaisquer Diretores e/ou Conselheiros, e ineficaz em relação à FUNDAÇÃO, o uso da denominação desta em negócios estranhos aos seus objetivos institucionais, inclusive em fianças, avais ou quaisquer outras garantias.

TÍTULO VII - DOS PRESIDENTES EMÉRITOS

Art. 67 O quadro dos Presidentes Eméritos é constituído, em caráter vitalício, por Ex-Presidentes do Conselho Curador.

Art. 68 Os Presidentes Eméritos, por solicitação do Presidente do Conselho Curador, podem, individualmente, desempenhar missões especiais, bem como apreciar e manifestar-se sobre assuntos da FUNDAÇÃO, em decorrência de solicitações recebidas.

Art. 69 É facultado ao Presidente Emérito, individualmente, dirigir-se ao Conselho Curador, para encaminhamento formal de sugestões sobre assuntos de natureza operacional ou institucional, levando em consideração as finalidades da FUNDAÇÃO.

Art. 70 A declaração do título de Presidente Emérito se realiza em solenidade especial promovida pelo Conselho Curador e presidida pelo seu Presidente.

TÍTULO VIII

DOS RECURSOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E DA APLICAÇÃO DE EVENTUAL SUPERÁVIT

Capítulo I - Dos Recursos Econômico-Financeiros

Art. 71 Os recursos econômico-financeiros da FUNDAÇÃO são provenientes de:

I - receitas decorrentes de suas finalidades institucionais previstas no art. 5º e no desenvolvimento das atividades descritas nos artigos 12 a 17 deste Estatuto Social;

II - rendimentos ou rendas de seus bens e ativos, inclusive dos imóveis que possui ou que venha a possuir, assim como da cessão de direitos;

III - receitas decorrentes de contratos, ajustes, acordos ou convênios, em quaisquer modalidades, incluindo de prestação de serviços, celebrados com pessoas físicas ou jurídicas privadas, nacionais ou estrangeiras, assim como junto a organismos internacionais;

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

18

16



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI.250 (Hidra) 069 - 01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d - pg. 239

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

IV - termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, termos de parceria, termos de compromisso, convênios especiais de parcerias e quaisquer outros contratos e demais acordos ou ajustes com o Poder Público;

V - auxílios e subvenções dos Poderes Públicos;

VI - dotações orçamentárias oriundas de orçamentos públicos, decorrentes de coparticipação em programas, projetos ou atividades com objetivos afins;

VII - patrocínios e apoios, inclusive com a utilização de mecanismos de leis de incentivos fiscais;

VIII - donativos de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou internacional, realizadas para fim específico ou não;

IX - receitas decorrentes de atividade-meio;

X - usufrutos, doações, legados, heranças, auxílios, subvenções e contribuições de qualquer natureza;

XI - juros bancários e receitas decorrentes de títulos, ações, papéis financeiros e demais aplicações financeiras;

XII - receitas decorrentes de aluguéis de bens móveis e imóveis;

XIII - receitas decorrentes de bolsas, auxílios, pesquisas, estudos e serviços realizados pela FUNDAÇÃO ou sob a sua supervisão;

XIV - arrecadação proveniente de eventos, publicações, espaços publicitários e outras atividades realizadas com a finalidade de arrecadar fundos para a FUNDAÇÃO;

XV - rendas ou direitos em seu favor instituídas ou cedidas por terceiros;

XVI - receitas decorrentes da realização de sorteios, concursos ou operações assemelhadas;

XVII - quaisquer formas de captação de recursos, no Brasil e no exterior;

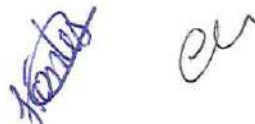
XVIII - rendimentos produzidos por todos os seus direitos e atividades realizadas para a consecução de seus objetivos institucionais, tais como, mas não se limitando, a prestação de serviços, comercialização de produtos, licenciamento de marca ou logomarca, rendas oriundas de direitos autorais, *royalties*, participações, comissões, recebimento de alugueres e outras atividades afetas, direta ou indiretamente, às suas atividades e áreas de atuação; e

XIX - eventuais receitas, rendas ou rendimentos.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá rejeitar legados ou doações que contenham encargos ou gravames de qualquer natureza ou que sejam contrários aos objetivos da FUNDAÇÃO ou à lei.

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

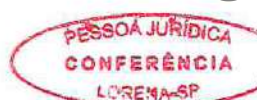


19



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Capítulo II - Da Aplicação dos Recursos Econômico-Financeiros



Art. 72 Os recursos da FUNDAÇÃO serão aplicados integralmente na consecução e manutenção de seu objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial, fundo de reserva ou outros que venham a ser constituídos, não sendo permitida a distribuição de forma direta ou indireta, sob qualquer forma ou pretexto, entre os seus dirigentes, conselheiros, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, superávit, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do patrimônio da FUNDAÇÃO.

Parágrafo único. A FUNDAÇÃO aplicará os seus recursos integralmente no País para a manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais, podendo realizar despesas e captação de recursos no exterior, sempre que estas implicarem benefícios às atividades que desenvolve no País.

Art. 73 A FUNDAÇÃO para melhor atender seus objetivos institucionais, pode ainda, manter parcerias, aplicando valores financeiros em instituições de educação e/ou de assistência social e/ou de cultura e/ou de comunicação social, mediante a assinatura de contratos e/ou convênios.

Capítulo III - Dos Auxílios e Subvenções dos Poderes Públicos

Art. 74 A FUNDAÇÃO aplica os eventuais auxílios e subvenções, recebidos dos Poderes Públicos, nas finalidades a que estejam vinculados.

Art. 75 Os recursos advindos do Poder Público são aplicados pela FUNDAÇÃO, em suas unidades de serviços, dentro do município de sua sede e/ou de suas filiais e/ou de seus departamentos e/ou de seus núcleos de atividades, no âmbito do Estado concessor, salvo disposição em contrária no contrato ou instrumento de parceria firmado com o Poder Público.

Capítulo IV - Da Aplicação de Eventual Superávit

Art. 76 A FUNDAÇÃO aplica eventual "superávit", apurado em seus registros contábeis, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, nos termos do artigo 72 e das demais disposições deste Estatuto Social.

TÍTULO IX - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

Capítulo I - Da Escrituração Contábil

Art. 77 A FUNDAÇÃO mantém a escrituração de suas receitas, despesas, ingressos, desembolsos e mutações patrimoniais, em livros revestidos de todas as formalidades legais que asseguram a sua exatidão, observados os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e de acordo com as exigências específicas de direito.

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

48



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Art. 78 A FUNDAÇÃO pode manter a escrituração contábil individualizada de cada filial, departamento e núcleo de atividades, devendo ser o balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis, anualmente, consolidados.

Capítulo II

Do Balanço Patrimonial e Demais Demonstrações Contábeis

Art. 79 Anualmente, em 31 de dezembro, é levantado e encerrado o Balanço Patrimonial acompanhado das demais Demonstrações Contábeis exigidas em lei.

Art. 80 A Diretoria Executiva deve submeter ao Conselho Fiscal, após Parecer do Auditor Independente, se auditadas, as seguintes Demonstrações Contábeis:

I - Balanço Patrimonial;

II - Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício;

III - Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;

IV - Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos;

V - Notas Explicativas.

Parágrafo único. Uma vez avaliadas pelo Conselho Fiscal, as Demonstrações Contábeis deverão ser submetidas ao Conselho Curador, para aprovação.

Capítulo IV - Da Auditoria Externa Independente

Art. 81 O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis podem ser auditados por Auditor Independente legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade.


Capítulo V - Da Transparência

Art. 82 A FUNDAÇÃO divulgará, em seu sítio na internet e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias que eventualmente venham a ser celebradas com o Poder Público, de acordo com os requisitos previstos em lei.

TÍTULO X

DA NÃO DISTRIBUIÇÃO DE PARCELAS DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 83 Os membros do Conselho Curador, Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo não receberão qualquer valor a título de distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio da FUNDAÇÃO.


Erika Spalding - OAB SP 184.964


Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

21



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Art. 84 O patrimônio da FUNDAÇÃO, em nenhuma hipótese, poderá ter aplicação diversa da estabelecida neste Estatuto e não constitui patrimônio de indivíduo, família, associação de classe ou instituição de finalidade lucrativa.



TÍTULO XI - DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 85 O patrimônio social da FUNDAÇÃO é constituído por todos os bens móveis e imóveis de sua propriedade e por todos aqueles que vier adquirir, assim como, por todos os legítimos direitos que possua ou venha possuir na forma deste Estatuto.

TÍTULO XII - DA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I - Da Reforma do Estatuto Social

Art. 86 O Estatuto Social pode ser reformado total ou parcialmente, inclusive no tocante à administração, a qualquer época ou momento em reunião conjunta dos membros do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, com a presença e votos de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, por proposta do Presidente do Conselho Curador ou do Diretor Executivo ou ainda de pelo menos 4 (quatro) integrantes do Conselho Curador e da Diretoria Executiva.

§ 1º A alteração estatutária somente é permitida desde que não contrarie ou desvirtue a vontade do Instituidor da FUNDAÇÃO constante de sua Escritura Pública de constituição lavrada em 28 de fevereiro de 2002, no 1º Tabelionato de Notas e Protestos de Letras e Títulos da Comarca de Lorena, Estado de São Paulo, às fls. nº 122 a 130 do Livro nº 307.

§ 2º A alteração estatutária é considerada válida para os devidos fins de direito, observadas as normas contidas no "caput" deste artigo, desde que haja aprovação de órgão do Ministério Público.


TÍTULO XIII - DA DISSOLUÇÃO

Capítulo I - Da Dissolução


Art. 87 A dissolução da FUNDAÇÃO só pode ser deliberada em reunião conjunta dos membros do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, presidida pelo Presidente do Conselho Curador.

Art. 88 Para a dissolução da FUNDAÇÃO os membros dos órgãos listados no art. 87, acima, são convocados por escrito e individualmente e, ainda, através de Edital publicado na sede da FUNDAÇÃO.

Art. 89 A dissolução da FUNDAÇÃO se dá em reunião conjunta dos membros do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, convocado para tal finalidade, com a presença e votos favoráveis de 2/3 (dois terços) do número de seus membros.


Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

  22
JK



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI.250 (Hidra) 009 - 01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d pg. 40. 243

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Art. 90 A dissolução se dá quando a maioria exigida de 2/3 (dois terços) dos membros presentes na reunião conjunta considerarem que a FUNDAÇÃO não mais pode levar a efeito as finalidades institucionais expressas neste Estatuto Social.

Capítulo II

Da Destinação do Patrimônio Social em caso de Dissolução

Art. 91 No caso de dissolução da FUNDAÇÃO, o respectivo patrimônio líquido é destinado ao Instituto Santa Teresa e, na sua falta, para outra(s) pessoa(s) jurídica(s) sem fins lucrativos, de igual natureza, congênere(s) ou afim, que preencha(m) os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e que, preferencialmente, tenha(m) o mesmo objeto social da FUNDAÇÃO e sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, constituída preferentemente pelas Religiosas Professas, Filhas de Maria Auxiliadora, Salesianas de Dom Bosco, cuja escolha caberá ao Conselho Curador.

Parágrafo único. Na falta de uma instituição congênere ou afim de que trata o “caput” deste artigo, o patrimônio social é destinado a uma instituição pública.

TÍTULO XIV - DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 92 Ao representante do Ministério Público, sempre que desejar, é assegurado o direito de participar das reuniões dos órgãos dirigentes da FUNDAÇÃO, em especial do Conselho Curador.

TÍTULO XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Capítulo I - Da Rádio INOVA FM

Art. 93 A FUNDAÇÃO utiliza, para os serviços de radiodifusão sonora, a designação fantasia de “Rádio INOVA FM”.

Capítulo II - Da Vedação aos Membros da Fundação

Art. 94 Fica vedada aos membros da FUNDAÇÃO na gestão administrativa, a obtenção de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, bem como em relação aos seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau, ou pelas pessoas jurídicas das quais as mencionadas anteriormente sejam controladoras ou detenham mais de 10% (dez por cento) das participações societárias.

Capítulo III - Da Vedação de Participação nos Órgãos de Administração

Art. 95 São impedidos de servir nos órgãos da administração da FUNDAÇÃO, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado de pessoa que já integre algum dos órgãos da FUNDAÇÃO.

Capítulo IV - Dos Administradores da Fundação

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927



23



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Art. 96 Os administradores da FUNDAÇÃO são brasileiros, nos termos constitucionais, sendo sua eleição e posse comunicada ao órgão do Ministério das Comunicações, na forma da lei.



Capítulo V

Da Interpretação do Estatuto Social nos Casos Omissos ou Duvidosos

Art. 97 Os casos omissos ou duvidosos na interpretação deste Estatuto Social são resolvidos pelo Conselho Curador, ouvido o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.

Capítulo VI

Da Revogação das Disposições Contrárias e Anteriores

Art. 98 O presente Estatuto Social substitui o anterior e entra em vigor na data de seu registro no Cartório competente.

Lorena, 02 de fevereiro e 2023.

REG. CIVIL
LORENA/SP

Secretária

Rosana do Carmo Montemor

REG. CIVIL
LORENA/SP

Presidente do Conselho Curador

Ir. Zenilde Aparecida Fontes

REG. CIVIL
LORENA/SP

Diretor Executivo

José Ricardo Flores Faria

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

Ciente o M. P.

24

24 FEV. 2023

Íria S. M. Neves Roma

ATO PRATICADO NO VERSO
Registro Civil de Lorena/SP

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



VISTO DOS ADVOGADOS

[Signature]

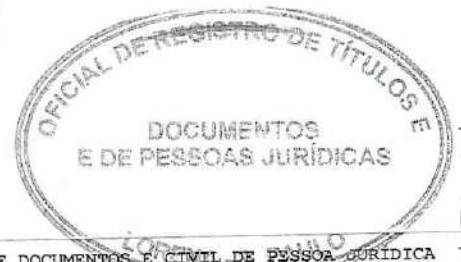
Dr. Luís Fernando Rabelo Chacon

OAB SP – 172.927

[Signature]

Dra. Erika Spalding

OAB SP – 184.964



OFICIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA	
Protocolado e Microfilmado N°: PJ 006691	
Reg. No 567, Prof. Of. A-1, Av. 24, LV. A-3, FLS. 152v.	
-SELO: 1197924PJCS000011591M0236, (REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL)	
LORENA, 08/03/2023	
CAROLINA FERNANDA ALMEIDA GOMES DA SILVA	
ESCREVENTE	
	Ao Cartório..... 391,72
	Ao Estado..... 111,70
	Ao IPESP..... 76,30
	Reg. Civil..... 20,60
	Trib. Justiça..... 26,70
	Ao Município..... 12,38
	Ao Min. Público..... 16,90
	Condução/Outros..... 0,01
	TOTAL..... 657,31

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

Ciente o M. P. 25

24 FEV. 2023

Virgínia S. M. Neves Roma



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fa3b79a0d1>



Capítulo IX – Das Atas das Reuniões do Conselho Curador

Art. 40 A ata do Conselho Curador é assinada pelo Presidente e pelo secretário designado pelo Presidente no início dos trabalhos, sendo a ela anexada lista de presença ou outra comprovação da presença de Conselheiros, de acordo com o formato da reunião (presencial ou virtual) e as exigências legais aplicáveis.

Capítulo X – Das Competências do Conselho Curador

Art. 41 Compete ao Conselho Curador:

- I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social;
- II - eleger os membros efetivos do Conselho Fiscal e os membros do Conselho Consultivo;
- III - eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, com exceção do Diretor Executivo, e empossá-los, cumpridas as normas deste Estatuto Social;
- IV - fixar, preferencialmente até 30 de setembro de cada ano, as diretrizes de atuação para o exercício seguinte;
- V - examinar e aprovar o Orçamento Anual;
- VI - aprovar, preferencialmente até 15 de abril de cada ano, a Prestação de Contas Anual e as Demonstrações Contábeis, mediante prévio parecer do Conselho Fiscal;
- VII - autorizar a Diretoria Executiva a comprar, vender, alienar, hipotecar, onerar, gravar, compromissar, alugar, dar e receber em comodato bens e praticar todos os atos relativos a imóveis permitidos em lei;
- VIII - autorizar a Diretoria Executiva a proceder a construções, benfeitorias e reformas de imóveis;
- IX - autorizar a Diretoria Executiva a aceitar doações de bens com encargos e legados;
- X - em conjunto com a Diretoria Executiva, elaborar e aprovar Diretório, Regimento, Regulamento e Normas Internas;
- XI - em conjunto com a Diretoria Executiva, denunciar ao Ministério Público erros, fraudes ou crimes de que venha a tomar conhecimento, sugerindo medidas que reputa como úteis à proteção da FUNDAÇÃO;
- XII - abrir e fechar Filiais, Departamentos e Núcleos de Atividades;
- XIII - aprovar a constituição de fundo patrimonial *endowment* e/ou de outros fundos que visem a sustentabilidade econômico-financeira da FUNDAÇÃO, bem como, quando o caso, aprovar seu regulamento;

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927

10



XIV - decidir sobre a transformação, dissolução, liquidação e/ou extinção da FUNDAÇÃO, assim como sobre a destinação do seu patrimônio, observadas as disposições estatutárias;

XV - aprovar marcas, logomarcas, nomes fantasia e outras designações ou sinais distintivos para os diferentes programas e projetos da FUNDAÇÃO;

XVI - estabelecer os critérios para contribuições ou doações de valores para esquemas de parceria educação e trabalho, bem como para o pagamento de bolsa-auxílio a estudantes estagiários;

XVII - decidir sobre os assuntos de interesse social;

XVIII - decidir sobre os casos omissos.

TÍTULO IV - DO CONSELHO CONSULTIVO

Capítulo I - Do Conselho Consultivo

Art. 42 O Conselho Consultivo é órgão facultativo, constituído por, no máximo, 7 (sete) membros, pessoas físicas ou jurídicas, eleitas pelo Conselho Curador, dentre as pessoas:

I - que contribuírem com a FUNDAÇÃO, por meio de cooperação científica, técnica, informativa, cultural e social, ou por meio de doações financeiras ou materiais;

II - representantes de ordens ou conselhos de profissões, universidades e instituições de ensino;

III - representantes de entidades públicas ou privadas, cuja atuação junto à comunidade, direta ou indiretamente, se apresente como de interesse para o trabalho da FUNDAÇÃO e para a parceria entre educação e trabalho sobre múltiplos e diversificados aspectos;

IV - que, como voluntárias, prestem serviços à FUNDAÇÃO, com destaque às que atuem no campo educacional, científico, cultural e social.

Capítulo II - Do Mandato dos Membros do Conselho Consultivo

Art. 43 Os membros do Conselho Consultivo são eleitos pelo Conselho Curador para o mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas associadas serão representadas no Conselho Consultivo por pessoa munida de poderes de representação.

Capítulo III - Das Competências do Conselho Consultivo

Art. 44 O Conselho Consultivo é órgão auxiliar do Conselho Curador e da Diretoria Executiva e tem por atribuição:

Erika Spalding - OAB SP 184.964

Luís Fernando Rabelo Chacon - OAB SP 172.927





11



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ

Avenida Peixoto de Castro, 539 - Vila Zélia - 12 606 580 Lorena - SP
Tel. (12)2124.2888 2124.2858 email: fundacao@olgadesa.com.br

A **Fundação Olga de Sá**, CNPJ nº. 04.956.748/0001-13, sediada na Avenida Doutor Peixoto de Castro, 539 – Vila Celeste, na cidade de Lorena no estado de São Paulo, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada em Caráter Educativo na frequência de 107,5MHz, vem por seus dirigentes em conjunto, declarar que:

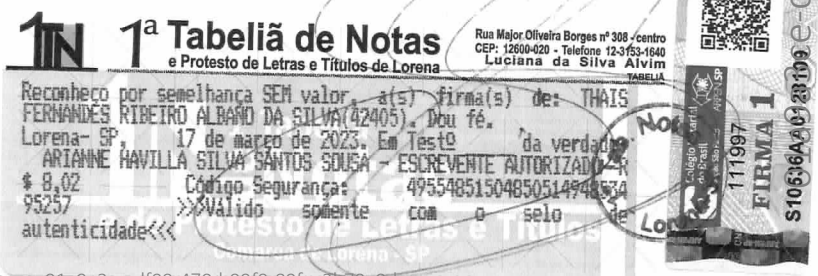
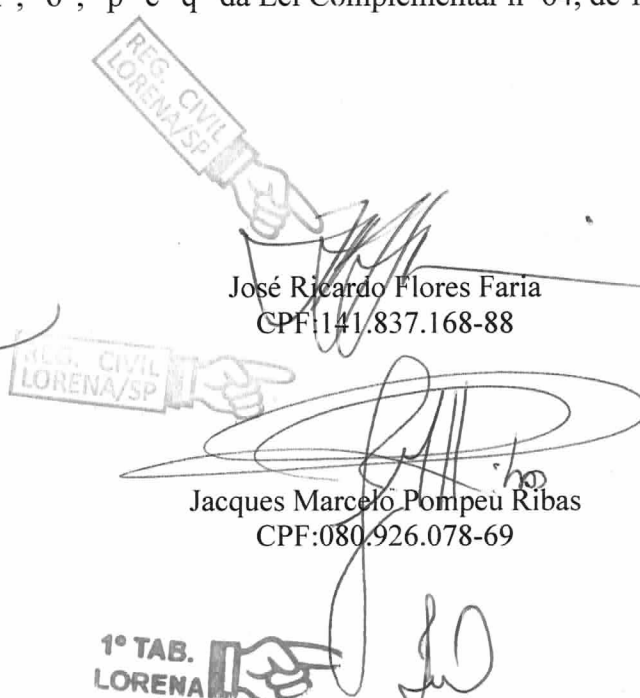
a.1) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

a.2) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

José Ricardo Flores Faria
CPF:141.837.168-88

Jacques Marcelo Pompeu Ribas
CPF:080.926.078-69

Thais Fernandes Ribeiro Albano da Silva
CPF: 299.126.188-90



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ

Avenida Peixoto de Castro, 539 - Vila Zélia - 12 606 580 Lorena - SP
Tel. (12)2124 2869 - email: fundacao@olgadesa.com.br



Ref.: Convocação faz.

Ilustríssimos Senhores
Membros da Fundação Olga de Sá

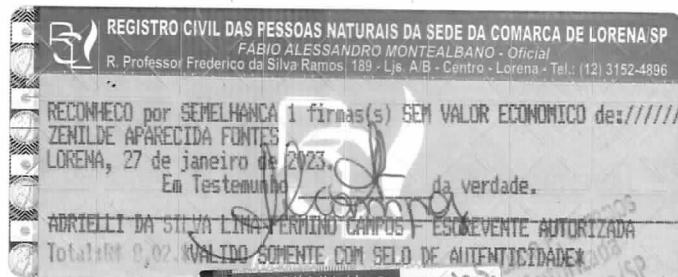
Nos termos do que dispõe o Estatuto Social da Fundação Olga de Sá, a Presidente do Conselho Curador convoca Vossas Senhorias, para a reunião conjunta do Conselho Curador, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo da Fundação Olga de Sá, a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2022, às 10 h, na Sala de Reuniões, Bloco São José, do UNIFATEA, situado à Avenida Dr. Peixoto de Castro, 539, para deliberar sobre:

- I. Eleição dos três membros efetivos do Conselho Curador, para o triênio compreendido entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2025 (Art. 29, inciso II);
- II. Eleição, pelos pares, do Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho Curador (Art. 32);
- III. Nomeação pelo Conselho Curador dos membros do Conselho Fiscal (Art. 51);
- IV. Eleição, entre os pares, do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Fiscal (Art. 52, Parágrafo único);
- V. Nomeação pelo Conselho Curador dos membros do Conselho Consultivo (Art. 46);
- VI. Nomeação da Diretoria Executiva, com exceção do Diretor Executivo (Art. 57).

Contando com a presença de todos, subscrevo-me,

Cordialmente,

Lorena, 02 de dezembro de 2022.



Ir. Zenilde Aparecida Fontes
Presidente do Conselho Curador

Clonete o M. P

Virgínia S. M. Neves Roma



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNvoce=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

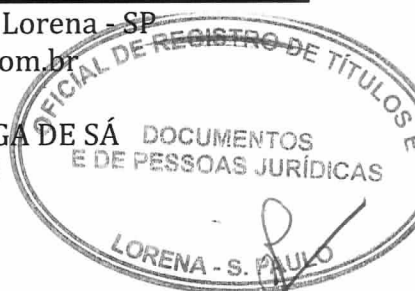
01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ

Avenida Peixoto de Castro, 539 - Vila Zélia - 12 606 580 Lorena - SP

Tel. (12)2124 2869 email: fundacao@olgadesa.com.br

LISTA DE PRESENÇA À REUNIÃO DA FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ DOCUMENTOS
REALIZADA DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE PESSOAS JURÍDICAS



Nome Legível	Assinatura
Ir. Zenilde Aparecida Fontes	
Prof. Dr. José Ricardo Flores Faria	
Prof. Me. Norio Ishisaki	
Prof. Dr. Henrique Martins Galvão	
Jacques Marcelo Pompeu Ribas	
Profa. Me. Sônia Maria Gonçalves Siqueira	
Prof. Dr. Paulo Sérgio de Sena	
Prof. Dr. Nelson Tavares Matias	
Prof. Me. Pedro de Almeida Cunha	
Thais Fernandes Ribeiro Albano da Silva	
Profa. Me. Deise Ap. Carelli Reis de Oliveira	
Profa. Dra. Maria Cristina Marcelino Bento	
Profa. Me. Valdinéia Luiz Hertel	
Prof. Me. Lúcio Mauro da Cruz Tunice	
Ulisses Shinji Fucuda	
Prof. Me. Evandro Luiz Fialho	

Profa. Me. Deise Ap. Carelli Reis de Oliveira

Profa. Me. Deise Ap. Carelli Reis de Oliveira

Cliente c. M. P

27/12/2022

Virgínia S. M. Neves Roma



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

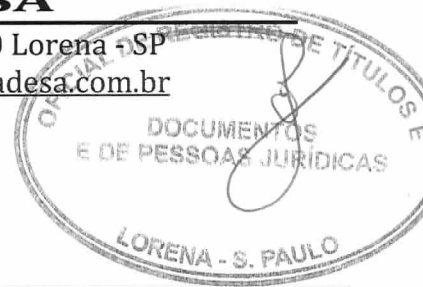
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022-02-02 (12/12/2022) - 01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d - pg. 251

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ

Avenida Peixoto de Castro, 539 - Vila Zélia - 12 606 580 Lorena - SP
Tel. (12)2124 2869/2124 2946 email: fundacao@olgadesa.com.br



1. Irmã Célia Regina Querido	
2. Irmã Zenilde Aparecida Fontes	
3. Prof. Dr. José Ricardo Flores Faria	
4. Prof. Dr. Henrique Martins Galvão	
5. Prof. Norio Ishisaki	
6. Jacques Marcelo Pompeu Ribas	
7. Prof. Dr. Nelson Tavares Matias	
8. Prof. Dr. Paulo Sérgio de Sena	
9. Profa. Me. Valdineia Luiz Hertel	
10. Prof. Me. Lúcio Mauro da Cruz Tunice	
11. Profa. Dra. Maria Cristina Marcelino Bento	
12. Prof. Me. Evandro Luiz Fialho	
13. Dra. Erika Spalding	
14. Dr. Luis Fernando Rabelo Chacon	
15. Ana Lúcia Caloi Neves	

16. Rosana do Bom Montemor
→ 17. Pe. Pedro de Almeida Ambrósio Almeida

Ciente o M. P

Lorena, 02 de fevereiro de 2023.

24 FEV. 2023

Ana S. M. Neves Roma

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ

Avenida Peixoto de Castro, 539 - Vila Zélia - 12 606 580 Lorena - SP

Tel. (12)2124 2869- e-mail: fundacao@olgadesa.com.br



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ - LORENA - SP - REALIZADA EM 12 de DEZEMBRO de 2022.

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às dez horas, realizou-se, na Sala de Reuniões, Bloco São José, do Centro Universitário Teresa D'Ávila, situado à Avenida Dr. Peixoto de Castro, 539, a reunião conjunta do Conselho Curador, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal da Fundação Olga de Sá para, sob a presidência de Irmã Zenilde Aparecida Fontes, Presidente do Conselho Curador da Fundação Olga de Sá, tratarem da seguinte ordem do dia: I. Eleição dos três membros efetivos do Conselho Curador, para o triênio compreendido entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2025; II. Eleição, pelos pares, do Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho Curador; III. Nomeação pelo Conselho Curador dos membros do Conselho Fiscal; IV. Eleição, entre os pares, do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Fiscal; V. Nomeação pelo Conselho Curador dos membros do Conselho Consultivo; VI. Nomeação da Diretoria Executiva, como exceção do Diretor Executivo. Às dez horas, constatado o quórum, em primeira convocação, nos termos do Artigo 40 do Estatuto Social, consoante às respectivas assinaturas na lista de presença, Irmã Zenilde Aparecida Fontes, Presidente do Conselho Curador da Fundação Olga de Sá, assumiu os trabalhos, dando as boas-vindas a todos. Em prosseguimento, o Presidente da sessão, Prof. Dr. Henrique Martins Galvão, fez a leitura do ofício datado de 30 de novembro de 2022, encaminhado à Diretora Presidente do Instituto Santa Teresa, Ir. Teresa Cristina Pisani Domiciano, pelo Conselho Curador, a indicação do representante do Instituto Santa Teresa que terá assento, como membro nato, na Diretoria Executiva da Fundação Olga de Sá durante o período compreendido entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2025, como representante do Instituto Santa Teresa e à luz do Art. 58 e Parágrafo Único do Estatuto da Fundação, com os nomes dos indicados: Profa. Dra. Maria Cristina Marcelino Bento, Prof. Dr. José Ricardo Flores Faria e Prof. Me. Lúcio Mauro da Cruz Tunice. Leu, também, a resposta da Ir. Teresa Cristina Pisani Domiciano que optou pela designação do Prof. Dr. José Ricardo Flores Faria, brasileiro, casado, arquiteto e urbanista, portador do RG 23.044.209-2/SSP-SP e do CPF 141.837.168-88, residente à Rua Monte Castelo, nº 432, Vila Zélia, CEP 12.606-320, em Lorena, SP como representante do Instituto Santa Teresa, a ocupar o assento de Diretor Executivo da Fundação, para o período identificado acima e da Ir. Zenilde Aparecida Fontes, brasileira, solteira, religiosa, portadora do RG 1082782978 e do CPF 974.358.489-72, residente à Avenida Peixoto de Castro, nº 539, Vila Zélia, CEP 12.606-580, em Lorena, SP como representante do Instituto Santa Teresa, a ocupar o assento de Presidente do Conselho Curador da Fundação (Artigo 29, inciso I, alíneas "a" e "b", do Estatuto Social), para o triênio identificado acima. Irmã Zenilde Aparecida Fontes apresentou os eleitos, por unanimidade, do Conselho Curador: Norio Ishisaki, brasileiro, casado, professor, portador do CPF 001484508-30 e RG 8093973-9, residente à Rua Regina, 420, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, SP; Rosana do Carmo Montemor, brasileira, solteira, relações públicas, portadora do RG 20437543 e CPF 049.867.568-85, residente à Rua Capitão Inácio, no. 36, centro, Lorena, SP; Henrique Martins Galvão, casado, brasileiro, administrador, portador do RG 11675524-6 e do CPF 009.287.188-75, residente à Rua Jordelina Bartelega Mendes, 130, Parque Tabatinga,

Ciente c. M. P.

27 JAN 2023



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinaturas.camara.gov.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Lorena, SP. Na oportunidade, o Conselho Curador complementou a composição da Diretoria Executiva que tem o Prof. José Ricardo Flores Faria, Diretor Executivo, nomeando Jacques Marcelo Pompeu Ribas, brasileiro, casado, administrador, portador RG 24.384.430-X e do CPF 122.098.008-03, residente à Rua Asp. Eduardo Roberto Areco, 626, Parque Mondesir, Lorena, SP, Diretor Administrativo e Financeiro e Thais Fernandes Ribeiro Albano da Silva, brasileira, casada, assistente social, portador do CPF 299.126.188-90 e RG 352954826, residente à Av. Nossa Senhora de Fátima, 750, Bairro da Cruz, Lorena, SP, como Diretora de Operações, todos com mandato para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2025 (conforme estatuto vigente). Na sequência, o Conselho Curador, com base no Artigo 51, constituiu o Conselho Fiscal com Paulo Sérgio de Sena, brasileiro, casado, professor, portador do RG 8452267 e do CPF 019.104.208-08, residente à Rua Raul Rios, 268, Vila Hepacaré, Lorena, SP; Nelson Tavares Matias, brasileiro, casado, professor, portador do RG 06412040-5 e CPF 888.921.587.91, residente à av. Cel. Antônio Esteves, 2205, casa 45 B, Morada das Agulhas, Resende, RJ; Pe. Pedro de Almeida Cunha, solteiro, brasileiro, religioso, portador do RG 53.126.141-4 e CPF 255.999.505-06, residente à Rua Abílio Pereira Leite, 170, Aterrado, Lorena, SP e indicando como suplentes: Diego de Magalhães Barreto, professor, brasileiro, casado, portador do RG 32686603-6 e CPF 341.518.128-65, residente à Rua Prof. Carlos Eugênio Marcondes, 170, Loteamento Village das Palmeiras, Lorena, SP; Paládia de Oliveira Romeiro da Silva, brasileira, casada, advogada, portadora do RG 42.533.570-7 e CPF 324.661.398-20, residente à Rua Targino Vilela Nunes, 6650, Vila Nunes, Lorena, SP. Foram, ainda, nomeados pelo Conselho Curador os membros do Conselho Consultivo: Profa. Me. Sônia Maria Gonçalves Siqueira, brasileira, solteira, professora, portadora do RG no. 7.704.236 e do CPF no. 499.102.487-00, residente à Rua Dr. Sobrau, 618, Casa da Lua, Resende, RJ; Maria Cristina Marcelino Bento, brasileira, casada, professora, portadora do RG 18040715 e do CPF 062.435.268-44, residente à Rua Cel. José Vicente, 1010, Vila Hepacaré, Lorena, SP; Deise Aparecida Carelli Reis de Oliveira, brasileira, separada judicialmente, professora, portadora do RG 10988155-2 e do CPF 054.455.118-47, residente à Rua Sylvio José Marcondes Coelho, 117, Chácara Selles, Guaratinguetá, SP; Valdineia Luiz Hertel, brasileira, casada, professora, portadora do RG MG- 179.138.58 e CPF 631.378.796-04, residente à Rua do Sossego, 154, Mirante da Serra, Resende, RJ; Lúcio Mauro da Cruz Tunice, brasileiro, casado, professor, portador do RG 32.664.334-5 e CPF 298.898.868-47, residente à Rua Antônio José Veloso, 134, centro, Guaratinguetá, SP; Ulisses Shinji Fucuda, brasileiro, casado, professor, portador do RG 5.256.582-7 e do CPF 055.767.238-48, Rua Alfredo Antônio Santos, 265, Jardim Margarida, Lorena, SP; Evandro Luiz Fialho Martins, brasileiro, solteiro, professor, portador do RG 27648342-X e CPF 171.180.028-79, residente à Rua Prof. Jovino de Aquino, 180, Vila Nunes, Lorena, SP; com o intuito de tomarem posse nos respectivos cargos da DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO CURADOR, CONSELHO FISCAL E CONSELHO CONSULTIVO com mandatos para o período 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2025 cujas eleições ocorreram em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 12 de dezembro de 2022 e que ficam assim constituídos: Prof. Dr. José Ricardo Flores Faria, Diretor Executivo, Sr. Jacques Marcelo Pompeu Ribas como Diretor de Administração e Finanças, Sra. Thais Fernandes Ribeiro Albano da Silva, Diretora de Operações; Conselho Curador: Ir. Zenilde Aparecida Fontes, Prof. Dr. José Ricardo Flores Faria, Prof. Me. Norio Ishisaki, Profa. Me. Rosana do Carmo Montemór, Prof. Dr. Henrique Martins Galvão; Conselho Fiscal: Prof. Dr. Paulo Sérgio Sena, Prof. Me. Pe. Pedro de Almeida Cunha e o Prof. Dr. Nelson Tavares Matias e



como suplentes Profa. Dra. Paládia de Oliveira Romeiro da Silva e Prof. Me. Diego de Magalhães Barreto; Conselho Consultivo: Profª. Dra. Maria Cristina Marcelino Bento, Profa. Me. Sônia Maria Gonçalves Siqueira, Profa. Me. Deise Aparecida Carelli Reis de Oliveira, Profa. Me. Valdineia Luiz Hertel, Prof. Me. Lúcio Mauro da Cruz Tunice, Sr. Evandro Luiz Fialho e Sr. Ulisses Shinji Fucuda. Proclamados os eleitos, aceitaram os cargos e, tomarão posse, automaticamente, em 01º de janeiro de 2023, para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2025 (conforme estatuto vigente). Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Curador deu por encerrada a reunião da qual eu, Henrique Martins Galvão, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata que lida e achada conforme, foi aprovada. E, para que possa produzir seus efeitos legais, esta ata será assinada por mim, Secretário, e pela Presidente da reunião e levada para registro no Cartório competente.

Lorena, 12 de dezembro de 2022.

1ª Tabeliã de Notas
e Protesto de Letras e Títulos de Lorena

Reconheço por semelhança SEM valor, a(s) firma(s) de: HENRIQUE MARTINS GALVÃO(50912). Dou fé.
Lorena- SP, 27 de janeiro de 2023. Em Teste da verdade
e. HELYEMARE PAOLLA DA SILVA DE OLIVEIRA COELHO ESCRIVENTE A
UTORIZADA R\$ 8,02 Código Segurança: 50954849504
85051495153575248 >>>Válido somente com o selo de
autenticidade<<<

Rua Major Oliveira Borges nº 305 - CEP: 12600-020 - Telefone 12-3152-4896
Luciana da Silva A

FIRMA 1
11997
S10536AA0127488

Prof. Dr. Henrique Martins Galvão
Secretário "ad hoc"
Fundação Olga de Sá

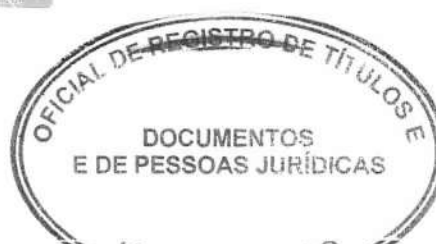
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DA SEDE DA COMARCA DE LORENA/SP
FABIO ALESSANDRO MONTEALBANO - Oficial
R. Professor Frederico da Silva Ramos, 189 - Ljs. A/B - Centro - Lorena - Tel.: (12) 3152-4896

Reconheço por SEMELHANÇA 1 firmas(s) SEM VALOR ECONOMICO des://///
ZENILDE APARECIDA FONTES
LORENA, 27 de janeiro de 2023.
Em Testemunho da verdade.

ADRIELLI DA SILVA SILVA FERNAND CAMPUS - ESCRIVENTE AUTORIZADA
Total: R\$ 0,02. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

FIRMA 1
116145
S10537AA0044160

Ir. Zenilde Aparecida Fontes
Presidente Conselho Curador
Fundação Olga de Sá



OFICIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Protocolado e Microfilmado N°: PJ 006637
Reg. No 667, Prot. Of. A-1, AV. 22, LJA-3, FLS. 152V,
-SELO: 1197924P7P300001149628336 (ELETRÔNICO)

LORENA, 01/02/2023

CAROLINA FERNANDA ALMEIDA GOMES DA SILVA
ESCREVENTE

Ao Cartório.....	99,87
Ao Estado.....	28,44
Ao IPESP.....	19,44
Reg. Civil.....	5,26
Trib. Justiça.....	6,82
Ao Município.....	2,93
Ao Min. Público.....	4,81
Condução/Outros.....	0,00
TOTAL.....	167,57

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdNorma=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

TERMO DE POSSE



Ao 01 dia do mês de janeiro do ano de 2023(01/01/2023), às 10 horas, compareceram à sede da FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ, Auditório São José, Bloco Teresa de Jesus, do Centro Universitário Teresa D'Ávila, situada na Av. Dr. Peixoto de Castro, nº 539, Vila Zélia, Lorena, Estado de São Paulo nesta cidade de Lorena, Estado de São Paulo, os Senhores: Ir. Zenilde Aparecida Fontes, brasileira, solteira, religiosa, portadora do RG 1082782978 e do CPF 974.358.489-72, residente à Avenida Peixoto de Castro, nº 539, Vila Zélia, CEP 12.606-580, em Lorena, SP; José Ricardo Flores Faria, brasileiro, casado, arquiteto e urbanista, portador do RG 23.044.209-2/SSP-SP e do CPF 141.837.168-88, residente à Rua Monte Castelo, no. 432, Vila Zélia, CEP 12.606-320, Lorena, SP; Rosana Montemór, brasileira, solteira, relações públicas, portadora do RG 20437543 e do CPF 049.867.568-85, residente a Rua Capitão Inácio, nº 36, centro, Lorena, SP; Norio Ishisaki, brasileiro, casado, professor, portador do CPF 001484508-30 e RG 8093973-9, residente à Rua Regina, 420, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, SP; Henrique Martins Galvão, brasileiro, casado, administrador, portador do RG no. 11675524-6 e do CPF nº 009.287.188-75, residente a Rua Jordelina Bartelega Mendes, nº 130, Parque Tabatinga, CEP 12650-350, Lorena, SP; Jacques Marcelo Pompeu Ribas, brasileiro, casado, administrador, portador do RG 24.384.430-X e do CPF 122.098.008-03, residente à Rua Asp. Eduardo Roberto Areco, 626, Parque Mondesir, Lorena, SP; Thais Fernandes Ribeiro Albano da Silva, assistente social, portador do CPF 299.126.188-90 e RG 352954826, residente à Av. Nossa Senhora de Fátima, 750 - Bairro da Cruz, Lorena, SP; Paulo Sérgio de Sena, brasileiro, casado, professor, portador do RG 8.452.267-7 e CPF 019.104.208-08, residente a Rua Raul Rios, nº 268, Vila Hepacaré, CEP 12.608-270, Lorena, SP; Nelson Tavares Matias, brasileiro, casado, professor, portador do RG 06412040-5 e CPF 888.921.587.91, residente à av. Cel. Antônio Esteves, 2205, casa 45 B, Morada das Agulhas, Resende, RJ; Pe. Pedro de Almeida Cunha, solteiro, brasileiro, religioso, portador do RG 53.126.141-4 e CPF 255.999.505-06, residente à Rua Abílio Pereira Leite, 170, Aterrado, Lorena, SP; Maria Cristina Marcelino Bento, brasileira, casada, professora, portadora do RG nº 18040715, e do CPF 062.435.268-44, residente a Rua Cel. José Vicente, 1010, Vila Hepacaré, CEP 12609-310, Lorena, SP; Deise Aparecida Carelli Reis de Oliveira, brasileira, separada judicialmente, professora universitária e artista plástica, portador do RG nº 10988155-2 e do CPF nº 054.455.118-47; residente à Rua Professor Sylvio José Marcondes Coelho 117 - Chácara Selles - Guaratinguetá, SP; Valdinea Luiz Hertel, brasileira, casada, professora, portadora do RG nº MG- 17.913.858 e do CPF nº 631.378.396-04, residente a Rua do Sossego, 154, Mirante da Serra, Resende, RJ; Sônia Maria Gonçalves Siqueira, brasileira, solteira, professora, portadora do RG no. 7.704.236 e do CPF no. 499.102.487-00, residente à Rua Dr. Sobrau, 618, Casa da Lua, Resende, RJ; Prof. Me. Lúcio Mauro da Cruz Tunice, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 32.664.334-5 e do CPF nº 298.898.868-47; residente à Rua Antônio José Veloso, 134, centro, Guaratinguetá, SP; Sr. Ulisses Shinji Fucuda, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador do RG nº 5256582 e do CPF nº 055.767.238-48; residente à Rua Cel. José Vicente, nº 132, Vila Hepacaré, CEP.: 12.608-000, Lorena, SP; Sr. Evandro Luiz Fialho Martins, brasileiro, solteiro, jornalista, portador do RG nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470e-99f9-89fca3b79a0d>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8310-5

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTeira DE IDENTIDADE

B591-036767

PROIBIDO PLASTIFICAR

ABnote

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 23.044.209-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/JUN/2011

NOME JOSÉ RICARDO FLÔRES FARIA

FILIAÇÃO JOSÉ MARIA DA SILVA FARIA

E SIDNÉA FLÔRES FARIA

NATURALIDADE GUARATINGUETÁ - SP DATA DE NASCIMENTO 09/MAR/1973

DOC ORIGEM LORENA - SP

LORENA

CC: LV.B64 / ELS.246 / N.010430

CPF 141837168/88

197 Delegado Divisionário

Roberto SILVA DO CARVALHO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica nº 113.921.515 Série Única

Cliente / Endereço de Entrega		Valor total a pagar	Número da Instalação
JOSE RICARDO FLORES FARIA RUA MONTE CASTELO 432		R\$ 520,27	40456226
12606-320 VILA ZELIA / LORENA - SP COD. IDENT. 0089872924 COD. FISCAL OPERAÇÃO: 5258 GRUPO/SUBGRUPO: B - B1 CLASSE/SUBCLASSE: RESIDENCIAL TP FORNECIMENTO: BIFÁSICO MODALIDADE TARIFÁRIA: CONVENCIONAL ROTEIRO DE LEITURA: B11LR04M00124 NR MEDIDOR: 10180938 TENSÃO NOMINAL: 220 / 127 V		Consumo mês / kWh	Data de Vencimento
		573	04/07/2022
Local de Consumo		Atendimento EDP	Conta do Mês
JOSE RICARDO FLORES FARIA CNPJ/CPF/CI: 14183716888 INSC ESTADUAL: RUA MONTE CASTELO 432		0800 721 0123 www.edponline.com.br	Junho/2022
12606-320 VILA ZELIA / LORENA - SP			

Bandeiras Tarifárias		Período de Faturamento	
Bandeira Tarifária Vigente na Data de Faturamento: VERDE		Emissão	20/06/2022
Nº dias Fat. Bandeira VERDE : 32 dias (18/05/2022 a 18/06/2022)		Leitura Anterior	17/05/2022
Informações sobre o sistema de bandeiras tarifárias estão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br)		Leitura Atual	18/06/2022
		Nº Dias de Faturamento	32 Dias
		PREV. PRÓXIMA LEITURA	18/07/2022
		Aviso	

Faturamento por média aritmética
Débito automático
em 18/06/2022 às 10:16 devido a
Impedimento de acesso há 02 mês(es)

Reservado ao Fisco: 7496.2E75.E487.5C96.9E31.4F07.9E95.F206

Descrição de Consumo					
Descrição	Nr do Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const.Mult.	Qtde kWh mês
Ativo	10180938	90.703	91.276	1,00000	573,00

Detalhes de Faturamento														
CCI	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE kWh	TARIFA APLIC. (R\$)	VALOR FORNEC	TARIFA C/ IMPOSTOS	B. CÁLC. ICMS	ALIQ. ICMS%	VALOR ICMS 25,00%	B.CÁLC. PIS/COFINS	ALIQ. PIS%	VALOR PIS 0,59%	ALIQ. COFINS%	VALOR COFINS 2,71%	VALOR TOTAL
0605	TUSD - Consumo	573,0000	0,32114000	184,01	0,44279232	253,72	25,00	63,43	190,29	0,59	1,12	2,71	5,16	253,72
0601	TE - Consumo	573,0000	0,31478000	180,37	0,43403141	248,70	25,00	62,18	186,52	0,59	1,10	2,71	5,05	248,70
ITENS FINANCEIROS														
0807	CIP - Contribuição Municipal													17,85
TRIBUTOS														
	Descrição	Base de Cálculo	Alíquota(%)	Valor (R\$)										
PIS		376,81	0,59	2,22										
COFINS		376,81	2,71	10,21										
ICMS		502,42	25,00	125,61										

Atenção

Leitura não efetuada - Acesso ao medidor impedido.

Caro Cliente

Agradecemos a pontualidade no pagamento



JOSE RICARDO FLORES FARIA

RUA MONTE CASTELO 432
12606-320 VILA ZELIA / LORENA - SP

Nº da Instalação	Vencimento	Total a Pagar
40456226	04/07/2022	R\$ 520,27

ATENÇÃO Considerar esta conta quitada somente após o débito em sua conta corrente. Caso contrário, pague na rede bancária credenciada. Após o vencimento sujeito a multa de 2%, juros de 1% ao mês e atualização monetária.

Identificador para
Débito Automático:
190032250853

836300000053 202700730072 006420149004 004658990553



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

[https://infoleg-autenticidad.bo/doc/guest-viewer/Ford/Neg-089Page-\(59-76\)of\(76\).pdf](https://infoleg-autenticidad.bo/doc/guest-viewer/Ford/Neg-089Page-(59-76)of(76).pdf)



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.
Rua WERNER VON SIEMENS, 111, LAPA DE BAIXO
CXPST 44191-0 CONJ 22 BLOCO A SALA 1
CEP: 05.069-900 - SAO PAULO - SP

CNPJ 02.302.100/0001-06
I.E. 115.026.474.116
Insc. Única Reg. Esp.
Processo SF-5-13753/2000



Cliente / Endereço de Entrega

JOSE RICARDO FLORES FARIA
RUA MONTE CASTELO 432

12606-320 VILA ZELIA / LORENA - SP

GRUPO/SUBGRUPO: B - B1 CLASSE/SUBCLASSE: RESIDENCIAL
COD. IDENT. 0089872924 COD. FISCAL OPERAÇÃO: 5258
TENSÃO NOMINAL: 220 / 127 V ROTEIRO DE LEITURA: B11LR04M00124
NR MEDIDOR: 10180938

Datas

Emissão 20/06/2022

Número da Instalação

40456226

Data de Vencimento

04/07/2022

Conta do Mês

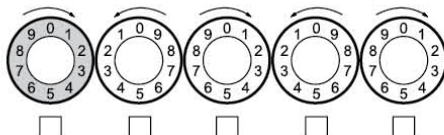
Junho/2022



53304324

Autoleitura

Informe no Atendimento EDP. Antes, marque as posições dos ponteiros nos relógios, da direita para a esquerda, ou anote os números registrados nos quadros. Lembre-se de anotar a data de leitura.



DATA DA LEITURA ____/____/____

Atendimento EDP

0800 721 0123

Ligação gratuita para solicitações de serviços e informações

edponline - App disponível para IOS e Android
www.edponline.com.br

Acesse: www.edp.com.br

facebook.com/edpbr

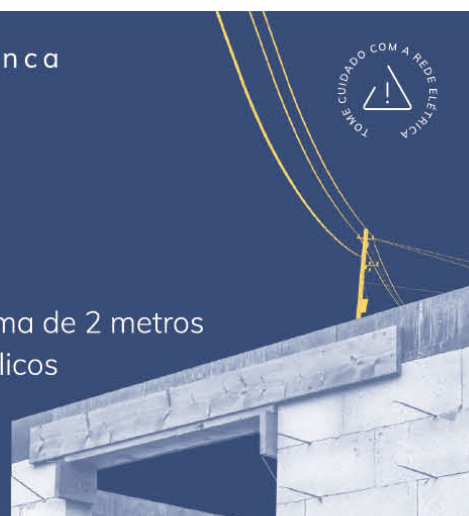
@edpbr

#seliganasegurança

edp.com.br/seguranca

Reforma ou construção? Cuidado com a fiação.

Para evitar acidentes fatais, mantenha uma distância mínima de 2 metros da rede elétrica, principalmente ao manusear objetos metálicos como vergalhões, escadas, rolos de pintura e andaimes.



Remetente
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.
Rua Werner Von Siemens, 111, Lapa de Baixo CXPST 44191-0 Conj 22 Bloco A Sala 1 CEP: 05.069-900 - São Paulo - SP

Para uso do Correio

Reintegrado ao Serviço Postal em: ____/____/____

Rubrica do Responsável: _____

Matrícula: _____

☐ 01-Mudou-se ☐ 02-Recusado/Desconhecido ☐ 03-Ausente ☐ 04-Não Procurado ☐ 05-Endereço Insuficiente/Não existe Número indicado

Atendimento EDP 0800 721 0123 Ligação Gratuita para solicitações de serviços e informações

Ouvidoria EDP: 0800 721 0201 (de segunda a sexta, exceto feriados, das 8h00 às 18h00) (Ligação gratuita de telefones fixos e móveis)

ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo: 0800 727 0167 (Ligação gratuita de telefones fixos e móveis)

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica: Tel 167 (Ligação gratuita de telefones fixos e móveis)

Conselho de Consumidores da EDP São Paulo Distribuição de Energia: www.edpbr.com.br/distribuicao-sp/sobre-a-distribuicao/conselho-de-consumidores/sobre-o-conselho-de-consumidores-sp

Histórico de Consumo (kWh)

Mês/Ano	Consumo Ativo	Valor Total	Mês/Ano	Consumo Ativo	Valor Total
06/22	573	R\$ 520,27	11/21	587	R\$ 657,70
05/22	577	R\$ 567,46	10/21	464	R\$ 0,00
04/22	817	R\$ 944,02	09/21	569	R\$ 541,03
03/22	603	R\$ 682,55	08/21	225	R\$ 207,82
02/22	667	R\$ 734,78	07/21	672	R\$ 595,29
01/22	479	R\$ 252,90	06/21	659	R\$ 557,68
12/21	560	R\$ 649,32			

Informações importantes

·Informações Suplementares, Condições Gerais de Fornecimento, Tarifas, Contribuição de Iluminação Pública, Produtos, Serviços Prestados, Impostos e apuração dos indicadores de continuidade e limites aplicáveis se encontram a disposição para consulta através do telefone 0800 721 0123, em nossas Lojas Comerciais e no site da EDP: www.edponline.com.br.

·Os valores relativos aos nossos serviços são cobrados apenas na conta de energia elétrica.

·O atraso no pagamento da fatura incidirá multa de 2%, juros moratórios de 1% ao mês e atualização monetária que serão incluídos na fatura do próximo mês.

·O pagamento, mesmo após o vencimento, deve ser realizado na rede de bancos ou agentes arrecadadores credenciados amplamente divulgada em sua localidade.

·A EDP não possui cobradores domiciliares.

·O pagamento em cheque, a quitação da conta de energia elétrica estará condicionada à sua compensação.

Detalhes do Valor Faturado

Energia Elétrica	187,52
Distribuição	97,10
Transmissão	25,02
Encargos Setoriais	54,74
Impostos / Tributos	138,04
Total	502,42



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XXV(25a Legislatura) - SEI 531.000.352/2022-000 - pg. 260

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Número de Instalação

40456226

JOSE RICARDO FLORES FARIA
RUA MONTE CASTELO 43212606-320 VILA ZELIA / LORENA - SP
COD. IDENT. 0089872924 COD. FISCAL OPERAÇÃO: 5258
GRUPO/SUBGRUPO: B - B1 CLASSE/SUBCLASSE: RESIDENCIAL
TP FORNECIMENTO: BIFÁSICO MODALIDADE TARIFÁRIA: CONVENCIONAL
ROTEIRO DE LEITURA: B11LR04M00124 NR MEDIDOR: 10180938 TENSÃO NOMINAL: 220 / 127 V**NÃO CONSEGUIMOS ACESSO AO SEU MEDIDOR DE ENERGIA**

Mensalmente nossos leituristas visitam sua unidade consumidora para realizar a leitura do medidor de energia elétrica.

No entanto, em visita realizada no dia 18/06/2022 e hora 10:16, não conseguimos acesso ao medidor para a coleta da leitura.

Informamos que esta situação vem ocorrendo há 02 mês(es). Por isso, sua conta esse mês será faturada pela média.

Lembramos que é responsabilidade do consumidor permitir o livre acesso ao medidor, seja para a leitura ou inspeções por parte da distribuidora, de acordo com a Resolução ANEEL/414, e poderá ter a energia suspensa para regularização se a dificuldade de acesso permanecer por 3 meses.

Em alternativa ao faturamento pela média, poderá ser informada a AUTOLEITURA do seu medidor através de um dos nossos canais de atendimento abaixo:

- * Site EDP: www.edponline.com.br (acesse e envie a foto do seu medidor)
- * Aplicativo EDP Online: Disponíveis nas plataformas IOS e Android (baixe o aplicativo e envie a foto do seu medidor)
- * Call Center 0800 721 0123
- * Agências de Atendimento

Em nossos canais digitais você pode informar a leitura entre 5 a 3 dias anteriores à data prevista para a próxima leitura indicado em sua conta de energia.

Para saber como fazer a leitura do seu medidor acesse nosso site: www.edp.com.br.

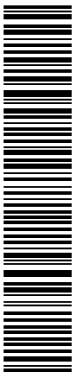
Atenciosamente,
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



53304324



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI.250 (Hd 30/05) - Lei 3211-2000/2022 - 01a pg. 159. 262

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Jacques Marcelo Pompeu Ribas

CARTEIRA DE IDENTIDADE

B441-085219

ASSINATURA DO TITULAR

PROIBIDO PLASTIFICAR

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

8300-6

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 24.384.430-X DATA DE EXPEDIÇÃO 12/FEV/2007

NOME JACQUES MARCELO POMPEU RIBAS

FILIAÇÃO JOSE NORIVAL RIBAS

E CELINA DE SOUZA POMPEU RIBAS

NATURALIDADE TAUBATÉ -SP DATA DE NASCIMENTO 14/JUL/1974

DOC ORIGEM TAUBATÉ - SP

PRIMEIRO SUBDISTRITO

CN:LV.A128/FLS.206 /N.078484

CPF

21 Delegado Divisionário

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
Rua Gomes de Carvalho, 1996 - São Paulo SP CEP 04547-006
Internet: www.edp.com.br
C.N.P.J. 02.302.100/0001-06 INSCR. EST. 115.026.474.116
Inscrição Única Regime Especial Processo DRTC III - 13753/2000

edponline
www.edponline.com.br

Cliente
JACQUES MARCELO POMPEU RIBAS

Instalação
0091476259

Endereço
RUA ASP EDUARDO R ARECO 626

Conta de
Mai/2020

Data de vencimento
02/07/2020

Consumo no mês (kWh)
667

Valor total a pagar
507,69

Via simplificada para pagamento – Sem fins fiscais

Autenticação mecânica



Via simplificada para pagamento – Sem fins fiscais

Instalação
0091476259

Data de vencimento
02/07/2020

Valor total a pagar
507,69

ATRASO NO PAGAMENTO SERÁ COBRADO EM CONTA FUTURA MULTA DE 2% E JUROS DE MORA DE 0,033% AO DIA, CONFORME LEI 10.438 DE 26/04/2002.

836000000056 076900730011 808928611009 003876994280



Autenticado eletronicamente, após conferência com o emitente.

<https://infoleg-autenticacao.com.br/validar/836000000056076900730011808928611009003876994280>



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Nomes

NEIMAR JULIANO ALBANO DA SILVA

CPF

34412159825

THAIS FERNANDES RIBEIRO ALBANO DA SILVA

29912618890

MATRÍCULA:

116145 01 55 2019 3 00003 292 0000606 61

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

NEIMAR JULIANO ALBANO DA SILVA, nascido no dia 02 de janeiro de 1982, natural de Lorena - SP, de nacionalidade brasileira, filho de NELSON ALBANO DA SILVA e de ADIR DA CRUZ DOS SANTOS SILVA.

THAIS FERNANDES RIBEIRO, nascida no dia 24 de junho de 1982, natural de Lorena - SP, de nacionalidade brasileira, filha de ROBSON ANTONIO RIBEIRO e de MARIA APARECIDA FERNANDES RIBEIRO.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO(POR EXTENSO)

oito de outubro de dois mil e dezenove

DIA

08

MÊS

10

ANO

2019

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão parcial de bens.

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

THAIS FERNANDES RIBEIRO ALBANO DA SILVA

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

Data do Casamento Religioso: 14 de setembro de 2019.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

Nada Consta.

Oficial de Registro Civil de Lorena - SP

Fábio Alessandro Montealbano - Oficial

Lorena/SP

Rua Prof. Frederico da Silva Ramos, 189 - Lj A e B

- Centro

CEP: 12600260 - Fone: (012) 3152-4896

O Conteúdo da certidão é verdadeiro.

Dou fé.

Lorena - SP, 08 de outubro de 2019.


Silvia Marcia Primo Leite
Escrevente

1ª VIA ISENTA DE EMOLUMENTOS

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE LORENA/SP
Fábio Alessandro Montealbano - Oficial
Rua Prof. Frederico da Silva Ramos, 189
Lojas A e B - Centro - Lorena/SP
CEP: 12600-260 - Tel: 12 3152-4896
e-mail: orcplorena@uol.com.br



Selo(s):

1161452PV0000000015998192



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/1161452PV0000000015998192>

116145-5-AA-000053774
01a9a3ce-d199-470d-99f9-89fca3b79a0d



17670 - Thais Fernandes Ribeiro

End: Avenida Nossa Senhora de Fátima, 750 - Cruz

Cidade: Lorena - São Paulo

12606-340



PARA USO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE	REINTEGRADO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> FALECIDO	POSTAL EM ____/____/____
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O N INDICADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> OUTROS	RUBRICA: _____
<input type="checkbox"/> SEM PORTARIA	<input type="checkbox"/> SEM PORTEIRO	<input type="checkbox"/> SEM ACESSO A CAIXA RECEPTORA	MATRÍCULA: _____

REMETENTE

DBNET COM VC -MATRIZ

Praça Rosendo Pereira Leite, 182 - Jardim Margarida

CEP: 12604-080 Lorena - SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI.230 (Hd 30/09) - Lei 321-2000/2022-010 - pg. 266

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



001-9

00190.00009 03180.839007 00579.751173 8 92900000010000

Beneficiário

DEBIAN SIGNAL COMUNICACAO MULTIMIDIA EIRELI - ME

Agência/Código Beneficiário

0857-5 / 113050-1

Endereço

Praça Rosendo Pereira Leite, 182 - Jardim Margarida Lorena/SP - 12604-080

CPF/CNPJ Beneficiário	Data Doc.	Número Doc.	Especie Doc.	Data Processamento	Nosso Número
12.291.623/0001-40	17/10/2022	308496/5	DM	05/03/2023	31808390000579751-7
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quant. Moeda	(X) Valor	Vencimento
	17	R\$			15/03/2023
(-)Desconto	(-)Outras Deduções/Abatimentos	(+)Mora/Multa/Juros	(+)Outros Acréscimos	(=)Valor cobrado	(=) Valor Documento
					100,00

Pagador

17670 - Thais Fernandes Ribeiro 299.126.188-90

Avenida Nossa Senhora de Fátima, 750 Próximo a igreja Nossa Senhora de Fatima - Cruz - Cidade: Lorena, CEP: 12606-340, UF: São Paulo

Sacador/ Avalista: DEBIAN SIGNAL COMUNICACAO MULTIMIDIA EIRELI - ME

CPF/CNPJ: 12.291.623/0001-40

Demonstrativo

Este recibo somente terá validade com a autenticação mecânica ou
acompanhado do recibo de pagamento emitido pelo Banco.

Recebimento através do cheque n. do banco

Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo banco pagador.

Autenticação Mecânica - RECIBO DO PAGADOR

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 03180.839007 00579.751173 8 92900000010000

Local de pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO OU LOTÉRIA MESMO APÓS O VENCIMENTO.

Vencimento

15/03/2023

Beneficiário

DEBIAN SIGNAL COMUNICACAO MULTIMIDIA EIRELI - ME

CPF/CNPJ Beneficiário

12.291.623/0001-40

Agência/Código Beneficiário

0857-5 / 113050-1

Data Doc.	Número Doc.	Especie Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
17/10/2022	308496/5	DM	N	05/03/2023	31808390000579751-7
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quant. Moeda	(X) Valor	(=) Valor Documento
	17	R\$			100,00

Instruções de responsabilidade do BENEFICIÁRIO. Qualquer dúvida sobre este boleto contate o beneficiário

Após o vencimento cobrar juros de R\$ 0,03 ao dia.

Após o vencimento cobrar multa de R\$ 2,00 ao mês.

(-)Desconto

(-)Outras Deduções/Abatimentos

(+)Mora/Multa/Juros

(+)Outros Acréscimos

(=)Valor cobrado

de 15/02/2023 até 14/03/2023

Pagador

17670 - Thais Fernandes Ribeiro 299.126.188-90

Avenida Nossa Senhora de Fátima, 750 Próximo a igreja Nossa Senhora de Fatima - Cruz - Cidade: Lorena, CEP: 12606-340, UF: São Paulo

Sacador/ Avalista: DEBIAN SIGNAL COMUNICACAO MULTIMIDIA EIRELI - ME

CPF/CNPJ: 12.291.623/0001-40

Autenticação Mecânica - FICHA DE COMPENSAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ata 2022.XI.233 (44 de 66) - SEI 511.5500-352/2022-010 pg. 267

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8700-7

PROIBIDO PLASTIFICAR

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E CARIMBO SUBMETRON DAJANT

POLEGAR DIREITO

8460-011004

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR



Assinatura

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.660.406-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/NOV/2007

NOME CELIA REGINA QUERIDO

FILIAÇÃO ANTONIO QUERIDO FILHO

E RUTH CARRAMASCHI QUERIDO

NATURALIDADE S.SIMAO -SP DATA DE NASCIMENTO 15/NOV/1952

DOC ORIGEM SÃO SIMÃO - SP

SÃO SIMAO

CN: LV.A80 /FLS.30V /N.009414

CPF 862485888/72

Assinatura

ASSINATURA DA SECRETARIA DE IDENTIDADE

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

 Po. Seg. Dir. Jto




ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PROIBIDO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1082782978 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/12/2018

NOME **ZENILDE APARECIDA FONTES**

FILIAÇÃO JOÃO FRANCISCO FONTES
ZENITA DE OLIVEIRA FONTES

NATURALIDADE HERVAL DOESTE SC DATA DE NASCIMENTO 12/10/1974

DOC. ORIGEM C NASC 1195 HERVAL DOESTE SC
LV A17 FL 299

CPF 974.358.489-72 PIS / PASEP 150683 / 150683

PORTO ALEGRE, RS

2 VIA


ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNvo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.956.748/0001-13 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 12/03/2002	
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO OLGA DE SA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.11-3-02 - Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO AV PEIXOTO DE CASTRO		NÚMERO 539	COMPLEMENTO *****
CEP 12.606-580	BAIRRO/DISTRITO VILA CELESTE	MUNICÍPIO LORENA	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE@UNIFATEA.EDU.BR		TELEFONE (12) 2124-2854/ (12) 2124-2870	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **24/10/2023** às **10:13:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Anexo - Certificados (11/10/2023)

021-55900-0407/08/2016-05 / pg. 270

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO OLGA DE SA
CNPJ: 04.956.748/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:13:38 do dia 24/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/04/2024.

Código de controle da certidão: **DDC7.971C.0733.E611**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?docNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 271

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NÃO INSCRITOS



Emissão da Certidão Negativa de Débitos

☐ CPF ☒ CNPJ

04.956.748/0001-13

Emitir



I'm not a robot

reCAPTCHA
Privacy - Terms

Base Legal: **Portaria CAT-135, de 18/12/2014** (<https://legislacao.fazenda.sp.gov.br/Paginas/pcat1352014.aspx>).

Maiores informações podem ser obtidas em **Perguntas Frequentes** (<https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/certidoes/Paginas/perguntas-frequentes.aspx>) no Portal da Fazenda.

Não foi possível emitir a Certidão Negativa. Por favor, acesse a opção "verificar impedimentos" (Restrita/PesquisarContribuinte.aspx) para visualização de débitos e/ou pendências. Para solicitar a emissão de certidão de débitos não inscritos em papel, acesse o sistema de peticionamento eletrônico (SIPET) (<https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/sipet/>). Para mais informações acesse o Guia do Usuário, Certidões de Débitos não Inscritos (<http://portaladm.intra.fazenda.sp.gov.br/servicos/certidoes/Paginas/Guia-N%C3%A3o-Inscritos.aspx>), ou ligue para 0800-170-110 ou utilize o nosso Correio Eletrônico. (<https://www.fazenda.sp.gov.br/email/default2.asp>)

Data e hora da pesquisa 24/10/2023 10:20:13 (hora de Brasília)

Sistema disponível em dias úteis das 06:00 às 21:00 hrs





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 04.956.748

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 50703820

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 24/10/2023 10:14:22

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?docNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 273

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA

CNPJ: 04.956.748/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:21:59 do dia 24/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> / pg. 274



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-a89fca3b79a0d>

Anexo - Certides (11/18/2023)

SEI 55900.040/2016-89 / pg. 275

01a9a3ce-df99-470d-99f9-a89fca3b79a0d

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.956.748/0001-13
Razão Social: FUNDAÇÃO OLGA SA
Endereço: AV PEIXOTO DE CASTRO 000539 / VILA CELESTE / LORENA / SP / 12606-580

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/10/2023 a 07/11/2023

Certificação Número: 2023100918471716509005

Informação obtida em 24/10/2023 10:21:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Anexo - Certificados (11/10/2023)

CEL-55900.040788/2016-85 / pg. 276

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.956.748/0001-13

Certidão nº: 58810282/2023

Expedição: 24/10/2023, às 10:22:33

Validade: 21/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO OLGA DE SA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.956.748/0001-13**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?docNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Anexo - certidões (11481003)

CEL 33900.046788/2018-83 pg. 277

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

OFÍCIO Nº 29693/2023/MCOM

Brasília, 24 de outubro de 2023.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Olga de Sá

Inscrição no CNPJ nº 04.956.748/0001-13

Avenida Peixoto de Castro, nº 539 - Vila Zélia

CEP: 12606-580 Lorena/SP

Assunto: **Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI 11096812).

2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja a apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

I - Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, conforme previsto no art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795/1963.

Pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autenticada.

Obs.: atualizar.

3. Destaco também que se tentou obter de ofício alguns certidões exigidas para instruir o processo de renovação. Como não foi possível se obter todas, caso seja(m) enviada(s) a(s) indicada(s) abaixo, cópia simples (xerox ou fotocópia), isto tornará mais célere (rápida) a análise do pedido de renovação:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ofício 29693/2023 (11146537)

SEI 33360:040768/2016-837 pg. 278

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

I - **Certidão Negativa da Receita Estadual** em relação à entidade para comprovar a regularidade perante a Fazenda Estadual, nos termos do art. 113, inciso VI do Decreto ° 52.795/1963.

II - **Certidão Negativa da Receita Municipal** em relação à entidade para comprovar a regularidade perante a Fazenda Municipal, nos termos do art. 113, inciso VI do Decreto ° 52.795/1963.

4. Informo, ainda, que já está disponível o sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>.

5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53900.040788/2016-85), para agilizar o trâmite.

6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.

7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,

HEITOR DOS SANTOS COSTA PEREIRA

Chefe de Divisão de Renovação de Radiodifusão Educativa e Comunitária^[1]

Endereço de correspondência: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 310 - Brasília/DF - CEP 70.044-900

Telefone: (61) 2027-6781 - <https://www.gov.br/mcom>

[1] Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, na forma da Portaria nº 6.686, de 8 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2022.

Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):

Anexo - Checklist de avaliação - Super nº 11096812.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 4240/2022/MCOM - Processo nº 53115.017129/2021-69 - Nº SEI: 9497224



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Analista Técnico-Administrativo**, em 24/10/2023, às 10:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ofício 25695 (11146537)

SEI 53900.040788/2016-85 pg. 279

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11146337** e o código CRC **A4118DB3**.

Anexos:

•

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11146337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Código 29695 (11146337)

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 280

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Data de Envio:

24/10/2023 15:37:26

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<coroc@mcom.gov.br>

Para:

CONTABILIDADE@UNIFATEA.EDU.BR
fundacao@olgadesa.com.br

Assunto:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Olga de Sá

Inscrição no CNPJ nº 04.956.748/0001-13

Avenida Peixoto de Castro, nº 539 - Vila Zélia

CEP: 12606-580 Lorena/SP

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 29693/2023/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53900.040788/2016-85.

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> / pg. 281

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Atenciosamente,

Anexos:

SEI_MCOM - 11096812 - Checklist.pdf

Oficio_11146337.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefirmas.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df09-470d-99f9-89fca3b79a0d>

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>04.956.748/0001-13</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>12/03/2002</div>
<div>NOME EMPRESARIAL</div> <div>FUNDACAO OLGA DE SA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>*****</div>		<div>PORTE</div> <div>DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div> <div>60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div> <div>18.11-3-02 - Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas</div> <div>60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</div> <div>71.11-1-00 - Serviços de arquitetura</div> <div>74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente</div> <div>82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente</div> <div>84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais</div> <div>85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares</div> <div>86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div> <div>306-9 - Fundação Privada</div>		
<div>LOGRADOURO</div> <div>AV PEIXOTO DE CASTRO</div>	<div>NUMERO</div> <div>539</div>	<div>COMPLEMENTO</div> <div>*****</div>
<div>CEP</div> <div>12.606-580</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>VILA CELESTE</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>LORENA</div> <div>UF</div> <div>SP</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div> <div>CONTABILIDADE@UNIFATEA.EDU.BR</div>		<div>TELEFONE</div> <div>(12) 2124-2854/ (12) 2124-2870</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div> <div>*****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>27/08/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 07/03/2024 às 08:51:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA

 VOLTAR

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDAÇÃO OLGA DE SA
CNPJ: 04.956.748/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:52:00 do dia 07/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/09/2024.

Código de controle da certidão: **35F6.7D22.E21A.9345**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 04.956.748/0001-13

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 24030241170-27

Data e hora da emissão 07/03/2024 08:53:13

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 04.956.748

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº

55797112

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão

09/04/2024 11:28:34

(hora de Brasília)

Validade

30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>





Prefeitura Municipal de Lorena

Av. Capitão Messias Ribeiro, 625 - Olaria

CEP 12607020 - LORENA / SP

Tel: (12) 3185-3000

CNPJ: 47.563.739/0001-75

Certidão Negativa de Débitos

Número: 32508/2024

Identificação no Cadastro de Devedores

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA
CNPJ/CPF: 04.956.748/0001-13
Endereço: Avenida Doutor Peixoto de Castro , 539 - Cruz
Cidade: LORENA / SP

Certificamos, para os devidos fins e para que produza os efeitos legais, que a razão social acima identificada **NÃO CONSTA**, até a data da emissão desta certidão, débito referente a tributos mobiliários junto aos cofres municipais.

Ressalvando o direito da fazenda municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade desta razão social, que vierem a ser apuradas.

Certidão emitida em **09/04/2024** às **11:25:05h** (data e hora de Brasília).

Acessada pelo IP: **172.23.0.1 / 192.168.0.254**

Código de Controle da Certidão: **0E93.F774.30AE5**

Válida até **09/05/2024** (30 dias a partir da data de emissão).

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura na Internet, no endereço <http://www.lorena.sp.gov.br/>.

Certidão expedida gratuitamente pela internet.





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA
CNPJ: 04.956.748/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:24:07 do dia 07/03/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/04/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF

Inscrição: 04.956.748/0001-13
Razão Social: FUNDAÇÃO OLGA SA
Endereço: AV PEIXOTO DE CASTRO 000539 / VILA CELESTE / LORENA / SP / 12606-580

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:19/02/2024 a 19/03/2024
Certificação Número: 2024021904251857258043

Informação obtida em 07/03/2024 08:49:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.956.748/0001-13

Certidão nº: 15633804/2024

Expedição: 07/03/2024, às 08:50:12

Validade: 03/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO OLGA DE SA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.956.748/0001-13**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.


A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.






BOM DIA

DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		04.956.748/0001-13									
FUNDACAO OLGA DE SA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RICARDO FLORES FARIA	141.837.168-88	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena
NORIO ISHISAKI	001.484.508-30	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR DE ADMINISTRACAO E FINANCAS)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena
POLYANA ZAPPA	178.330.418-90	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETORA DE OPERACOES)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 07/03/2024

Hora: 09:23:10

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Informações Gerais	
Número da Estação: 696203367	Número Indicativo: ZYU958
Data Último Licenciamento: 04/04/2022	Número da Licença: 53500.019079/2022-91

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 44' 20.97" S	Longitude: 45° 06' 41.94" W	Cota da base: 542 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 1000
Fabricante: Sintech Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .500 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF7/8''		Fabricante: KMP PIRELLI	
Comprimento da Linha: 20.00 m	Atenuação: 1.35 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL1			Fabricante: SISTEMAS IRRADIANTES LTDA		
Ganho: -3.37 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 22 m	ERP Máxima: 0.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0º: 0	5º: 0.01	10º: 0.01	15º: 0.03	20º: 0.06	25º: 0.1	30º: 0.17	35º: 0.27	40º: 0.38	45º: 0.51	50º: 0.65	55º: 0.77
60º: 0.91	65º: 1	70º: 1.13	75º: 1.24	80º: 1.34	85º: 1.42	90º: 1.51	95º: 1.58	100º: 1.66	105º: 1.72	110º: 1.78	115º: 1.81
120º: 1.84	125º: 1.83	130º: 1.83	135º: 1.79	140º: 1.76	145º: 1.69	150º: 1.63	155º: 1.52	160º: 1.42	165º: 1.29	170º: 1.16	175º: 1.04
180º: 0.91	185º: 0.8	190º: 0.7	195º: 0.61	200º: 0.52	205º: 0.44	210º: 0.36	215º: 0.31	220º: 0.26	225º: 0.23	230º: 0.19	235º: 0.18
240º: 0.17	245º: 0.19	250º: 0.21	255º: 0.25	260º: 0.3	265º: 0.33	270º: 0.36	275º: 0.38	280º: 0.39	285º: 0.39	290º: 0.39	295º: 0.38
300º: 0.36	305º: 0.34	310º: 0.31	315º: 0.27	320º: 0.24	325º: 0.2	330º: 0.17	335º: 0.14	340º: 0.1	345º: 0.65	350º: 0.03	355º: 0.01

Coordenadas por radial											
0º: Lat 22°42'39.01" S Lon 45°6'41.94" W	5º: Lat 22°42'39.39" S Lon 45°6'32.31" W	10º: Lat 22°42'40.55" S Lon 45°6'22.74" W	15º: Lat 22°42'42.48" S Lon 45°6'13.33" W	20º: Lat 22°42'40.7" S Lon 45°6'2.38" W	25º: Lat 22°42'27.06" S Lon 45°5'44.37" W	30º: Lat 22°42'15.7" S Lon 45°5'23.54" W	35º: Lat 22°42'14.71" S Lon 45°5'6.11" W	40º: Lat 22°42'19.26" S Lon 45°4'51.24" W	45º: Lat 22°42'28.62" S Lon 45°4'40.16" W	50º: Lat 22°42'35.78" S Lon 45°4'26.07" W	55º: Lat 22°42'43.071" S Lon 45°4'37.7" W
60º: Lat 22°43'20.49" S Lon 45°4'48.4" W	65º: Lat 22°43'35.86" S Lon 45°4'57.09" W	70º: Lat 22°43'47.71" S Lon 45°5'2.89" W	75º: Lat 22°43'55.8" S Lon 45°5'0.12" W	80º: Lat 22°44'4.08" S Lon 45°4'58.13" W	85º: Lat 22°44'12.9" S Lon 45°5'2.05" W	90º: Lat 22°44'20.96" S Lon 45°5'1.67" W	95º: Lat 22°44'29.02" S Lon 45°5'2.05" W	100º: Lat 22°44'37.02" S Lon 45°5'3.19" W	105º: Lat 22°44'44.9" S Lon 45°5'5.08" W	110º: Lat 22°44'52.59" S Lon 45°5'7.71" W	115º: Lat 22°45'0.05" S Lon 45°5'11.05" W
120º: Lat 22°45'7.2" S Lon 45°5'15.09" W	125º: Lat 22°45'14.01" S Lon 45°5'19.79" W	130º: Lat 22°45'20.41" S Lon 45°5'25.12" W	135º: Lat 22°45'26.36" S Lon 45°5'31.03" W	140º: Lat 22°45'31.81" S Lon 45°5'37.47" W	145º: Lat 22°45'36.72" S Lon 45°5'44.42" W	150º: Lat 22°45'41.06" S Lon 45°5'51.8" W	155º: Lat 22°45'44.78" S Lon 45°5'59.56" W	160º: Lat 22°45'47.87" S Lon 45°6'7.64" W	165º: Lat 22°45'54.88" S Lon 45°6'14.65" W	170º: Lat 22°45'56.71" S Lon 45°6'23.63" W	175º: Lat 22°45'57.82" S Lon 45°6'32.75" W
180º: Lat 22°45'58.19" S Lon 45°6'41.94" W	185º: Lat 22°45'57.82" S Lon 45°6'51.13" W	190º: Lat 22°45'56.71" S Lon 45°7'0.25" W	195º: Lat 22°45'54.88" S Lon 45°7'9.23" W	200º: Lat 22°45'56.78" S Lon 45°7'19.76" W	205º: Lat 22°45'53.38" S Lon 45°7'28.67" W	210º: Lat 22°45'49.27" S Lon 45°7'37.23" W	215º: Lat 22°45'44.49" S Lon 45°7'45.36" W	220º: Lat 22°45'39.07" S Lon 45°7'53.01" W	225º: Lat 22°45'49.83" S Lon 45°8'18.31" W	230º: Lat 22°45'53.94" S Lon 45°8'42.11" W	235º: Lat 22°45'41.2" S Lon 45°8'46.22" W
240º: Lat 22°45'28.54" S Lon 45°8'48.88" W	245º: Lat 22°45'20.08" S Lon 45°8'59.44" W	250º: Lat 22°42'45'8.8" S Lon 45°9'4.5" W	255º: Lat 22°44'54.71" S Lon 45°8'58.54" W	260º: Lat 22°44'43.6" S Lon 45°9'1.21" W	265º: Lat 22°44'32.73" S Lon 45°9'7.94" W	270º: Lat 22°44'20.95" S Lon 45°9'8.49" W	275º: Lat 22°44'10.41" S Lon 45°8'52.57" W	280º: Lat 22°42'44'0" S Lon 45°8'51.07" W	285º: Lat 22°43'54.57" S Lon 45°8'28.72" W	290º: Lat 22°43'46.09" S Lon 45°8'25.82" W	295º: Lat 22°43'37.87" S Lon 45°8'22.13" W
300º: Lat 22°43'29.98" S Lon 45°8'17.67" W	305º: Lat 22°43'22.48" S Lon 45°8'12.49" W	310º: Lat 22°43'15.42" S Lon 45°8'6.62" W	315º: Lat 22°43'8.86" S Lon 45°8'0.1" W	320º: Lat 22°43'2.86" S Lon 45°7'52.99" W	325º: Lat 22°42'57.44" S Lon 45°7'45.34" W	330º: Lat 22°42'52.66" S Lon 45°7'37.21" W	335º: Lat 22°42'48.56" S Lon 45°7'28.65" W	340º: Lat 22°42'45.15" S Lon 45°7'19.75" W	345º: Lat 22°42'47.06" S Lon 45°7'9.22" W	350º: Lat 22°42'40.55" S Lon 45°7'1.14" W	355º: Lat 22°42'39.39" S Lon 45°6'51.57" W

Distância por radial



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

0°: 3.1	5°: 3.1	10°: 3.1	15°: 3.1	20°: 3.3	25°: 3.9	30°: 4.5	35°: 4.8	40°: 4.9	45°: 4.9	50°: 5.1	55°: 4.3
60°: 3.7	65°: 3.3	70°: 3	75°: 3	80°: 3	85°: 2.9	90°: 2.9	95°: 2.9	100°: 2.9	105°: 2.9	110°: 2.9	115°: 2.9
120°: 2.9	125°: 2.9	130°: 2.9	135°: 2.9	140°: 2.9	145°: 2.9	150°: 2.9	155°: 2.9	160°: 2.9	165°: 3	170°: 3	175°: 3
180°: 3	185°: 3	190°: 3	195°: 3	200°: 3.1	205°: 3.1	210°: 3.1	215°: 3.1	220°: 3.1	225°: 3.9	230°: 4.5	235°: 4.3
240°: 4.2	245°: 4.3	250°: 4.3	255°: 4	260°: 4	265°: 4.2	270°: 4.2	275°: 3.7	280°: 3.7	285°: 3.1	290°: 3.1	295°: 3.1
300°: 3.1	305°: 3.1	310°: 3.1	315°: 3.1	320°: 3.1	325°: 3.1	330°: 3.1	335°: 3.1	340°: 3.1	345°: 3	350°: 3.1	355°: 3.1

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.19 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	536	Portaria	MC	17/11/2005	29/11/2005	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	129	Portaria	MC	19/08/2011	05/09/2011	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	459	Decreto Legislativo	CN	30/10/2006	01/11/2006	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7278	Ato	CMPRL	27/10/2011	31/10/2011	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	6746	Ato	SCM	13/11/2012	14/11/2012	Autoriza Equipamento	Técnico
535040101612015 91	3069	Portaria	MC	11/07/2019	16/07/2019	Multa	Jurídico
53500.052791/202 0-31	6735	Ato	ORLE	09/11/2020	19/11/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento											





Prefeitura Municipal de Lorena

Av. Capitão Messias Ribeiro, 625 - Olaria

CEP 12607020 - LORENA / SP

Tel: (12) 3185-3000

CNPJ: 47.563.739/0001-75

Certidão Negativa de Débitos

Número: 32508/2024

Identificação no Cadastro de Devedores

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA
CNPJ/CPF: 04.956.748/0001-13
Endereço: Avenida Doutor Peixoto de Castro , 539 - Cruz
Cidade: LORENA / SP

Certificamos, para os devidos fins e para que produza os efeitos legais, que a razão social acima identificada **NÃO CONSTA**, até a data da emissão desta certidão, débito referente a tributos mobiliários junto aos cofres municipais.

Ressalvando o direito da fazenda municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade desta razão social, que vierem a ser apuradas.

Certidão emitida em **09/04/2024** às **11:25:05h** (data e hora de Brasília).

Acessada pelo IP: **172.23.0.1 / 192.168.0.254**

Código de Controle da Certidão: **0E93.F774.30AE5**

Válida até **09/05/2024** (30 dias a partir da data de emissão).

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura na Internet, no endereço <http://www.lorena.sp.gov.br/>.

Certidão expedida gratuitamente pela internet.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://www.lorena.sp.gov.br/pmlorena/websis/siapgov/arrecadacao/baw/emitirCertidao.php?inscricao=30989&dev=1>

http://www.lorena.sp.gov.br/pmlorena/websis/siapgov/arrecadacao/baw/emitirCertidao.php?inscricao=30989&dev=1

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA

CNPJ: 04.956.748/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:41:46 do dia 09/04/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/05/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

https://anatel.gov.br/Anexo_Certidões (11463512) - SLP 55500:040788/2016-857 pg. 296

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.956.748/0001-13
Razão Social: FUNDAÇÃO OLGA SA
Endereço: AV PEIXOTO DE CASTRO 000539 / VILA CELESTE / LORENA / SP / 12606-580

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/03/2024 a 26/04/2024

Certificação Número: 2024032818581142505606

Informação obtida em 09/04/2024 13:45:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<http://a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO OLGA DE SA**

CPF/CNPJ: **04.956.748/0001-13**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:22:45 do dia 09/04/2024 , com validade até o dia 09/05/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: KJJGYqV2cN0JXJMKOROj

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>


Anexo Certidoes (11483312)

SEI 35500.040788/2016-837 pg. 298



BOA TARDE
DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		04.956.748/0001-13									
FUNDACAO OLGA DE SA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RICARDO FLORES FARIA	141.837.168-88	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena
NORIO ISHISAKI	001.484.508-30	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR DE ADMINISTRACAO E FINANCAS)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena
POLYANA ZAPPA	178.330.418-90	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETORA DE OPERACOES)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 09/04/2024


Hora: 12:32:44



BOA TARDE

DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		141.837.168-88									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RICARDO FLORES FARIA	141.837.168-88	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 09/04/2024

Hora: 14:24:26



BOA TARDE
DONIZETTI JOSE DOS SANTOS
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consulta Participação do Sócio - RADIODIFUSÃO** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: JOSE RICARDO FLORES FARIA

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



BOA TARDE

DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas


Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	141.837.168-88

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS Data: 09/04/2024 Hora: 14:14:33




01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



BOA TARDE
DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	080.926.078-69

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 09/04/2024

Hora: 14:21:23

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



BOA TARDE
DONIZETTI JOSE DOS SANTOS
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consulta Participação do Sócio - RADIODIFUSÃO** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------


Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: Jacques Marcelo Pompeu Ribas


Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!





BOA TARDE
DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	299.126.188-90

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 09/04/2024

Hora: 14:23:10

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



BOA TARDE
DONIZETTI JOSE DOS SANTOS
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consulta Participação do Sócio - RADIODIFUSÃO** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: **Thais Fernandes Riberiro Albano da Silva**

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!



Data de Envio:

09/04/2024 16:02:00

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<copec@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM

Mensagem:

Processo nº: 53900.040788/2016-85

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (FM educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à Fundação Olga de Sá, CNPJ nº 04.956.748/0001-13 que executa o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena estado de São Paulo.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária.

2.2 leticia.miele@mcom.gov.br - associada a servidora a Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele

2.3 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira

2.4 donizetti.santos@mcom.gov.br - associado ao servidor Donizetti José dos Santos

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Donizetti José dos Santos

(12)98171-0771

URSP_MCOM

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC



RE: Consulta CGFM

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Ter, 09/04/2024 16:34

Para: COPEC <COPEC@mcom.gov.br>

Cc: Heitor dos Santos C Pereira <heitor.pereira@mcom.gov.br>; Leticia Falcunery dos Santos <leticia.santos@mcom.gov.br>; Donizetti José dos Santos <donizetti.santos@mcom.gov.br>

Processo nº: 53900.040788/2016-85

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de Fundação Olga de Sá, CNPJ nº 04.956.748/0001-13 que executa o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena estado de São Paulo, responder aos processos nºs 53504.010161/2015-91, 01250.004875/2017-58 não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <copec@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 9 de abril de 2024 16:02

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM

Processo nº: 53900.040788/2016-85

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (FM educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à Fundação Olga de Sá, CNPJ nº 04.956.748/0001-13 que executa o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena estado de São Paulo.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária.

eticia.miele@mcom.gov.br - associada a servidora a Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/inbox/id/AAQkAGFiZiM1ODM0LTQxNWQ0NDZMS1iMGk1LWU1NzZlZDcyYig2NQAAQAFkGa7DZ7xZKmalUw%2F...



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

2.3 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira

2.4 donizetti.santos@mcom.gov.br - associado ao servidor Donizetti José dos Santos

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Donizetti José dos Santos

(12)98171-0771

URSP_MCOM

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária -
COPEC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/inbox/id/AAQkAGFiZiM1ODM0LTQxNWQ0tNDE2MS1iMGk1LWU1NzZlZDcyYig2NQAAQAFkGa7DZ7xZKmalUw%2F...

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Prefeitura Municipal de Lorena

Av. Capitão Messias Ribeiro, 625 - Olaria

CEP 12607020 - LORENA / SP

Tel: (12) 3185-3000

CNPJ: 47.563.739/0001-75

Certidão Negativa de Débitos

Número: 41746/2024

Identificação no Cadastro de Devedores

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA
CNPJ/CPF: 04.956.748/0001-13
Endereço: Avenida Doutor Peixoto de Castro , 539 - Cruz
Cidade: LORENA / SP

Certificamos, para os devidos fins e para que produza os efeitos legais, que a razão social acima identificada **NÃO CONSTA**, até a data da emissão desta certidão, débito referente a tributos mobiliários junto aos cofres municipais.

Ressalvando o direito da fazenda municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade desta razão social, que vierem a ser apuradas.

Certidão emitida em **17/05/2024** às **12:12:36h** (data e hora de Brasília).

Acessada pelo IP: **172.25.0.1 / 192.168.0.254**

Código de Controle da Certidão: **15E9.6774.3300E**

Válida até **16/06/2024** (30 dias a partir da data de emissão).

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura na Internet, no endereço <http://www.lorena.sp.gov.br/>.

Certidão expedida gratuitamente pela internet.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://www.lorena.sp.gov.br/pmlorena/websis/siapegov/arrecadacao/baw/emitirCertidao.php?inscricao=30989&dev=1>

Anexo Certidões, Municipais, T-GRS e CELIS (11535012) - SEI 55300.040760/2016-85 / pg. 310

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.956.748/0001-13
Razão Social: FUNDAÇÃO OLGA SA
Endereço: AV PEIXOTO DE CASTRO 000539 / VILA CELESTE / LORENA / SP / 12606-580

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/05/2024 a 03/06/2024

Certificação Número: 2024050501192011745209

Informação obtida em 17/05/2024 09:13:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo Certidão, Municipal, FGTS e CEIS (11555012) - SEI 53300.040768/2016-85 / pg. 311

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO OLGA DE SA**

CPF/CNPJ: **04.956.748/0001-13**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:18:10 do dia 17/05/2024 , com validade até o dia 16/06/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: RKeQRI1Cyo4MiapTF1KZ

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadordocassinatura.camara.leg.br/?codNuxep=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 04.956.748/0001-13											
FUNDACAO OLGA DE SA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JACQUES MARCELO POMPEU RIBAS	080.926.078-69	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena
JOSE RICARDO FLORES FARIA	141.837.168-88	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena
THAIS FERNANDES RIBEIRO ALBANO DA SILVA	299.126.188-90	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETORA DE OPERAÇÕES)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS Data: 15/07/2024 Hora: 17:06:23





Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		Nome Sócio/Diretor									
Nome Sócio/Diretor:		JACQUES MARCELO POMPEU RIBAS									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JACQUES MARCELO POMPEU RIBAS	080.926.078-69	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS Data: 15/07/2024 Hora: 17:13:37




01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



BOA TARDE

DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		080.926.078-69									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JACQUES MARCELO POMPEU RIBAS	080.926.078-69	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 15/07/2024


Hora: 17:07:15



BOA TARDE

DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		Nome Sócio/Diretor										
Nome Sócio/Diretor:		JOSE RICARDO FLORES FARIA										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
JOSE RICARDO FLORES FARIA	141.837.168-88	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena	

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 15/07/2024

Hora: 17:17:40



BOA TARDE
DONIZETTI JOSE DOS SANTOS
Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		141.837.168-88									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RICARDO FLORES FARIA	141.837.168-88	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS Data: 15/07/2024 Hora: 17:08:29




01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



BOA TARDE
DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:		Nome Sócio/Diretor									
Nome Sócio/Diretor:		THAIS FERNANDES RIBEIRO ALBANO DA SILVA									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
THAIS FERNANDES RIBEIRO ALBANO DA SILVA	299.126.188-90	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETORA DE OPERAÇÕES)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 15/07/2024


Hora: 17:11:15

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



BOA TARDE
DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		299.126.188-90									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
THAIS FERNANDES RIBEIRO ALBANO DA SILVA	299.126.188-90	FUNDACAO OLGA DE SA	04.956.748/0001-13	Diretor (DIRETORA DE OPERAÇÕES)	0	--	--	FM	--	SP	Lorena

Usuário: 31014097649 - DONIZETTI JOSE DOS SANTOS

Data: 15/07/2024

Hora: 17:09:04

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Prefeitura Municipal de Lorena

Av. Capitão Messias Ribeiro, 625 - Olaria

CEP 12607020 - LORENA / SP

Tel: (12) 3185-3000

CNPJ: 47.563.739/0001-75

Certidão Negativa de Débitos

Número: 62241/2024

Identificação no Cadastro de Devedores

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA
CNPJ/CPF: 04.956.748/0001-13
Endereço: Avenida Doutor Peixoto de Castro , 539 - Cruz
Cidade: LORENA / SP

Certificamos, para os devidos fins e para que produza os efeitos legais, que a razão social acima identificada **NÃO CONSTA**, até a data da emissão desta certidão, débito referente a tributos mobiliários junto aos cofres municipais.

Ressalvando o direito da fazenda municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade desta razão social, que vierem a ser apuradas.

Certidão emitida em **17/07/2024** às **09:38:44h** (data e hora de Brasília).

Acessada pelo IP: **172.27.0.1 / 192.168.0.254**

Código de Controle da Certidão: **0265.2000.DEC28**

Válida até **16/08/2024** (30 dias a partir da data de emissão).

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura na Internet, no endereço <http://www.lorena.sp.gov.br/>.

Certidão expedida gratuitamente pela internet.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://www.lorena.sp.gov.br/pmlorena/webgis/siapegov/arrecadacao/baw/emitirCertidao.php?inscricao=30989&dev=1>

Anexo Certidões (11640136)

52153500-640788/2016-837 pg. 320

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO OLGA DE SA

CNPJ: 04.956.748/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:40:38 do dia 15/07/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/08/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

<https://infrapleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/imp/nuxeo=524933500:040788/2016-03/pg.321>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

https://infrapleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/procNuxeo=542933ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Anexo Certidões (11640136)

SEI 55500.040/88/2016-83/pg. 322

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.956.748/0001-13

Razão FUNDAÇÃO OLGA SA

Social:

Endereço: AV PEIXOTO DE CASTRO 000539 / VILA CELESTE / LORENA / SP / 12606-580

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/07/2024 a 18/08/2024

Certificação Número: 2024072001301121556370

Informação obtida em 01/08/2024 08:34:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?mod=Nuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Anexo Certidões (11646136)

SEI 35500.040788/2016-83 / pg. 323

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO OLGA DE SA**

CPF/CNPJ: **04.956.748/0001-13**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:49:35 do dia 17/07/2024 , com validade até o dia 16/08/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: X736p9aJMKOnzdsbK2yM

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?mod=Nuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Anexo Certidoes (11646136)

SEI 35500.040/88/2016-83/pg. 324



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000083/2024-06

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000083/2024-06. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 47635/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio da **COTA n.º 00195/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - **11378839**):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, é necessário consultar à SECOE sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, **com fins exclusivamente educativos** permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Parecer Referencial n.º 04/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11640990) SEI53900.040788/2016-85 / pg. 325



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da AGU foquem em questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, **com fins exclusivamente educativos**, pode ser enquadrada nos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora **com fins exclusivamente educativos**, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - **11388447**):

(...)

2. Em atenção ao solicitado pela d. Consultoria Jurídica por meio da Cota nº 00195/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, informa-se que atualmente existem 567 processos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite nesta Secretaria, sendo 463 referentes ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) e 104 referentes ao serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV).

3. Deste modo, considerando o quantitativo de processos de renovação de outorgas de rádio e tv em caráter educativo em trâmite nessa Pasta, entende-se que a expedição de Parecer Referencial contribuirá para o melhor andamento das atividades no setor.

4. Por fim, esta Secretaria permanece à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos e/ou questionamentos adicionais.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora com fins exclusivamente educativos**. Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial) ou comunitária.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** com fins exclusivamente educativos, aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

SEI/Referencial nº 047/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11640990) SEI53900.040788/2016-85 / pg. 326

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, que é superior a quatrocentos e sessenta processos (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), além dos pedidos administrativos posteriores que poderão apresentados sobre o mesmo assunto, tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve tar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Parecer Referencial nº 04/2024-CONJUR-M/COM/CGU/AGU (11640990)

SEI53900.040788/2016-85 / pg. 327



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.**

20. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

21. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

22. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

23. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação pela Lei nº 14.812, de 2024).

24. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

25. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

26. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR; art. 152 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 02 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 02 de junho de 2023).

27. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

28. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.



29. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

30. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas preempas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

31. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

32. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

33. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas preempas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

35. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: i) estados, Distrito Federal e municípios; ii) instituições de educação superior (IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e faculdades); iii) fundações de direito privado.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Referencial nº 0-7/2024-CONJUR-M/COM/CCB/AGU (11640990)

SEI53900.040788/2016-85 / pg. 329

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão **não** requer a comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, **caput**, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da **sociedade empresária** detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da entidade detentora da outorga e a produção para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT). A autenticidade da assinatura deve ser verificada por meio de uma assinatura eletrônica, após conferência com original.



de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, “a” do CBT.
iii) A gestão editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR e nos ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.	Art. 113, XI, do RSR, e ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
ix) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso	ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
x) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
xi) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xii) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária	Art. 113, inciso IV, do RSR.
Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

xiv) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xv) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xvi) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xvii) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.
xix) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação, quando for o caso.	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
xx) documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado, quando for o caso	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023

48. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR). **Além disso, as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.**

49. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

50. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar outra entidade que presta o serviço de radiodifusão, quando for a hipótese de **sociedade empresarial**, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Sei-Referencial nº 0-7/2024-CONJUI-IV/COM/CGU/AGU (11640590)

SEI53900.040788/2016-85 / pg. 332

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos **[em frequência modulada/ondas médias]**, no município de **[identificação do município]**, estado de **[identificação do Estado]**.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos; vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) e registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica.

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.leg.br/consultas/01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Referencial N. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11640990) SEP53900.040788/2016-85 / pg. 333



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1429587038 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 16:53. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00375/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000083/2024-06

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de março de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1432822668 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 17:21. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Parecer Referencial n. 04/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11640990) SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 335

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo:	53900.040788/2016-85				
Interessada:	Fundação Olga de Sá		CNPJ:	04.956.748/0001-13	
Tipo jurídico:	Fundação de Direito Privado				
Município/UF	Lorena/SP	Serviço:	radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos - FME		
Data de recebimento da notificação (90 dias): - Base Legal: Art. 4º, §3º, da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972 ;	-	Data do protocolo do pedido de renovação de outorga): - Base Legal: Anistia: RETIRAR O QUE NÃO FOR APLICÁVEL Até 29/03/2017: Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016 ; De 29/03/2017 a 28/06/2017: Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 ; De 28/06/2017 a 26/08/2022: Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022 . Art. 4º, caput, da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972 .	04/07/2016	Período a ser renovado:	01/11/2016 a 01/11/2026

Documentos	SEI nº	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga assinado pelo atual dirigente: Base legal: Art. 113, caput, do Decreto nº 52.795, de 1963 ; Anexo XIII, XIV e XV da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023	9046251 04/01/2022 Polyana Zappa 11180869 pg.3 José Ricardo Flores Faria (declarações)	- Contém todas as declarações conforme Anexo XV da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 (11088892) assinada pelos atuais diretores; 1º requerimento apresentado: 1218024 pgs. 1 e 2 04/07/2016 José Luiz de Miranda Alves <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
2. Ata de Eleição dos dirigentes, registrada; - Base Legal: Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963	11180869 pgs.38-42 Mandato 01/01/2023 a 31/12/2025	- Atas anteriores: 1218033, 1218035 e 1218037 Mandato 2014 a 2017 1941312 Mandato 1017 a 2019 5375404 Mandato 01/01/2020 a 31/12/2022 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3. Certidão emitida pelo órgão de registro; Base Legal: Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963	11284523 pgs. 1 a 7	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 11403629

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 336

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

4. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de maioria e inscrição no CPF - Base Legal: Art. 222, § 1º, da Constituição Federal , Art. 15 § 3º do Decreto nº 52.795, de 1963	Diretor Executivo José Ricardo Flores Faria 11180869 pg.43	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
	Diretor de Administração e Finanças Jacques Marcelo Pompeu Ribas 11180869 pg.48	
	Diretora de Operações Thais Fernandes Riberiro Albano da Silva 11180869 pg.50	

Documentos da Instituição de Ensino Superior	SEI nº	Observações
5. Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 .	10096889 pgs. 1 a 6	O documento apresentado contém todos os itens obrigatórios dispostos no Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 ; X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
6. Documento de identificação do representante da IES; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 .	10300712 pg. 1	Documento que comprova a legitimidade do representante legal: link X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
7. Comprovante de credenciamento junto ao Mec - e-Mec ; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 .	10221102 pg. 1 e 2	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
8. CNPJ ; - Base Legal: Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963	11409404 pg. 1 Emitida em 07/03/2024	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
9. Fazenda Federal ; - Base Legal: Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963	11409404 pg. 2 Válida até 03/09/2024	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
10. Fazenda Estadual ; - Base Legal: Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963	11409404 pg. 3 Válida até 06/09/2024	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
11. Fazenda Municipal ; - Base Legal: Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963	11640136 pg. 1 Válida até 16/08/2024	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
12. Fistel ; - Base Legal: Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963	11640136 pg. 2 Válida até 14/08/2024	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
13. FGTS ; - Base Legal: Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963	11640136 pg. 4 Válida até 03/06/2024	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
14. Justiça do Trabalho ; - Base Legal: Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963	11409404 pg. 4 Válida até 03/09/2024	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
15. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) .	11640136 pg. 5 Válida até 16/06/2024	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
------------	--------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 11403629

SEI 53366-040/2016-857 pg. 337

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

16. Portaria de Outorga/Decreto Presidencial - DOU ;	10221067	Portaria nº 536 de 17/11/2005, publicado no DOU de 29/11/2005
17. Decreto Legislativo- DOU ;	10221081	Decreto Legislativo nº 459 de 30/10/2006, publicado no DOU de 01/11/2006
18. Contrato com a União - DOU ;	-	-
19. Licença de funcionamento da estação - Mosaico - Licenciamento ; - Base Legal: Art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 .	10096891	Emitida em 04/04/2022; Válida até 29/11/2025 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência

Documentos	SEI nº	Observações
20. Relatório do Canal - Mosaico ;	11409410	-
21. Relatório de apuração de infrações - CGFM;	11466387	-
22. Limites - Siacco ; - Base Legal: Art. 12 do Decreto- Lei nº 236, de 1967	11637775	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência

Observações Adicionais

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro de Telecomunicações**, em 17/07/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465629** e o código CRC **7543880E**.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

SEI nº 11465629



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Checklist 11465629

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 338

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 6551/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.040788/2016-85.

INTERESSADA: FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo trata de pedido formulado pela **Fundação Olga de Sá**, inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao Fistel nº 50403922739, no município de **Lorena**, estado de **São Paulo**, para o período de 01/11/2016 a 01/11/2026.
2. Os autos foram instaurados em 04/07/2016, quando da protocolização do requerimento (1218024), objetivando a renovação da outorga em observância ao prazo previsto no art. 4º da [Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#).
3. Por meio de Notas Técnicas e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epígrafe, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:
 - a) Nota Técnica nº 4686/2017/SEI-MCTIC (1714226), encaminhada por meio do Ofício nº 8820/2017/SEI-MCTIC (1714270), recebido em 29/05/2017, conforme correspondência eletrônica (1914634);
 - b) Nota Técnica nº 2258/2018/SEI-MCTIC (2614905), encaminhada por meio do Ofício nº 3489/2018/SEI-MCTIC (2614907), recebido em 30/04/2018, conforme correspondência eletrônica (2932134);
 - c) Nota Técnica nº 4117/2020/SEI-MCTIC (5216721), encaminhada por meio do Ofício nº 8532/2020/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/MCTIC (5217236), recebido em 03/03/2020, conforme correspondência eletrônica (5225495);
 - d) Ofício nº 18478/2021/MCOM (8065052), mas não consta Aviso de Recebimento anexado aos autos;
 - e) Ofício nº 2143/2022/MCOM (9293726), encaminhado via correspondência eletrônica (9496250), em 21/02/2022;
 - f) Ofício nº 17776/2022/MCOM (10224070), encaminhado via correspondência eletrônica (10253138), em 1º/08/2022; e
 - g) Ofício nº 29693/2023/MCOM (11146337), encaminhado via correspondência eletrônica (11181964), em 24/12/2023.

Por fim, emitiu-se o *Checklist* (11465629), no qual se concluiu que a documentação "está



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 339

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento".

5. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

ANÁLISE

6. De acordo com o art. 33, § 3º da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o prazo da permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, pode ser renovado por períodos sucessivos e iguais de 10 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por portaria, subscrita pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 1º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).

7. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na [Lei nº 4.117, de 1962](#), na [Lei nº 5.785, de 1972](#), no [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), e no [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

8. De acordo com os arts. 112 e 113 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou



de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

9. Além disso, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, nos processos de renovação será igualmente avaliado se há extrapolação dos limites de outorga, em atenção especial ao art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#).

10. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Olga de Sá a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme Portaria nº 536, de 17 de novembro de 2005, publicada no DOU de 29/11/2005 (10221067), e do Decreto Legislativo nº 459, de 30 de outubro de 2006, publicado no DOU de 01/11/2006 (10221081). Oportuno registrar que, como a outorga é anterior às alterações promovidas pelo [Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017](#), a data de publicação Decreto Legislativo é utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

11. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 04/07/2016, acompanhado de parte da documentação exigida até então. À época, vigia a redação original do art. 4º, **caput** da [Lei nº 5.785, de 1972](#), que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os **seis e os três meses anteriores** ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 01/05/2016 e 01/08/2016. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado **tempestivamente**.

12. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 01/11/2016, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 4º, § 1º da [Lei nº 5.785, de 1972](#).

13. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11465629).

14. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

15. Dito isso, a Interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 10.775, de 2021](#). Acostou, também, certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (11284523).

16. Conforme art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 15 de janeiro de 2024](#), as radiodifusoras e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais poderão deter até 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora e 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens:

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora, que pode ser operada por meio de: [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

a) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

b) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

c) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

d) frequência modulada; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

e) ondas médias; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

f) ondas tropicais; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

g) ondas curtas; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 341



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

II - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens. ([Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

17. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco (11637775), em 15/07/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 2024](#).

18. Ademais, para fins de comprovação da vinculação da Radiodifusora com instituição de ensino superior conforme previsto no art. 134, **caput** e §§ 4º e 5º da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo foi instruído com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.) (10096889), atendendo-se, dessa forma, à legislação, bem como com o documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado (10300712).

19. Além disso, após pesquisa ao Sistema Mosaico (11409410), não foi verificada a aplicação de penalidade de cassação, no curso da prestação do serviço de radiodifusão, em desfavor da Outorgada. Nesse sentido, consultou-se a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM) (11466387), que informou não estar em trâmite processo de apuração de infração cuja penalidade cabível seja a de cassação.

20. Observa-se, ainda, que constam nos autos certidões emitidas pelos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento das obrigações tributárias (11409404, pgs. 2 e 3, e 11640136, pg. 1). Carreou-se, também, certidões emitidas pela Receita Federal (11409404, pg. 1), Caixa Econômica Federal (11640136 pg. 4) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (11640136, pg. 2), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho (11409404, pg. 8), atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor. Ainda, consultou-se o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e verificou-se que não há restrição da pessoa jurídica ou dos dirigentes para celebrarem contratos com a Administração Pública (11640136, pg. 5), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU), verificou-se que **não** consta restrição, da pessoa jurídica ou da(s)pessoa(s) física(s) integrantes do quadro diretivo, para celebrar contratos com a Administração Pública.

21. Salienta-se que as certidões de regularidade são consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme art. 186 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

22. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

23. Salienta-se que, a partir da entrada em vigor do [Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#), que alterou o [Decreto nº 52.795, de 1963](#), deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões dos serviços de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 342



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Isso significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a Entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, o qual será elaborado por profissional habilitado e deve permanecer na posse da Outorgada. Além disso, é obrigação da Radiodifusora possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado igualmente por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

25. Neste momento, é válido ressaltar que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga. Assim, ao final desse prazo, caso haja interesse na renovação da outorga, é necessário que a Radiodifusora obtenha um novo licenciamento (art. 36, § 3º da [Lei nº 4.117, de 1962](#)). Para tanto, a Interessada terá o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação. Destaca-se que, para fins de renovação de outorga, a emissão da nova licença para funcionamento da estação comprova a regularidade técnica da emissora, conforme art. 67, parágrafo único, da [Lei nº 4.117, de 1962](#).

26. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (10096891), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, em 04/04/2022, com validade até 29/11/2025.

27. Observa-se que os autos se encontram corretamente instruídos. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica deste Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11640590), dispensou a análise jurídica individualizada dos processos administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

35. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: i) estados, distrito federal e municípios; ii) instituições de educação superior



(IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e faculdades); iii) fundações de direito público e de direito privado (vide art. 136, incisos I, II e III, § 1º, incisos I, II e III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.



40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão não requer à [sic] comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

[...]

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da **sociedade empresária** detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da entidade detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

[...]

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portalda transparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações. [grifos no original]

28. Portanto, entende-se que é **dispensável o envio dos autos à unidade consultiva**, para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11640590).

29. Pelo exposto, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga.

30. Oportunamente, destaca-se que, após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão, nos termos do art. 223, §§ 1º a 3º da Constituição Federal e art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

CONCLUSÃO

31. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

b) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam



adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

32. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

33. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 01/08/2024, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro de Telecomunicações**, em 01/08/2024, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 01/08/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465924** e o código CRC **D67A9BD3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11465924



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>, pg. 346

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.040788/2016-85, acompanhado da Portaria nº _____, de _____ de _____ de _____, publicada em ____/____/____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2016, a permissão outorgada à Fundação Olga de Sá, inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, nos termos da Portaria nº 536, de 17 de novembro de 2005, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 459, de 2006, publicado em 1º/11/2006, vinculada ao FISTEL nº 50403922739, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 01/08/2024, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdoNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>
Minuta de Exposição de Motivos (11466408) SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 347

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro de Telecomunicações**, em 01/08/2024, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 01/08/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 23/08/2024, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11466408** e o código CRC **F4B5D7D3**.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11466408



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Minuta de Exposição de Motivos (11466408)

SEI-53900.040788/2016-85 / pg. 348

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2024.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.040788/2016-85, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Fundação Olga de Sá, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, número de inscrição no FISTEL 50403922739, a partir de 1º de novembro de 2016, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 01/08/2024, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 349

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro de Telecomunicações**, em 01/08/2024, às 08:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 01/08/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 23/08/2024, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11466409** e o código CRC **7B466059**.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11466409



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 350

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53900.040788/2016-85

Interessado: FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ.

Assunto: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 6551 (11465924), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) Remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

b) Em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 23/08/2024, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11813461** e o código CRC **81BFEA56**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 351

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Minutas e Anexos

Minuta de Exposição de Motivos (11466408)

Minuta de Portaria (11466409)

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11813461



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Despacho DER-OB (11813461)

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 352

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 14339, DE 27 DE AGOSTO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.040788/2016-85, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, número de inscrição no Fistel 50403922739, a partir de 1º de novembro de 2016, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/09/2024, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11842828** e o código CRC **CB988132**.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11842828



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://portal.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Portaria 14339-Renovação FIME (11842828)

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 353

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 27 de agosto de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.040788/2016-85, acompanhado da Portaria nº 14339, de 27 de agosto de 2024, publicada em __/__/__, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2016, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ, inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, nos termos da Portaria nº 536, de 17 de novembro de 2005, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 459, de 2006, publicado em 1º/11/2006, vinculada ao FISTEL nº 50403922739, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/09/2024, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11842830** e o código CRC **88FCBFA9**.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11842830



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DocIdNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Exposição de Motivos 015 Renovação PME (11842830)

SEP 53900.040788/2016-85 / pg. 354

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 54272/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 14339/2024 (11842828) e a Exposição de Motivos nº 615/2024 (11842830)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 6551/2024 (11465924), encaminho a Portaria nº 14339/2024 (11842828) e a Exposição de Motivos nº 615/2024 (11842830), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 04/09/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11842916** e o código CRC **BE4BA56C**.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11842916



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> pg. 355

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com solicitação de publicação de materiais com as seguintes características:

Data de envio: 06/09/2024 16:21:09
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10566670
Data prevista de publicação: 09/09/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

Os materiais enviados somente serão publicados nos dados e jornais indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de materiais nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valentia
21955498	ATO PORTARIA MCOM NA 14308.rtf	2198bc061de4dd61ac3c93ece432bae7	8,00	R\$ 311,36
21955499	ATO PORTARIA MCOM NA 14366.rtf	50276196d245346192d070f0d00e1684	9,00	R\$ 389,20
21955500	ATO PORTARIA MCOM NA 14313.rtf	f2ed20b4b59a78b59b150809f046f8c6	8,00	R\$ 311,36
21955501	ATO PORTARIA MCOM NA 14351.rtf	cc8ed5bce7fd9621cd80dc4a9807958a	16,00	R\$ 661,64
21955502	ATO PORTARIA MCOM NA 14376.rtf	50b480b939d5d97dc1b8644222a785cb	16,00	R\$ 622,72
21955503	ATO PORTARIA MCOM NA 14332.rtf	055a43e27d7b27d11e7d8f7a7825bf25	8,00	R\$ 311,36
21955504	ATO PORTARIA MCOM NA 14337.rtf	3ed3e56b3ecf5cc3a21158236d9b70f5	8,00	R\$ 311,36
21955505	ATO PORTARIA MCOM NA 14338.rtf	98c7f6aa596122b28953134ae3e96a6a	8,00	R\$ 311,36
21955506	ATO PORTARIA MCOM NA 14341.rtf	e52fe3e7a59742106c0a2183de798b8b	8,00	R\$ 311,36
21955567	ATO PORTARIA MCOM NA 14339.rtf	351d40d1b2404ba5c136eb902fd63707	8,00	R\$ 311,36
21955568	ATO PORTARIA MCOM NA 14326.rtf	036b96d488a52293458b04a70baff563	7,00	R\$ 272,44
TOTAL DO OFÍCIO			104,00	R\$ 4.125,52



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://www.gov.br/recibo.do?idof=10566670>

https://www.gov.br/recibo.do?idof=10566670

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/09/2024 | Edição: 174 | Seção: 1 | Página: 15

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 14.339, DE 27 DE AGOSTO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.040788/2016-85, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, número de inscrição no Fistel 50403922739, a partir de 1º de novembro de 2016, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac4993db9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO OLGA DE SA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (12) 3153-2888	E-mail:
CNPJ: 04.956.748/0001-13	Número do Fistel: 50403922739
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/11/2006	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 29/11/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede	
Logradouro: Avenida Doutor Peixoto de Castro	Complemento:
Bairro: Vila Zélia	Numero: 539
Município: Lorena	UF: SP CEP: 12606580

Endereço Correspondência	
Logradouro: AVENIDA DOUTOR PEIXOTO DE CASTRO	Complemento:
Bairro: CRUZ	Numero: 539
Município: Lorena	UF: SP CEP: 12606580

Endereço do Transmissor	
Logradouro: AV. PEIXOTO DE CASTRO	Complemento:
Bairro: VILA CELESTE	Numero: 539
Município: Lorena	UF: SP CEP: 12600000

Endereço do Estúdio Principal	
Logradouro: AV. PEIXOTO DE CASTRO	Complemento:
Bairro: VILA CELESTE	Numero: 539
Município: Lorena	UF: SP CEP: 12600000

Endereço do Estúdio Auxiliar	
Logradouro:	Complemento:
Bairro:	Numero:
Município: -	UF: CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lorena	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 297	Frequência: 107.3 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.1927kW
HCI: 22 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/09/2016 11:11 - Emitido eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Relatório Canal 297 - PME - Lorena - SP - Renovação (11562036) - SEI 55300-940788/2016-85 / pg. 358

Informações Gerais	
Número da Estação: 696203367	Número Indicativo: ZYU958
Data Último Licenciamento: 04/04/2022	Número da Licença: 53500.019079/2022-91

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 44' 20.97" S	Longitude: 45° 06' 41.94" W	Cota da base: 542 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 1000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .500 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF7/8"	Fabricante: KMP PIRELLI		
Comprimento da Linha: 20.00 m	Atenuação: 1.35 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL1	Fabricante: SISTEMAS IRRADIANTES LTDA				
Ganho: -3.37 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 22 m	ERP Máxima: 0.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0.01	10°: 0.01	15°: 0.03	20°: 0.06	25°: 0.1	30°: 0.17	35°: 0.27	40°: 0.38	45°: 0.51	50°: 0.65	55°: 0.77
60°: 0.91	65°: 1	70°: 1.13	75°: 1.24	80°: 1.34	85°: 1.42	90°: 1.51	95°: 1.58	100°: 1.66	105°: 1.72	110°: 1.78	115°: 1.81
120°: 1.84	125°: 1.83	130°: 1.83	135°: 1.79	140°: 1.76	145°: 1.69	150°: 1.63	155°: 1.52	160°: 1.42	165°: 1.29	170°: 1.16	175°: 1.04
180°: 0.91	185°: 0.8	190°: 0.7	195°: 0.61	200°: 0.52	205°: 0.44	210°: 0.36	215°: 0.31	220°: 0.26	225°: 0.23	230°: 0.19	235°: 0.18
240°: 0.17	245°: 0.19	250°: 0.21	255°: 0.25	260°: 0.3	265°: 0.33	270°: 0.36	275°: 0.38	280°: 0.39	285°: 0.39	290°: 0.39	295°: 0.38
300°: 0.36	305°: 0.34	310°: 0.31	315°: 0.27	320°: 0.24	325°: 0.2	330°: 0.17	335°: 0.14	340°: 0.1	345°: 0.65	350°: 0.03	355°: 0.01

Coordenadas por radial											
0°: Lat 22°42'39.01" S Lon 45°6'41.94" W	5°: Lat 22°42'39.39" S Lon 45°6'32.31" W	10°: Lat 22°42'40.55" S Lon 45°6'22.74" W	15°: Lat 22°42'42.48" S Lon 45°6'13.33" W	20°: Lat 22°42'40.7" S Lon 45°6'2.38" W	25°: Lat 22°42'27.06" S Lon 45°5'44.37" W	30°: Lat 22°42'15.7" S Lon 45°5'23.54" W	35°: Lat 22°42'14.71" S Lon 45°5'6.11" W	40°: Lat 22°42'19.26" S Lon 45°4'51.24" W	45°: Lat 22°42'28.62" S Lon 45°4'40.16" W	50°: Lat 22°42'35.78" S Lon 45°4'26.07" W	55°: Lat 22°43'0.71" S Lon 45°4'37.7" W
60°: Lat 22°43'20.49" S Lon 45°4'48.4" W	65°: Lat 22°43'35.86" S Lon 45°4'57.09" W	70°: Lat 22°43'47.71" S Lon 45°5'2.89" W	75°: Lat 22°43'55.8" S Lon 45°5'0.12" W	80°: Lat 22°44'4.08" S Lon 45°4'58.13" W	85°: Lat 22°44'12.9" S Lon 45°5'2.05" W	90°: Lat 22°44'20.96" S Lon 45°5'1.67" W	95°: Lat 22°44'29.02" S Lon 45°5'2.05" W	100°: Lat 22°44'37.02" S Lon 45°5'3.19" W	105°: Lat 22°44'44.9" S Lon 45°5'5.08" W	110°: Lat 22°44'52.59" S Lon 45°5'7.71" W	115°: Lat 22°45'0.05" S Lon 45°5'11.05" W
120°: Lat 22°45'7.2" S Lon 45°5'15.09" W	125°: Lat 22°45'14.01" S Lon 45°5'19.79" W	130°: Lat 22°45'20.41" S Lon 45°5'25.12" W	135°: Lat 22°45'26.36" S Lon 45°5'31.03" W	140°: Lat 22°45'31.81" S Lon 45°5'37.47" W	145°: Lat 22°45'36.72" S Lon 45°5'44.42" W	150°: Lat 22°45'41.06" S Lon 45°5'51.8" W	155°: Lat 22°45'44.78" S Lon 45°5'59.56" W	160°: Lat 22°45'47.87" S Lon 45°6'7.64" W	165°: Lat 22°45'54.88" S Lon 45°6'14.65" W	170°: Lat 22°45'56.71" S Lon 45°6'23.63" W	175°: Lat 22°45'57.82" S Lon 45°6'32.75" W
180°: Lat 22°45'58.19" S Lon 45°6'41.94" W	185°: Lat 22°45'57.82" S Lon 45°6'51.13" W	190°: Lat 22°45'56.71" S Lon 45°7'0.25" W	195°: Lat 22°45'54.88" S Lon 45°7'9.23" W	200°: Lat 22°45'56.78" S Lon 45°7'19.76" W	205°: Lat 22°45'53.38" S Lon 45°7'28.67" W	210°: Lat 22°45'49.27" S Lon 45°7'37.23" W	215°: Lat 22°45'44.49" S Lon 45°7'45.36" W	220°: Lat 22°45'39.07" S Lon 45°7'53.01" W	225°: Lat 22°45'49.83" S Lon 45°8'18.31" W	230°: Lat 22°45'53.94" S Lon 45°8'42.11" W	235°: Lat 22°45'53.94" S Lon 45°8'46.22" W
240°: Lat 22°45'58.54" S Lon 45°8'48.88" W	245°: Lat 22°45'20.08" S Lon 45°8'59.44" W	250°: Lat 22°45'8.8" S Lon 45°9'4.5" W	255°: Lat 22°44'54.71" S Lon 45°8'58.54" W	260°: Lat 22°44'43.6" S Lon 45°9'1.21" W	265°: Lat 22°44'32.73" S Lon 45°9'7.94" W	270°: Lat 22°44'20.95" S Lon 45°9'8.49" W	275°: Lat 22°44'10.41" S Lon 45°8'52.57" W	280°: Lat 22°44'0" S Lon 45°8'51.07" W	285°: Lat 22°43'54.57" S Lon 45°8'28.72" W	290°: Lat 22°43'46.09" S Lon 45°8'25.82" W	295°: Lat 22°43'37.87" S Lon 45°8'22.13" W
300°: Lat 22°43'29.98" S Lon 45°8'17.67" W	305°: Lat 22°43'22.48" S Lon 45°8'12.49" W	310°: Lat 22°43'15.42" S Lon 45°8'6.62" W	315°: Lat 22°43'8.86" S Lon 45°8'0.1" W	320°: Lat 22°43'2.86" S Lon 45°7'52.99" W	325°: Lat 22°42'57.44" S Lon 45°7'45.34" W	330°: Lat 22°42'52.66" S Lon 45°7'37.21" W	335°: Lat 22°42'48.56" S Lon 45°7'28.65" W	340°: Lat 22°42'45.15" S Lon 45°7'19.75" W	345°: Lat 22°42'47.06" S Lon 45°7'9.22" W	350°: Lat 22°42'40.55" S Lon 45°7'1.14" W	355°: Lat 22°42'39.39" S Lon 45°6'51.57" W

Distância por radial											



0°: 3.1	5°: 3.1	10°: 3.1	15°: 3.1	20°: 3.3	25°: 3.9	30°: 4.5	35°: 4.8	40°: 4.9	45°: 4.9	50°: 5.1	55°: 4.3
60°: 3.7	65°: 3.3	70°: 3	75°: 3	80°: 3	85°: 2.9	90°: 2.9	95°: 2.9	100°: 2.9	105°: 2.9	110°: 2.9	115°: 2.9
120°: 2.9	125°: 2.9	130°: 2.9	135°: 2.9	140°: 2.9	145°: 2.9	150°: 2.9	155°: 2.9	160°: 2.9	165°: 3	170°: 3	175°: 3
180°: 3	185°: 3	190°: 3	195°: 3	200°: 3.1	205°: 3.1	210°: 3.1	215°: 3.1	220°: 3.1	225°: 3.9	230°: 4.5	235°: 4.3
240°: 4.2	245°: 4.3	250°: 4.3	255°: 4	260°: 4	265°: 4.2	270°: 4.2	275°: 3.7	280°: 3.7	285°: 3.1	290°: 3.1	295°: 3.1
300°: 3.1	305°: 3.1	310°: 3.1	315°: 3.1	320°: 3.1	325°: 3.1	330°: 3.1	335°: 3.1	340°: 3.1	345°: 3	350°: 3.1	355°: 3.1

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.19 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	536	Portaria	MC	17/11/2005	29/11/2005	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	129	Portaria	MC	19/08/2011	05/09/2011	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	459	Decreto Legislativo	CN	30/10/2006	01/11/2006	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7278	Ato	CMPRL	27/10/2011	31/10/2011	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	6746	Ato	SCM	13/11/2012	14/11/2012	Autoriza Equipamento	Técnico
535040101612015 91	3069	Portaria	MC	11/07/2019	16/07/2019	Multa	Jurídico
53500.052791/202 0-31	6735	Ato	ORLE	09/11/2020	19/11/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900.040788/201 6-85	14339	Portaria	MC	27/08/2024	09/09/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento											
--------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 54776/2024/MCOM

Brasília, 10 de setembro de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11842830)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 12165/2024 (11632403), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 615/2024 (11842830), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 10/09/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11866102** e o código CRC **44113CD0**.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11866102



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> / pg. 361

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Brasília, 18 de Setembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.040788/2016-85, acompanhado da Portaria nº 14339, de 27 de agosto de 2024, publicada em 9 de setembro de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2016, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ, inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, nos termos da Portaria nº 536, de 17 de novembro de 2005, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 459, de 2006, publicado em 1º/11/2006, vinculada ao FISTEL nº 50403922739, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/?cdNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Exposição de Motivos MCOM-057-2024 (11680234)

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 362

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 31243/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.040788/2016-85.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/09/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11880250** e o código CRC **E7BCE142**.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11880250



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

Ofício 31243 (11880250)

SEI 53900.040788/2016-85 / pg. 363

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

EM nº 00697/2024 MCOM

Brasília, 18 de Setembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.040788/2016-85, acompanhado da Portaria nº 14339, de 27 de agosto de 2024, publicada em 9 de setembro de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2016, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ, inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, nos termos da Portaria nº 536, de 17 de novembro de 2005, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 459, de 2006, publicado em 1º/11/2006, vinculada ao FISTEL nº 50403922739, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000083/2024-06

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000083/2024-06. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno n° 47635/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio da COTA n.º 00195/2024/CONJUR- MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - 11378839):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, é necessário consultar à SECOE sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da AGU foquem em questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, pode ser enquadrada nos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - 11388447):

(...)

2. Em atenção ao solicitado pela d. Consultoria Jurídica por meio da Cota nº 00195/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, informa-se que atualmente existem 567 processos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite nesta Secretaria, sendo 463 referentes ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) e 104 referentes ao serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV).

3. Deste modo, considerando o quantitativo de processos de renovação de outorgas de rádio e tv em caráter educativo em trâmite nessa Pasta, entende-se que a expedição de Parecer Referencial contribuirá para o melhor andamento das atividades no setor.

4. Por fim, esta Secretaria permanece à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos e/ou questionamentos adicionais.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos. Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) ou comunitária.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, que é superior a quatrocentos e sessenta processos (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), além dos pedidos administrativos posteriores que poderão apresentados sobre o mesmo assunto, tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.

20. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

21. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

22. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

23. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação pela Lei nº 14.812, de 2024).

24. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

25. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

26. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR; art. 152 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 02 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 02 de junho de 2023).

27. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

28. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

29. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

30. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

31. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

32. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

33. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

25 É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para apresentar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente ativos: i) estados, distrito federal e municípios; ii) instituições de educação superior (IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

público e de direito privado (vide art. 136, incisos I, II e III, § 1º, incisos I, II e III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão não requer à comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do tal votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de



brasileiros natos ou naturalizados há mais



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente⁴¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, “a” do CBT.
iii) A gestão editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR e nos ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.	Art. 113, XI, do RSR, e ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
ix) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso	ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
x) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
xi) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xii) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da soa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária	Art. 113, inciso IV, do RSR.
Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.



xiv) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xv) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xvi) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xvii) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.
xix) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação, quando for o caso.	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
xx) documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado, quando for o caso	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023

48. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR). Além disso, as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.

49. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

50. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar outra entidade que presta o serviço de radiodifusão, quando for a hipótese de sociedade empresarial, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[XXXXXXXXXX-XX]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos **[em frequência modulada/ondas médias]**, no município de **[identificação do município]**, estado de **[identificação do Estado]**.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua

publicação. **[NOME DO MINISTRO]**
Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos; vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) identificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) e registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica.

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1429587038 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 16:53. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00375/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000083/2024-06

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de março de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1432822668 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 17:21. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/09/2024 | Edição: 174 | Seção: 1 | Página: 15

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 14.339, DE 27 DE AGOSTO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.040788/2016-85, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, número de inscrição no Fistel 50403922739, a partir de 1º de novembro de 2016, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 6551/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.040788/2016-85.

INTERESSADA: FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo trata de pedido formulado pela **Fundação Olga de Sá**, inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao Fistel nº 50403922739, no município de **Lorena**, estado de **São Paulo**, para o período de 01/11/2016 a 01/11/2026.
2. Os autos foram instaurados em 04/07/2016, quando da protocolização do requerimento (1218024), objetivando a renovação da outorga em observância ao prazo previsto no art. 4º da [Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#).
3. Por meio de Notas Técnicas e Ofícios expedidos no bojo dos autos em epígrafe, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito por meio dos seguintes documentos:
 - a) Nota Técnica nº 4686/2017/SEI-MCTIC (1714226), encaminhada por meio do Ofício nº 8820/2017/SEI-MCTIC (1714270), recebido em 29/05/2017, conforme correspondência eletrônica (1914634);
 - b) Nota Técnica nº 2258/2018/SEI-MCTIC (2614905), encaminhada por meio do Ofício nº 3489/2018/SEI-MCTIC (2614907), recebido em 30/04/2018, conforme correspondência eletrônica (2932134);
 - c) Nota Técnica nº 4117/2020/SEI-MCTIC (5216721), encaminhada por meio do Ofício nº 8532/2020/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/MCTIC (5217236), recebido em 03/03/2020, conforme correspondência eletrônica (5225495);
 - d) Ofício nº 18478/2021/MCOM (8065052), mas não consta Aviso de Recebimento anexado aos autos;
 - e) Ofício nº 2143/2022/MCOM (9293726), encaminhado via correspondência eletrônica (9496250), em 21/02/2022;
 - f) Ofício nº 17776/2022/MCOM (10224070), encaminhado via correspondência eletrônica (10253138), em 1º/08/2022; e
 - g) Ofício nº 29693/2023/MCOM (11146337), encaminhado via correspondência eletrônica (11181964), em 24/12/2023.

Por fim, emitiu-se o *Checklist* (11465629), no qual se concluiu que a documentação "está



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codMuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> / pg. 1

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento".

5. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

ANÁLISE

6. De acordo com o art. 33, § 3º da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o prazo da permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, pode ser renovado por períodos sucessivos e iguais de 10 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por portaria, subscrita pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 1º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).

7. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na [Lei nº 4.117, de 1962](#), na [Lei nº 5.785, de 1972](#), no [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), e no [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

8. De acordo com os arts. 112 e 113 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou



de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

9. Além disso, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, nos processos de renovação será igualmente avaliado se há extrapolação dos limites de outorga, em atenção especial ao art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#).

10. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Olga de Sá a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme Portaria nº 536, de 17 de novembro de 2005, publicada no DOU de 29/11/2005 (10221067), e do Decreto Legislativo nº 459, de 30 de outubro de 2006, publicado no DOU de 01/11/2006 (10221081). Oportuno registrar que, como a outorga é anterior às alterações promovidas pelo [Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017](#), a data de publicação Decreto Legislativo é utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

11. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 04/07/2016, acompanhado de parte da documentação exigida até então. À época, vigia a redação original do art. 4º, **caput** da [Lei nº 5.785, de 1972](#), que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os **seis e os três meses anteriores** ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 01/05/2016 e 01/08/2016. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado **tempestivamente**.

12. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 01/11/2016, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 4º, § 1º da [Lei nº 5.785, de 1972](#).

13. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11465629).

14. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

15. Dito isso, a Interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 10.775, de 2021](#). Acostou, também, certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (11284523).

16. Conforme art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 15 de janeiro de 2024](#), as radiodifusoras e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais poderão deter até 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora e 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens:

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora, que pode ser operada por meio de: [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

a) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

b) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

c) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

d) frequência modulada; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

e) ondas médias; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

f) ondas tropicais; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

g) ondas curtas; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codMuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> / pg. 3



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

II - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens. ([Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

17. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco (11637775), em 15/07/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 2024](#).

18. Ademais, para fins de comprovação da vinculação da Radiodifusora com instituição de ensino superior conforme previsto no art. 134, **caput** e §§ 4º e 5º da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo foi instruído com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.) (10096889), atendendo-se, dessa forma, à legislação, bem como com o documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado (10300712).

19. Além disso, após pesquisa ao Sistema Mosaico (11409410), não foi verificada a aplicação de penalidade de cassação, no curso da prestação do serviço de radiodifusão, em desfavor da Outorgada. Nesse sentido, consultou-se a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM) (11466387), que informou não estar em trâmite processo de apuração de infração cuja penalidade cabível seja a de cassação.

20. Observa-se, ainda, que constam nos autos certidões emitidas pelos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento das obrigações tributárias (11409404, pgs. 2 e 3, e 11640136, pg. 1). Carreou-se, também, certidões emitidas pela Receita Federal (11409404, pg. 1), Caixa Econômica Federal (11640136 pg. 4) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (11640136, pg. 2), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho (11409404, pg. 8), atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor. Ainda, consultou-se o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e verificou-se que não há restrição da pessoa jurídica ou dos dirigentes para celebrarem contratos com a Administração Pública (11640136, pg. 5), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU), verificou-se que **não** consta restrição, da pessoa jurídica ou da(s)pessoa(s) física(s) integrantes do quadro diretivo, para celebrar contratos com a Administração Pública.

21. Salienta-se que as certidões de regularidade são consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme art. 186 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

22. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

23. Salienta-se que, a partir da entrada em vigor do [Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#), que alterou o [Decreto nº 52.795, de 1963](#), deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões dos serviços de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> / pg. 4



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Isso significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a Entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, o qual será elaborado por profissional habilitado e deve permanecer na posse da Outorgada. Além disso, é obrigação da Radiodifusora possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado igualmente por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

25. Neste momento, é válido ressaltar que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga. Assim, ao final desse prazo, caso haja interesse na renovação da outorga, é necessário que a Radiodifusora obtenha um novo licenciamento (art. 36, § 3º da [Lei nº 4.117, de 1962](#)). Para tanto, a Interessada terá o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação. Destaca-se que, para fins de renovação de outorga, a emissão da nova licença para funcionamento da estação comprova a regularidade técnica da emissora, conforme art. 67, parágrafo único, da [Lei nº 4.117, de 1962](#).

26. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (10096891), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, em 04/04/2022, com validade até 29/11/2025.

27. Observa-se que os autos se encontram corretamente instruídos. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica deste Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11640590), dispensou a análise jurídica individualizada dos processos administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

35. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: i) estados, distrito federal e municípios; ii) instituições de educação superior



(IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e faculdades); iii) fundações de direito público e de direito privado (vide art. 136, incisos I, II e III, § 1º, incisos I, II e III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.



40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão não requer à [sic] comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

[...]

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da **sociedade empresária** detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da entidade detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

[...]

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações. [grifos no original]

28. Portanto, entende-se que é **dispensável o envio dos autos à unidade consultiva**, para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11640590).

29. Pelo exposto, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga.

30. Oportunamente, destaca-se que, após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão, nos termos do art. 223, §§ 1º a 3º da Constituição Federal e art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

CONCLUSÃO

31. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

b) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam



adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

32. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

33. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 01/08/2024, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro de Telecomunicações**, em 01/08/2024, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 01/08/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465924** e o código CRC **D67A9BD3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

Documento nº 11465924



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codMuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d> / pg. 8

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 02 de outubro de 2024.

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2016, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ, inscrita no CNPJ nº 04.956.748/0001-13, nos termos da Portaria nº 536, de 17 de novembro de 2005, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 459, de 2006, publicado em 1º/11/2006, vinculada ao FISTEL nº 50403922739, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lorena, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 697 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 02/10/2024, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6131109** e o código CRC **B2F71C7F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Brasília, 02 de outubro de 2024.

Referência: Exposição de Motivos nº 697/2024 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

CAMILA MACHADO PIRES
Assessora Técnica SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Machado Pires, Coordenador(a)**, em 02/10/2024, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6131308** e o código CRC **FC0332EF** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 941/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53900.040788/2016-85.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00697/2024 MCOM, de 18 de Setembro de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Lorena/SP.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00697/2024 MCOM (6130459), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.040788/2016-85, acompanhado da [Portaria MCOM nº 14.339, de 27 de agosto de 2024](#), que renova a outorga da permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, a partir de 1º de novembro de 2016, com o uso do canal 297 de frequência 107.3 MHz, no município de Lorena, São Paulo, para a FUNDAÇÃO OLGA DE SÃO PAULO inscrita no CNPJ sob o nº 04.956.748/0001-13, sem direito de exclusividade, nos termos do § 3º do art. 33 do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[2], de 08/03/2024 (6130446), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 6551/2024/SEI-MCOM, de 01/08/2024 (6131108), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 28, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada, e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Rádio Educativa, de 17/07/2024 (6130447), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quando societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[3]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[4], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 04.956.748/0001-13
NOME EMPRESARIAL: FUNDACAO OLGA DE SA
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: JOSE RICARDO FLORES FARIA
Qualificação: 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 09/10/2024 às 10:03 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade da entidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[5].

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[5] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 19/11/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 19/11/2024, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 19/11/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6146259** e o código CRC **8A902D88** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.040788/2016-85

SEI nº 6146259

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.040788/2016-85

Nota SAJ - Radiodifusão nº 988 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	FUNDAÇÃO OLGA DE SÁ
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio Educativa. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53900.040788/2016-85

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.040788/2016-85, que **renova** a outorga para exploração do serviço de **radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos**, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, cujo interessado é **FUNDAÇÃO OLGA DE SA**, CNPJ nº 04.956.748/0001-13, na localidade de Lorena/SP.
- O Ministério das Comunicações - MCOM já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão com fins educativos.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) havia originalmente concedido permissão para que a Fundação Olga de Sá operasse o serviço de radiodifusão sonora com fins educativos. Com o término do prazo dessa outorga, a fundação busca a renovação para dar continuidade às suas atividades de radiodifusão.
- A outorga original foi concedida em 17 de novembro de 2005, por meio da Portaria nº 536, e ratificada pelo Decreto Legislativo nº 459, de 30 de outubro de 2006, com início oficial em 01/11/2006. Esse período inicial de concessão vigorou até 01/11/2016. Nesse momento foi realizado pedido de renovação da outorga para o período de 01/11/2016 a 01/11/2026, para continuidade do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
- Foram verificados pelo MCOM os documentos produzidos, que atestam a regularidade do procedimento.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Chefe do Executivo.

II - ANÁLISE

- O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR) e alterações, pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar.

De acordo com a legislação vigente, denomina-se serviço de **radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos**.
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

educativos o serviço de rádio destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional [1].

9. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. Destaca-se que, em regra, é necessária a realização de licitação previamente à outorga dos serviços de radiodifusão. No entanto, nos casos de execução dos serviços de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, **a licitação é dispensável**, por força do §1º do art. 13 do Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), abrangendo, por consequência, os pedidos de renovação de tal outorga.

10. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.

11. Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem compete exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.

12. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua Portaria de renovação.

13. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por característica serem atos administrativos complexo, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

14. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

15. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

16. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

17. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

III - CONCLUSÃO

18. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.040788/2016-85, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

SIMONE SALVATORI SCHNORR

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

DE ACORDO.

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

DANIELA FERREIRA MARQUES
Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA
Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República
(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Podem pleitear a outorga e renovação para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades, que terão preferência para a obtenção da outorga, e fundações instituídas por particulares e demais universidades brasileiras. É admitida, na radiodifusão educativa, apenas a transmissão de programas educativo-culturais. Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Salvatori Schnorr, Assessor(a)**, em 12/11/2024, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 19/11/2024, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 19/11/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6207298** e o código CRC **2F22D87E** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MENSAGEM Nº 1.551

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 14.339, de 27 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2024, que renova, a partir de 1º de novembro de 2016, a permissão outorgada anteriormente conferida à Fundação Olga de Sá, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Lorena, Estado de São Paulo.

Brasília, 28 de novembro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado
da Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.551, de 28 de novembro de 2024, ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 14.339, de 27 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2024, que renova, a partir de 1º de novembro de 2016, a permissão outorgada anteriormente conferida à Fundação Olga de Sá, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Lorena, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 29/11/2024, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, **Secretário Especial**, em 29/11/2024, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6268613** e o código CRC **E27B4E92** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 14.339, de 27 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2024, que renova, a partir de 1º de novembro de 2016, a permissão outorgada anteriormente conferida à Fundação Olga de Sá, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Lorena, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 29 de novembro de 2024

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 29/11/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6269100** e o código CRC **1EC0B48D** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.040788/2016-85

SEI nº 6269100

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1738/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 14.339, de 27 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2024, que renova, a partir de 1º de novembro de 2016, a permissão outorgada anteriormente conferida à Fundação Olga de Sá, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Lorena, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 29/11/2024, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6270465** e o código CRC **E7297025** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.040788/2016-85

SEI nº 6270465

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d>

01a9a3ce-df99-470d-99f9-89fca3b79a0d